

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS

**CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ IGNÁCIO DE
SOUZA – 1966-1969**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Uberlândia - MG
2008

JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS

**CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ IGNÁCIO DE
SOUZA – 1966-1969**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Doutora Vera Lúcia Abrão Borges.

Uberlândia - MG
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c Santos, José Pereira dos, 1971-
Criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza – 1966 -1969 / José
Pereira dos Santos. - 2008.

150 f. : il.

Orientadora: Vera Lúcia Abrão Borges.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
ma de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza - 1966-1969 - Te-ses. 2.
Educação - História - Teses. 3. Educação - Uberlândia - História
- Teses. I. Borges, Vera Lúcia Abrão. II. Universidade Federal de Uber-
lândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(091)

JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS

**CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ IGNÁCIO DE
SOUZA – 1966-1969**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação à
Comissão Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade Federal
de Uberlândia.

Orientadora: Doutora Vera Lúcia Abrão Borges.

Uberlândia, 22 de julho de 2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Lúcia Abrão Borges – Orientadora – UFU

Prof. Dr. Jose Carlos Rothen - Unitri

Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima - UFU

RESUMO

Esta pesquisa vai na perspectiva da História das Instituições Educativas e seu objeto é o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia no período de 1966-1969. Busca reconstruir aspectos relacionados à sua criação, em que se destaca seu pioneirismo e importância na formação pública comercial. Delimitou-se de 1966-1969, pois foi o período da formação da primeira turma do curso Técnico em Contabilidade e os alunos entrevistados são oriundos basicamente da referida turma. Procurou apresentar neste período as mudanças de localização do referido colégio e seu estabelecimento atual com sede própria. Percebe-se que a fundação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia está intimamente ligada ao crescimento do município, que necessitava preparar pessoas para assumirem suas funções no mercado de trabalho em expansão. O trabalho foi possível em razão da colaboração de muitas pessoas, estudantes, professores e diretores na localização das fontes e até mesmo doação das mesmas, como fotos, recortes jornalísticos, legislação e materiais correlatos à história da instituição pesquisada. A escola ofereceu todo o material disponível, como lista de ex-alunos, ex-professores, bem como os endereços e telefones dos mesmos para que estes fossem contactados para participação na pesquisa. Outros materiais jornalísticos foram acessados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Em relação à instituição havia muito material histórico, mas percebia-se que não estava sistematizado e a pesquisa contribuiu para organizá-lo, em vista do levantamento do processo histórico desta instituição escolar tão importante para o município de Uberlândia. As fotos encontradas com os alunos contribuíram para a confrontação de dados emitidos oralmente e escritos assistematicamente em relação ao Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Foi propósito também da pesquisa buscar atores que participaram da vida da instituição, mas que estavam com o passar do tempo sendo esquecidos como peça-chaves em sua fundação. A pesquisa contou com a colaboração de obras secundárias para traçar o perfil do ensino profissionalizante no país e em Uberlândia, o estado militar, a teoria do capital humano e suas relações com o do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. A categoria de análise utilizada foi: Espaço (local/lugar, edifício, topografia) apontada por Magalhães. Extraiu-se que o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi criado para atender de um lado, às exigências do mercado de trabalho e de outro, às necessidades de escola das famílias que se fixavam em Uberlândia e muitas delas à procura de uma formação profissional para seus filhos, mas que fosse gratuita.

Palavras-chave: Educação Profissional, História da Educação e Instituições Educativas.

ABSTRACT

This research goes in the perspective of history of Educational Institutions and its object is the Colégio Comercial Oficial de Uberlândia in the period of 1966-1969. Search rescue aspects related to its creation, which highlights pioneer and commercial importance in shaping public. The research is situated in the years 1966-1969, as the period of training the first class of the course in Accounting and Technical students interviewed basically come to that class. Looked forward in this period changes in location of the college and its actual establishment with its own seat. Clearly that is the foundation of the Colégio Comercial Oficial de Uberlândia is closely linked to growth of the municipality, which necessitated prepare people to assume their duties in the job market is expanding. The work was possible because of the collaboration of many people, students, teachers and directors on the location of sources and even donation of them, such as photos, newspaper clippings, legislation and related materials researched the history of the institution. The school offered all the material available, as list of former students, former teachers, as well as the addresses and phone numbers for them that they were contacted for participation in research as occurred. Other materials had access journalism in Arquivo Público of Uberlândia. Regarding institution had much historical material, but understand that it was not systematized and helped to organize search it for help with the lifting of the historic process of this school so important for the city of Uberlandia, but that was so asleep. The photos that were possible be found with the students contributed to the confrontation of data issued oral and written assistematicamente in relation to the Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. It was also regard the search seek elements that participated in the life of the institution, but they were with time being forgotten as the key piece in its foundation. The survey counted on the collaboration of secondary works to trace the profile of vocational education in the country and in Uberlandia, the state military, the theory of human capital and its relations with the institution of the Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. The category of analysis used was: Area (location / place, building, topography) pointed out by Magellan. It was also extracted from the survey that the Colégio Comercial Oficial de Uberlândia was created to meet the one hand, the demands of the labour market and other, the needs of families that the school is set in Uberlandia and many of them looking for vocational training for their children, but this education would be free.

Keywords: Vocational Education, History of Education and Educational Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Foto: A Escola Tiradentes defende a criação da Escola de Medicina, em desfile de 1968.	99
FIGURA 2 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 1969 – Formatura do Curso Técnico em Contabilidade	107
FIGURA 3 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 1969 – Solenidade de conclusão – 8ª série do 1º grau	107
FIGURA 4 - Foto: E. E. Profº José Ignácio De Souza – Fachada Atual.....	109
FIGURA 5 - Foto: E. E. Profº José Ignácio de Souza – Vista interna de seu prédio atual	111
FIGURA 6 - Foto: Inauguração, em 1974, do novo prédio da E. E. Profº José Ignácio de Souza	112
FIGURA 7 - Foto: Entrada do Governador Rondon Pacheco e Renato de Freitas para a cerimônia de inauguração da escola	113
FIGURA 8 - Foto: Inauguração do novo prédio da EEPJIS – vista interna.....	114
FIGURA 9 - Foto: Inauguração do novo prédio da EEPJIS, em 1974.....	116
FIGURA 10 - Foto: Inauguração do prédio novo da EEPJIS, em 1974.....	116
FIGURA 11 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – Vista interna.....	118
FIGURA 12 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – vista interna.....	118
FIGURA 13 – Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – 1º prédio - fachada externa	119
FIGURA 14 - Foto : Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, localizado na Rua Prata, 649 – ângulos dos dois pavilhões, vistos do exterior para o interior.....	120
FIGURA 15 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, localizado na Rua Prata, 649 – vista dos dois pavilhões, com suas salas de aulas	120
FIGURA 16 - Foto: 2º prédio, localizado na Rua Prata, 649 – Fachada de Escola, onde hoje funciona o Centro Estadual de Educação Continuada de Uberlândia – CESEC.....	121
FIGURA 17 - Foto: 3º prédio. Vista lateral do prédio, hoje	122
FIGURA 18 - Foto: 3º prédio. Vista lateral do prédio, hoje	122
FIGURA 19 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 3º prédio, localizado na Rua	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA ABORDAGEM COM O OBJETO	21
1.1 A abordagem com as fontes.....	24
1.1.1 Pesquisa documental e bibliográfica	26
1.1.2 Pesquisa Iconográfica	28
1.1.3 Pesquisa em História Oral	32
1.2 As instituições escolares enquanto campo de investigação.....	36
1.2.1 A Escola enquanto organização.....	49
1.2.2 A Importância da Relação Escola-Empresa	53
CAPÍTULO 2	
CONDIÇÕES HISTÓRICAS EM QUE SE DEU A CRIAÇÃO DO COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE UBERLÂNDIA, NO PERÍODO DE 1966-1969.....	57
2.1 A sociedade brasileira nos anos 1960.....	57
2.2 A Educação profissional no Brasil: da Colônia aos anos 1960.....	74
2.3. Contexto sócio-político e econômico de Uberlândia, de 1966 a 1969.	92
CAPÍTULO 3	
A INSTALAÇÃO DO COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE UBERLÂNDIA.....	105
CONCLUSÃO.....	133
BIBLIOGRAFIA	137
ANEXOS	
ANEXO A - Justificativa do Projeto de Lei Número 5/67. Fevereiro de 1967.....	145
ANEXO B - Termo de convênio entre a prefeitura de Uberlândia e o governo do Estado para instalação do Colégio Comercial Oficial De Uberlândia. 10/02/1967	146
ANEXO C - Lei 4270 de criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Outubro de 1966	148
ANEXO D - Portaria 48/67: autorização de funcionamento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia; 14/04/1967	149
ANEXO E - Lei 4548: Dá ao Colégio Comercial Oficial de Uberlândia o nome de Professor José Ignácio de Souza. 23/08/1967	150

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo, nesta pesquisa, é a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Tem por objetivo compreender a criação desta escola. No período de fevereiro de 1967 a março de 1969, essa instituição denominava-se Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, quando era mantida pelo Município de Uberlândia. Ainda no ano de 1969, a partir do mês de março, veio a se integrar definitivamente à estrutura do Estado de Minas Gerais, passando a denominar-se Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

Esta investigação se insere na História das Instituições Educativas e pretende contribuir para a reconstrução da história local e regional.

Essa instituição escolar, cujo funcionamento iniciou-se em Uberlândia, desde o ano de 1967, formou diversos técnicos, nas áreas de contabilidade, magistério, processamento de dados, auxiliar de saúde e auxiliar de escritório.

Pessoas de outros municípios vizinhos e até mesmo de outros estados vinham a Uberlândia em busca de uma oportunidade para se formar num dos cursos técnicos dessa instituição.

A fundação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza deu-se em um momento de crescimento constante do município, quando Uberlândia se desenvolvia não só no aspecto agrícola e comercial, pois dava-se início ao seu processo de industrialização. Uberlândia não possuía, então, nenhuma instituição pública que oferecesse ensino comercial.

Assim, as autoridades e membros da sociedade se mobilizaram para se ter um centro público de formação no ramo comercial, favorecendo o Mercado de Trabalho, atendendo, de um lado, à necessidade de mão-de-obra qualificada do mercado e, de outro, à oportunidade de emprego para os alunos que buscavam melhoria de vida, através do trabalho.

Num momento também em que crescem os estudos voltados às instituições escolares, é significativo incluir um tema local, que foi referência em termos de educação, como o caso do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, por onde passaram pessoas inseridas em diversos segmentos da sociedade uberlandense. Cita-se: Dr. Carlos Alberto de Miro da Silva, advogado de renome na cidade de Uberlândia, Dona Lúcia Peixoto, advogada e empresária do ramo de tintas, Evanir Gonçalves Alves, Economista e Administrador de Empresas, dentre tantos outros.

Considera-se a temática das instituições escolares muito promissora, pois permite

ampliar o conhecimento do estabelecimento escolar em estudo, contribuindo, desta forma, para que as pessoas tenham acesso à história desta instituição educacional, uma vez que não há estudo científico a respeito da referida instituição. O que se encontrou como referência histórica da instituição foi um manual de história dessa escola, elaborado pelo professor de história do referido estabelecimento de ensino, o senhor Raul Marcos de Oliveira, que por sinal é muito restrito, fornecendo dados sem um rigor necessário a uma investigação científica.

De modo geral, o estudo das instituições escolares é um tema que no Triângulo Mineiro vem incorporando importância, após a percepção de que havia um enorme vazio historiográfico a respeito da questão. A respeito disto, falam Gatti Jr., Inácio Filho, Araújo e Neto:

A opção pela construção de interpretações sobre os processos singulares vivenciados por alguns destes colégios partiu da constatação de um vazio historiográfico neste campo, bem como a verificação de uma enorme demanda social pela redescoberta deste passado (Gatti Jr., Inácio Filho, Araújo e Neto 1997, p. 17).

Mesmo existindo a percepção da importância da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, não se dispunha de uma conceituação histórica sistematizada a respeito dela, até mesmo as pessoas mais antigas tinham dificuldades em relatar a data de inauguração do novo prédio da escola. Ora se falava que foi no ano de 1972, ora se falava que foi em 1971. As fotos de inauguração foram determinantes para o estabelecimento da real data de inauguração da escola, pois nelas havia autoridades, como Renato de Freitas e Rondon Pacheco, que governaram o Município e o Estado em determinado período, daí a confrontação com os dados da direção e outras pessoas antigas da escola. Por esta e outras razões é que a pesquisa constrói uma história que se aproxima da realidade da instituição.

Com este trabalho, acredita-se estar contribuindo para um conhecimento mais ampliado acerca da criação da escola Professor José Ignácio de Souza.

Sua fundação tem sido considerada de muita importância para o desenvolvimento comercial do município de Uberlândia. Embora seja uma instituição conhecida não apenas localmente, como referido antes, não se encontrou estudos científicos acerca de sua história, restando apenas um material encontrado na biblioteca da escola, que praticamente não oferecia nenhum registro histórico confiável. Foi este vazio historiográfico que incentivou o desenvolvimento do presente trabalho. Portanto, a relevância desse trabalho se dá pelo seu

caráter pioneiro.

A delimitação temporal da pesquisa foi feita com base no próprio desenvolvimento histórico da instituição, que se iniciou em 1966, denominando-se Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, quando era mantido pelo Município de Uberlândia. Em 1969, passou para a responsabilidade do Estado, denominando-se Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, sendo que, em 1969, se formou a primeira turma do curso técnico dessa escola: Técnico em Contabilidade.

O Brasil vivia, nesse período, a turbulência do Regime Militar e será desenvolvido um estudo a respeito dessa época e suas implicações no contexto educacional. Portanto, o recorte temporal foi de 1966 a 1969.

Essa instituição funcionou em diferentes locais. No período em estudo, ela funcionou primeiramente na Rua Duque de Caxias e em 1968 na Rua Prata. Atualmente, sua sede localiza-se à Rua Osório José da Cunha, 631, no Bairro Brasil.

Assim, em visita à instituição, em 2005, a senhora Maria Teresa Coelho Calil, que trabalha na secretaria da escola, me disponibilizou algumas fotos e documentações relativas à instituição, como: portaria que autorizou seu funcionamento; autorização de cursos; convênio assinado entre o estado e prefeitura para manutenção da unidade educacional por dois anos pelo município; grade curricular desde o ano de fundação até os dias de hoje; folha de pagamento dos funcionários, com descrição detalhada das horas trabalhadas; matéria lecionada e nomes dos profissionais; relatórios de Inspeção Escolar; Livros de Matrículas; Relação de Obras da Biblioteca, Regimento Interno, Fichas de Alunos, Fichas de Professores. Estas fontes foram encontradas no arquivo da escola.

Inúmeras fontes foram consideradas no transcorrer da pesquisa: material jornalístico encontrado no Arquivo Público Municipal, e as fontes impressas e iconográficas encontradas na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Outras fontes de natureza imprescindível foram encontradas com ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários entrevistados.

Encontrou-se uma boa quantidade de fontes relacionadas ao Colégio Comercial Oficial de Uberlândia como: fotos de ex-alunos; recortes de jornais; documentos do arquivo público municipal, relativos à criação da instituição; folha de pagamento e relação de alunos que fizeram o curso Técnico em Contabilidade no colégio.

Importante para a pesquisa foi o levantamento de dados com ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e políticos envolvidos na criação desta instituição de ensino.

Alguns materiais e fotos dos dois primeiros anos de funcionamento da Escola Estadual

Professor José Ignácio de Souza foram encontrados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, bem como com as senhoras Marilene Alves de Souza Sposto e Lúcia Peixoto, que foram alunas da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, no período delimitado para a investigação.

No desenvolvimento do trabalho, dividiu-se o assunto em três capítulos. O primeiro relaciona-se à abordagem das “Instituições Escolares Enquanto Campo de Investigação” e a concepção de escola nova, que é um parâmetro da pesquisa, além de tratar dos pressupostos teóricos na abordagem com as fontes. O segundo capítulo trata das Condições Históricas responsáveis pela Criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, no período de 1966-1969, contexto em que se vivia a ditadura militar no Brasil e em que, segundo Saviani(2004), imperou a “concepção produtivista da educação”¹. O terceiro capítulo faz uma abordagem a respeito da Instalação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Em seguida, foram colocadas as considerações finais.

No desenvolvimento da pesquisa, desenvolvemos os seguintes passos: Primeiramente, foram feitas entrevistas com ex-professores, ex-diretora, ex-alunos da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Ao entrevistar esses sujeitos, foi-lhes perguntado se tinham algumas fotos do período em que eles estudaram ou trabalharam na instituição. Dos entrevistados, apenas os alunos ainda guardavam fotos da escola. Estas nos foram disponibilizadas. Segundo, pesquisamos o Arquivo Público Municipal, onde encontramos matéria jornalística que se relacionava tanto com a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, quanto com o período histórico em apreço. Este material foi utilizado no desenvolvimento da história da instituição, sendo relacionado com outras fontes. Em seguida, na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza encontramos documentos relativos à sua criação oficial e também grade curricular, matérias cursadas no núcleo comum e específicas no curso técnico, nome dos professores que lecionaram na escola e dos alunos que se formaram no curso técnico em contabilidade, em 1969. Através do acesso a estes dados, fomos em busca destas pessoas para colaborarem na construção da história institucional.

Quarto, revisamos a literatura que historia as instituições escolares, encontrando subsídios em Magalhães. Para entender melhor a relação do Estado Militar e Educação, consultamos Germano. Na revisão da literatura que trata da educação profissional no Brasil e da concepção produtivista da educação, contou-se com as contribuições de Saviani (2005), e Romanelli (1981). Foi feita também a revisão da literatura que trata do contexto histórico

¹ É a vinculação, segundo a qual o ensino é fator produtivo para a economia. Esta visão associa a educação aos aspectos econômicos e, conforme Saviani, todo o período de 1961-1996 foi assim concebido Saviani(2004).

brasileiro e de Uberlândia no período militar. Após reunidos estes materiais, começamos a desenvolver a dissertação com vistas à compreensão da criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

Uma questão central surgiu: quais as condições histórico-culturais responsáveis pela criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, no período de 1966-1969.

No sentido de melhor entender à questão levantada, fez-se um rastreamento junto às pessoas próximas à criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, como são o caso da então Diretora da instituição escolar, a senhora Normy Barbosa Firmino, do Político Homero Santos e de Miracema Barbosa de Sousa, que foi professora na instituição à época delimitada para estudo. Essa pesquisa valoriza e adota questionários escritos e dirigidos a distintos públicos que fizeram parte da estrutura organizacional da instituição de ensino, corpo discente, professores e políticos que direta ou indiretamente fizeram parte da história educacional da referida instituição.

Muitas pessoas que participaram da criação deste estabelecimento de ensino foram consultadas pessoalmente, através de entrevistas. O político Homero Santos participou também da entrevista, mas através de questionário elaborado e encaminhado a ele em Brasília, onde ele respondeu e o encaminhou para que suas informações fossem confrontadas tanto com as entrevistas pessoais, como material escrito a respeito da escola em estudo. A participação do senhor Homero Santos foi muito importante, pois o mesmo esteve presente na criação da escola, sendo de grande utilidade sua contribuição no desenvolvimento do aspecto histórico da instituição.

Os objetivos específicos desta pesquisa consistem em: 1º – entender os pressupostos teóricos na abordagem com o objeto; 2º – interpretar as condições históricas em que se deu a criação da escola pesquisada; e 3º – interpretar os primeiros passos na criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NA ABORDAGEM COM O OBJETO

No que concerne às fontes que são aplicadas ao estudo da história da educação e, conseqüentemente, das instituições escolares, Buffa afirma que: “as fontes documentais de todo tipo têm sido privilegiadas pelos historiadores” (BUFFA, 2005, p. 107). E, assim, o trabalho voltado à história da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, valeu-se das fotografias², entrevistas e documentos oficiais, como leis de criação da escola, projetos que tramitaram na Câmara Municipal de Uberlândia, portarias de alteração do nome da instituição, matérias jornalísticas e obras da biblioteca da escola em estudo.

Para Buffa, “a utilização de fontes (lugar onde se vai beber) depende, é certo, do que se encontra em bibliotecas, arquivos, acervos, Internet, mas depende muito das concepções teóricas do pesquisador e do objeto que ele “construiu” para sua investigação” (BUFFA, 2005, p. 107). Neste sentido, procurou-se buscar nestes diversos lugares material que pudesse colaborar na construção do objeto apresentado, fundamentando com as leituras teóricas a respeito. E, na presente pesquisa, procurou-se estabelecer esta conexão apresentada por Buffa.

É importante destacar que, para “usar as fontes”, devem-se observar três situações: a primeira, onde o pesquisador irá conseguir tais fontes e o que será rastreado nestas fontes; a segunda, a concepção teórica do pesquisador, que é fator decisivo para uma boa utilização das fontes, de modo que elas produzam o resultado adequado; a terceira, o objeto que o pesquisador construiu para sua investigação. Naturalmente, estes três fatores explicitados por Buffa devem se entrelaçar, visando, com suas próprias expressões, que a “teoria permita direcionar o olhar, selecionar as fontes e interpretar a realidade, enquanto os dados empíricos forneçam o conteúdo do que se investiga” (BUFFA, 2005, p. 107).

Após levantar as diversas fontes nos diferentes arquivos apontados, buscou-se, pois, considerar que concepções teóricas possibilitariam uma melhor interpretação do objeto analisado. Um detalhe que deve ser considerado na utilização das fontes é a capacidade de desenvolvimento do conteúdo que elas expressam, pelo pesquisador, como o aproveitamento das informações contidas nas fotografias, nos documentos oficiais, nos materiais jornalísticos,

² Estas fotografias representam diversas atividades desenvolvidas na Escola pesquisada, tais como: atividades artísticas, formaturas, comemorações e momentos cívicos. Delas foram extraídos os nomes que estiveram presentes na solenidade de inauguração de seu prédio novo, onde a escola funciona até hoje.

nas entrevistas e todo material disponível, de forma que haja um enriquecimento da pesquisa.

Hobsbawm afirma que “em geral, não existe material algum até que essas perguntas o tenham revelado” (HOBSBAWM, 1998, p. 220). E elas são feitas por quem está desenvolvendo a pesquisa. Assim, o material necessita ser processado e devidamente contextualizado, para refletir um significado para o objeto. A pesquisa foi desenvolvida com vistas ao melhor aproveitamento das informações que foram trazidas pelas fontes citadas, de modo que o conhecimento do objeto proporcione um novo olhar às pessoas que, direta ou indiretamente, foram responsáveis por sua fundação, bem como a todas pessoas que queiram conhecê-lo.

Por isso, acredita-se que a dissecação das fontes é fundamental, de forma que revela conhecimentos até então ocultos, por meio das perguntas ao material disponível.

Rodrigues defende que:

(...) fontes primárias ou originais são aquelas que contêm informações de testemunho direto dos fatos e fontes secundárias ou derivadas, que contêm uma informação colhida por terceiros e uma mesma fonte pode ser primária em certos pontos e secundária em outros (RODRIGUES, 1996, p. 143).

No caso da análise sobre a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, utilizou-se dos dois tipos de fontes enunciados por Rodrigues: primária e secundária.

O entendimento histórico proporciona amplas oportunidades de reformulação do pensamento e, no caso específico, da história das instituições educacionais. Nesta perspectiva, o conhecimento histórico busca auxílios nos documentos impressos e fotográficos, orais e escritos, no sentido de dar uma forma mais ampla à história das instituições.

A história, por muito tempo, privilegiou a descrição, a narração dos fatos, como se estes fossem auto-explicativos. Os historiadores abraçavam, então, o positivismo, que se caracterizava pela pesquisa por meio da observação dos dados da experiência. A pesquisa histórica era centrada então no aspecto do positivismo.

Em contrapartida ao pensamento positivista, surgiram as idéias e diretrizes da Escola dos Annales e, conforme Peter Burke, eram as seguintes:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE, 1997, p.11-12).

Verifica-se, nessas “idéias e diretrizes” da Escola dos Annales, uma tentativa de dar à história sua verdadeira importância, significado e especificidade no campo da pesquisa. Valorizando e conferindo significado ao trabalho histórico, ao relacioná-lo inclusive com outros ramos das ciências sociais, quebrando o ranço do pensamento de que o historiador não devia interferir nos resultados da pesquisa histórica.

Mas a Escola dos Annales não é a solução total para os historiadores, ela apresenta também suas deficiências, como por exemplo, uma “reação negativa indiscriminada contra a abordagem quantitativa” (BURKE, 1997, p. 93).

Apesar desses problemas, ainda assim é possível compreender que o movimento dos Annales foi importante e significativo na luta pela edificação de um novo caminho para se fazer história. Burke diz, ainda, que o mais importante legado dos Annales está diretamente ligado à expansão do campo da história por diferentes áreas.

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estas estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se, por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1997, p.126-127).

A Escola dos Annales teve seus pensadores, como: Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Febvre diz que “toda história é escolha” (FEBVRE, 1989, p. 19). Assim, o pesquisador da área tem a liberdade de selecionar o material que irá utilizar e o que será mais eficiente ao desenvolvimento do objeto, com caminhos já definidos para se traçar. Marc Bloch é um sério defensor da utilização de documentos não apenas escritos, mas toda forma de documentação. Fernand Braudel, junto de Lucien Febvre, desenvolveu várias atividades na Escola dos Annales e de acordo com Martin, “Depois da fundação dos Annales (...), o historiador quis-se e fez-se economista, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista” (MARTIN, 2000, p. 131). Martin ressalta, ainda, que a história é um dos ofícios mais flexíveis dentro das ciências sociais, talvez especificamente pelo comportamento de Fernand Braudel, que, como historiador, assumiu tantas outras atividades no ramo social do conhecimento.

O objetivo dessa corrente inovadora (Annales) era aproximar a história de outras

ciências humanas, para que fosse possível o diálogo entre elas, ao contrário do pensamento positivista, que não podia vê-la por esta ótica. E, deste modo, afirma Martin: “A corrente inovadora (Annales) despreza o acontecimento e insiste na ‘longa duração’; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva” (MARTIN, 2000, p. 119).

Esta ampliação de considerações voltadas à história proporcionou qualidade e diversidade às pesquisas históricas. Não houve monotonia de se pautar a história puramente no sentido econômico, mas também no aspecto cultural e particular, as especificidades do objeto, sem deixar de integrá-lo num contexto mais amplo.

Percebe-se que a iniciativa de aproximação da história às outras ciências humanas gerou uma nova concepção de história. E aí se tem a denominada nova história a que Peter Burke atribui a incorporação de algumas singularidades e esta confirmação se dá através das próprias palavras dele: “Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 12).

Conseqüência desta constatação vem a afirmação de que: a nova história não estuda épocas, mas estruturas particulares, diferentemente de algumas correntes historiográficas.

O estudo que ora se apresenta elegeu a nova história, no sentido de que caminhará pela análise dos fatores responsáveis pela criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, interpretando a dinâmica interna e externa da mesma, no período selecionado.

1.1 A abordagem com as fontes

Conforme se adiantou, muitas e diferentes fontes foram utilizadas nessa pesquisa. Estas fontes, por outro lado, localizavam-se em diversos locais: no Arquivo Público Municipal, no arquivo da escola e no arquivo particular de ex-alunos. Também foi feito o balanço historiográfico em torno do objeto pesquisado.

Apesar da instituição em estudo possuir muitos documentos, os mesmos se encontram em lugares não sistematizados, daí a dificuldade de encontrá-los. A respeito desta problemática, tem-se que:

Além das conhecidas dificuldades que cercam o trabalho dos pesquisadores, desde a sistemática destruição das fontes históricas até o desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, provocados pela ausência de guias de fontes ou pela forma como estão sendo organizados, no que diz respeito especificamente à história da educação brasileira, a preocupação em relação à importância dos conhecimentos arquivísticos é ainda recente e pouco disseminada (MOGARRO, 2005, p. 125).

A realidade é que não se desenvolveu ainda uma cultura arquivística de sistematização, organização e cuidados com documentos referentes às instituições, mas é possível, catando um pouco aqui e um pouco ali, levantar dados que possam trazer informações referentes à instituição escolar, como práticas que nela eram desenvolvidas. Daí a importância do relato documental, das fotografias e depoimentos de pessoas que viveram determinado período, para se constituir a história da unidade educativa.

Especificamente em relação à Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, percebeu-se que há um empenho por parte dos responsáveis pela instituição em estar iniciando a organização dos documentos, fotos e materiais que constituem seu acervo. Em relação a esta questão assevera Felgueiras:

Conservar, conhecer, criticar e comunicar a herança da actividade educativa, hoje indispensável nas nossas sociedades, exige investigação histórica e cuidados específicos. Conservar os arquivos escolares e musealizar objectos da actividade escolar aparecem como tarefas que os historiadores da educação não podem descurar (FELGUEIRAS, 2005, p. 87).

O trabalho apresentado referente à Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza contribuiu para que a instituição se preocupasse mais na organização de sua documentação, sistematizando-a em arquivos, evitando que se percam muitos dados referentes à entidade. A definição de cuidados para com os documentos é expressa nas palavras de Mogarro:

Atualmente, os arquivos escolares motivam profundas preocupações relativamente à salvaguarda e preservação dos seus documentos, que constituem instrumentos fundamentais para a construção da memória educativa. A existência desses arquivos ganhará verdadeiramente um sentido quando o acesso às informações que possuem for garantido, através da sua instalação em condições adequadas e de uma organização correcta dos seus documentos. Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens (MOGARRO, 2005, p. 103).

Embora a documentação existente na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza não estivesse acomodada de modo sistemático, a vantagem é que os funcionários se interessaram em colaborar para o levantamento da referida documentação, ainda que esta não estivesse criteriosamente guardada como deveria estar; houve um esforço muito grande do pessoal administrativo. Aliado a esta circunstância, está em que a importância que os servidores da escola atribuem ao acervo contribuiu para que fossem encontradas fotos que marcaram a trajetória da escola no período em análise.

As fotografias encontradas foram fundamentais para o trabalho, pois elas forneceram dados de momentos esquecidos por alguns alunos e até mesmo funcionários antigos, os quais se prendiam aos documentos que estavam escritos, especificamente os oficiais, em número considerável na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

Também foi pesquisada a imprensa, especialmente o jornal Correio de Uberlândia, que trouxe dados importantes para a interpretação da história da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, a qual permaneceu como Colégio Comercial durante dois anos.

Considerou-se de suma importância a contribuição da imprensa, que proporcionou condições de contextualização do objeto em nível local e regional.

1.1.1 Pesquisa documental e bibliográfica

Esta é uma fase precípua da pesquisa, pois é através dos documentos e bibliografia relativos ao objeto em análise que será possível, paralelamente à história oral e à iconografia, o desenvolvimento de um estudo de confluência ou divergência das fontes. Chizzotti afirma que: documentação é toda informação sistemática, comunicada de forma oral, escrita, visual ou gestual, fixada em um suporte material, como fonte durável de comunicação (CHIZZOTTI, 2003, p. 109).

Dentro desse conceito, foi possível localizar documentos oficiais no Arquivo Público Municipal referentes a consultas à Câmara Municipal de Uberlândia relativamente à criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

Com base em Chizzotti, considera-se que documentos, referem-se praticamente a todas as formas de documentação. Em razão disto, quando se fala em documentos escritos, é no

sentido de se evitar confusão de relacioná-los apenas como documentos, sejam oficiais ou particulares, quando forem escritos. Assim, é importante ter claro que documento é toda forma de comunicação que se possa dela extrair informações relativas a uma circunstância, fato ou instituição. Basta para isto que esteja “fixado num suporte material e seja durável”.

Isto quer dizer que tudo que for falado, por exemplo, e for constituído em gravação e for durável, representa um documento, pois teve um suporte de materialização que foi a gravação, que tornou a fala documentada.

E, desse modo, Chizzotti reforça que “quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material” (CHIZZOTTI, 2003, p. 109). O questionário que foi adotado se enquadra numa destas categorias afirmadas por Chizzotti, uma vez que ele é um documento preenchido, materializado e de suporte, sendo possível seu caráter de durabilidade.

Importante o entendimento desta conceituação de Chizzotti relativa à caracterização de documentos, visando evitar confusões, uma vez que há pessoas que entendem ser documento apenas aquilo que está escrito e registrado em cartório.

Então, o pesquisador necessita estar afinado com este conceito de documento levantado por Chizzotti, de modo que possa realizar uma pesquisa completa, sem atropelos.

Chizzotti ainda fala que:

(...) os documentos escritos reúnem informações escritas primárias ou originais, ou informações secundárias (bibliografias de obras e referencias) trabalhadas por centros de documentação, a partir de notícias bibliográficas ou de documentos primários, ou ainda, informações terciárias obtidas a partir de bibliografias secundárias (bibliografia de bibliografias, catálogo de catálogos etc.) (CHIZZOTTI, 2003, p. 110).

Trabalhar nesta perspectiva é importante ao desenvolvimento de um trabalho de pesquisa que procura a busca de entendimento aos problemas apresentados pelo objeto, pois, seguindo esta conceituação de documento, há um alargamento de materiais à disposição do pesquisador e todos tão importantes quanto à documentação escrita, com o detalhe de que no caso de um documento oral, pode cobrir o vazio que o documento escrito deixou.

O trabalho proposto trilha nesta perspectiva – pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Em relação à pesquisa bibliográfica, buscou-se o estudo das obras que tratam da temática história da educação, com ênfase na história das instituições escolares; encontrou-se em Justino Pereira Magalhães subsídios para o desenvolvimento da pesquisa voltada a

Instituição Educacional. Foram também consultadas obras que tratam do contexto histórico local e nacional.

Na consulta a material que trata de metodologia, encontrou-se suporte para o tratamento dos documentos encontrados na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, na 40ª Superintendência Regional de Ensino, no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e nas entrevistas, viabilizadas pelos questionários formulados especificamente às diversas categorias envolvidas no objeto de estudo: ex-professores, ex-alunos, ex-dirigentes da instituição educacional e políticos envolvidos na fundação.

1.1.2 Pesquisa Iconográfica

No próximo tópico será abordada a história oral, pois ela proporcionou o encontro de material iconográfico para ser utilizado na presente pesquisa.

As fotografias se constituem preciosos documentos, quando o pesquisador se dispõe a analisá-las à luz de outros documentos, quer sejam escritos, orais ou até mesmo gestuais. Em razão da riqueza que a fotografia pode expressar à pesquisa, esta é uma fonte documental de suporte a análise do objeto de estudo que é a gênese da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza – Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – 1966-1969. Fonte que irá colaborar na complementação de outras fontes, como as orais, escritas, as quais se desdobram em primárias e secundárias.

Barros “reflete sobre a produção social do olhar, encontrando imagens na especificidade de um circuito social, de um campo semântico, de uma comunidade de sentido, quando se utiliza o recurso de imagens fotográficas para historiar a educação” (Barros, 2005, p. 119).

O fator a que Barros submeteu-se quando utilizou o recurso de imagens fotográficas para historiar a educação é extensivo a todos os pesquisadores que utilizam a fotografia como recurso na história da educação e, conseqüentemente, na história das instituições educacionais.

O interessante é que deve ser desenvolvida pelo pesquisador uma reflexão sobre a produção social do olhar, de modo que se possa encontrar especificidade na fotografia relacionada ao momento histórico vivenciado pela instituição educacional, não apenas um olhar do senso comum, mas um olhar que seja reflexivo, capaz de determinar com precisão,

através da fotografia e outras fontes a realidade que ela pretende expressar.

Em relação às fotografias, Barros inquirir se elas podem servir a uma melhor compreensão do universo da escola. Ele mesmo conclui afirmando que – as fotografias, portanto, podem transformar-se em fontes históricas, iconográficas, possibilitando a pesquisa sobre o mundo escolar em determinada época e espaço, remetendo ao vestuário, aos tipos étnicos, à composição sexual, à arquitetura escolar, aos materiais e recursos pedagógicos, desde que relacionados a fontes de outras naturezas (escritas, orais etc.) (Barros, 2005, p. 129).

Assim, acredita-se na importância da utilização da fotografia como mais um recurso de análise do objeto, relacionando-a, evidentemente, a outras fontes escritas, orais etc. Deste modo, na interpretação da gênese da Escola Estadual Prof. José Ignácio de Souza – Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – 1967-1969, utilizou-se também o recurso da iconografia para sua análise.

O entendimento histórico proporciona amplas oportunidades de reformulação do pensamento e, no caso específico, da história da educação e, no particular, a história das instituições educacionais. Nesta perspectiva, o conhecimento histórico busca auxílios nos documentos fotográficos, orais e escritos, no sentido de dar uma forma mais ampla à história das instituições. Barros informa que, com o acesso à literatura historiográfica francesa, a fotografia alcança um novo paradigma, tornando-se mediação entre a memória e a história. E declara, ainda, que no novo estatuto redefine a fotografia, deixando sua condição de fonte ilustrativa para um novo patamar: a de objeto historiográfico (Barros, 2005, p. 120)..

A fotografia é redefinida como objeto historiográfico, circunstância proporcionada pelo acesso à literatura historiográfica francesa. Ela não é mais tratada como simples imagem, o olhar pelo olhar apenas, ganhou importância, significado e corpo dentro da história da educação e, principalmente, na história das instituições educacionais.

Machado, discorrendo a respeito de fotografias, fala que “a realidade não é essa coisa que nos é dada pronta e predestinada, impressa de forma imutável nos objetos do mundo: é uma verdade que advém e como tal precisa ser construída, analisada e produzida” (Machado, 1983, p. 92). Você observa uma fotografia, puramente a imagem dela talvez não lhe diga nada, é necessário contextualizá-la cultural, histórica e socialmente, visando compreendê-la de modo historiográfico, associando-a a uma instituição educacional. Assim, é possível estabelecer uma relação da imagem com reflexões mais profundas em relação a ela.

Aqui, entra a competência de se trabalhar com a fotografia, que, para alguns, é um

conhecimento aquém de suas habilidades, mas entra o detalhe de se estar adaptando e buscando uma “nova epistemologia da ciência”, em que é possível a ampliação dos recursos para inseri-los no desenvolvimento do conhecimento científico e, conseqüentemente, na história da educação e no particular na história das instituições educacionais.

Barros indaga se o “mundo escolar produz imagens”. Ele afirma a interrogação, esclarecendo que “as fotografias produzidas pelas instituições falam de uma história oficial, produzidas para o governo, no caso das escolas federais, estaduais ou municipais, ou para mantenedoras religiosas ou laicas, no caso das instituições particulares” (BARROS, 2005, p. 121).

Embora as fotografias falem de uma história oficial, no caso de instituição escolar pública, o mais importante é que de fato há a afirmação de que elas falam. Agora, o pesquisador que está utilizando a iconografia para aplicá-la na análise de instituição escolar deve confirmar ou refutar esta fala advinda da voz oficial relativa á fotografia, por meio da comparação com outras fontes, como as orais e escritas.

Mas, conforme Barros, “nem só das imagens oficiais, produzidas pelas instituições escolares, é feita a iconografia disponível para o historiador. Existem as fotografias produzidas pela esfera do privado” (BARROS, 2005, p. 123).

A utilização de fotografias para analisar a gênese e a consolidação da E. E. Prof. José Ignácio de Souza – Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – 1966-1971, em associação com outras fontes orais e escritas, será possível com a participação em quase sua totalidade da “esfera do privado”, onde ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e ex-diretores forneceram fotografias particulares que estavam guardadas em suas casas.

Um fato noticiado, demonstrado e explicado, utilizando-se do recurso visual torna-se amplamente muito mais “vívido”, possibilitando aos envolvidos, (expositores, assistentes, ouvintes e leitores) uma assimilação eficiente do conteúdo do objeto, fruto dessa exposição. Há um comprometimento maior dos envolvidos na história, no desenvolvimento do objeto, uma vez que ela lhes interessa.

Esta pesquisa, relativa à fundação e aos anos iniciais de desenvolvimento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, buscou imagens que pudessem retratar a instituição pesquisada. Elas nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida (BURKE, 2004, p. 17). É importante esta afirmação, pois é detectada no desenvolvimento do objeto, quando utilizadas imagens e fotografias.

As imagens são colocadas historicamente no mesmo patamar dos textos e testemunhos

orais, não se diferenciando em nada quanto à validade histórica. Esta pesquisa caminha nesta perspectiva, concebendo as imagens como um recurso de trabalho, tão importante como os “textos e testemunhos orais”, sendo as fotografias elementos importantes como fontes de pesquisa (BURKE, 2004, p. 17).

O que é interessante no aspecto de imagens, relatado por Burke, é a ampliação dos objetos que se vê. Além da imagem fotográfica, ele cita uma série de outras imagens idealizadas pelo ser humano, muitas vezes não são idênticas ao momento vivido, mas são classificadas por Burke como ferramentas de evidências históricas que são úteis aos estudantes de história.

Na análise do objeto destacado nessa pesquisa, o propósito foi utilizar imagens e fotografias, apesar das dificuldades iniciais de encontrá-las, mas à medida que o trabalho avançou, surgiram inúmeras fotografias e imagens relacionadas ao objeto e, assim, sua utilização em muito contribuiu para o enriquecimento da história da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

Os termos “iconografia” e “Iconologia” foram lançados no mundo da história da arte durante os anos de 1920 e 1930 (BURKE, 2004, p. 43). Eles têm sido muito usados na elaboração de dissertações na área educacional, principalmente. Os recursos proporcionados pela iconografia têm ajudado de modo significativo no desenvolvimento do objeto.

Burke afirma que o grupo mais famoso de iconografistas seria encontrado em Hamburgo, nos anos que antecederam a ascensão de Hitler ao poder (BURKE, 2004, p. 44).

Percebe-se que a sistematização de estudos voltados à fotografia já remonta muitas décadas, mas é possível que involuntariamente muitos já usassem esta técnica para estabelecer um conhecimento histórico, ainda que sem reconhecimento, há séculos.

Burke explica a existência de alguns níveis de concepção das imagens, fotografias e figuras.

Segundo Burker, são três.

O primeiro deles: descrição pré-iconográfica, voltada para o “significado natural”, consistindo na identificação de objetos (tais como árvores, prédios, animais e pessoas) e eventos (refeições, batalhas, procissões etc.). O segundo nível era a análise iconográfica no sentido estrito, voltado para o “significado convencional” (reconhecer uma ceia como a última ceia ou uma batalha como a batalha de Waterloo). O terceiro e principal nível era o da interpretação iconológica, que se distinguia da iconografia pelo fato de se voltar para o “significado intrínseco”, em outras palavras, os princípios subjacentes que revelariam à atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica. É nesse nível, afirma Burke

(2004), que as imagens oferecem evidências úteis e de fato indispensáveis para os historiadores culturais (BURKE, 2004, p. 45).

Este trabalho procurou retirar vários recursos oferecidos pelas fotografias, seguindo as orientações propaladas por Peter Burke e Armando Barros, dentre outros, para o seu desenvolvimento. Deste modo, procurou fornecer todo o material disponível, desde o depoimento, até fotos antigas que recordam e revelam os diversos momentos históricos, vividos pela instituição escolar.

E, assim, a imagem colabora com a afirmação de um documento escrito e oral, enfim, contextualiza o objeto em análise.

1.1.3 Pesquisa em História Oral

Em seguida à história oral, será desenvolvido o tema: as instituições escolares enquanto campo de investigação.

A história oral contemplou os sujeitos envolvidos no processo de fundação e desenvolvimento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, o qual passou a denominar-se, ainda no ano de 1969, Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

Acredita-se na dificuldade de desenvolvimento do objeto em análise, distante da história oral, neste sentido é que se propôs a realização de um estudo, utilizando dados que provêm de fontes orais, sem as quais não teria tido o resultado que se teve.

Raphael afirma que:

(...) a evidência oral possibilita escapar de algumas falhas dos documentos”. É uma afirmação que se coaduna com a prática de pesquisa. Muitas vezes, a resposta a uma indagação vem da voz de uma pessoa que se dispõe a colaborar através da oralidade, a fim de clarear o desenvolvimento do objeto. “A evidência oral é infundável, somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato” (RAPHAEL, 1989/1990, p. 230).

A história oral é riquíssima, mas depende, é claro, da eficiente intervenção do historiador envolvido com a pesquisa. As perguntas devem focar o objetivo que se quer alcançar no desenvolvimento do objeto, conforme o planejamento que se propõe para análise do mesmo. Quando os caminhos que rumam a história oral são aplainados, orientados e

desenvolvidos na forma de perguntas que focam essencialmente o objeto, verifica-se a característica de “infindável” (RAPHAEL, 1989/1990, p. 230). Há um evidente enriquecimento das fontes, na utilização da história oral, além dela própria ser uma fonte. O detalhe é que ela se desdobra numa fonte, que pode auxiliar outras fontes.

Raphael esclarece que “além de aproveitar mais da documentação existente, um projeto de História Oral pode também acrescentar itens a ela e criar uma documentação totalmente nova e própria” (RAPHAEL, 1989/1990, p. 231). O pensamento deste trabalho em relação à história oral caminha nesta perspectiva, pois entende-se que de fato a história oral incrementa as informações existentes, além de desenvolvê-las e acrescentar novas informações fundamentais para o conhecimento do objeto, sem os quais é impossível um resultado satisfatório por parte do pesquisador.

Dentro do estudo da gênese da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, então Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, valeu-se da história oral, entendendo, na perspectiva apontada por Raphael (1989/1990), que ela pode apresentar originalidade, além de oferecer suporte àquilo que já existe de material relativo ao objeto.

Raphael lembra que nomes selecionados dos jornais da época podem ser usados como fonte de questionamento e lembrete (RAPHAEL, 1989/1990, p. 233). Muito apropriada a colocação, pois ao folhear o jornal Correio de Uberlândia, de 1966, em que se criou o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, deparou-se com a informação de que foi Homero Santos, então Deputado Estadual, que recebeu mensagem do então governador do Estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, informando da criação do referido Colégio.

De posse da informação, elaborou-se um questionário, que foi remetido ao Deputado Homero Santos, de modo que oferecesse informações pertinentes ao objeto. Como legislador na época, foi Homero um dos votantes para a criação do referido Colégio; então, sua colaboração no âmbito da história oral é de suma importância.

A história oral é aquela que fura as barreiras dos documentos oficiais escritos e consegue imprimir uma marca de autenticidade no estudo do objeto.

Thompson diz que “a História Oral pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental” (THOMPSON, 1978, p. 22).

Este esclarecimento de Thompson apresenta uma relação com o objeto que está sendo analisado, uma vez que, sem o recurso da história oral, as pessoas que fizeram parte dele

ficariam de fora do processo de conhecimento.

Com relação ao Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, as pessoas que de fato vivenciaram a história do referido colégio registraram suas histórias referentes ao mesmo, visando o enriquecimento do objeto e a satisfação de participarem da construção da história daquilo que fez ou faz parte.

Thompson registra que “a história sempre andou preocupada com as realizações governamentais, seus fundamentos e com atividades emanadas das classes dirigentes, além de registrar fatos que lhe são apenas pertinentes” (THOMPSON, 1978, p. 22-23). Esquecendo-se do homem humilde, do trabalhador, da dona de casa, enfim, daqueles que fizeram a história, mas são dela excluídos. E diz ainda que “em consequência, mesmo com a ampliação do campo de interesse da história, permaneceu igual o enfoque político e administrativo original” (THOMPSON, 1978, p. 23).

Apesar das tentativas de popularizar a história, permitindo que os verdadeiros agentes construtores dela participem de sua estruturação, ainda assim, “permanecem igual o enfoque político e administrativo original”.

Mas os historiadores que defendem a história oral estão contribuindo para a implantação de um modelo de história que abre espaço para os outros elementos da história, como pessoas simples da comunidade e da escola, tornando-a um aspecto interpretativo e mais rica. Deste modo, trabalhou-se o objeto, dando voz a aluno, professor, deputado, diretor, enfim, os envolvidos com a história do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

Muito conveniente é a afirmação de Thompson de que “os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar” (THOMPSON, 1978, p. 25). As pessoas escolhidas nesta pesquisa foram aquelas que de um modo valorativo, social, psicológico, moral, histórico se vinculam, com mais efetividade, ao objeto. As perguntas se relacionam com as respostas que se procuram para o problema levantado referente ao objeto. O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi estudado tendo como pressuposto da escolha de quem entrevistar e quais perguntas realizar, o desenvolvimento das respostas às dúvidas levantadas relacionadas à sua criação e desenvolvimento.

A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recua a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1978, p. 25-26).

A história oral é de suma importância, mesmo existindo uma farta documentação escrita, pois sua contribuição serve para clarear dados e também corrigir outros. No

desenvolvimento do objeto, procurou-se contemplar os elementos citados por Thompson, sendo dadas oportunidades de voz desde o menor até o maior na escala social relacionada ao objeto.

Destaca-se, ainda, que a história oral proporciona a “terapia da reminiscência”. É uma circunstância em que o elemento está contribuindo para o desenvolvimento do estudo de um objeto de pesquisa, mas ao mesmo tempo se beneficiando com um tratamento que a reminiscência pode lhe conceder, quando relembra fatos que lhe foram agradáveis e o sentimento de que sua fala é importante para desvendar acontecimentos que só a história oral pode permitir.

Deste modo, afirma Thompson, “uma das contribuições sociais essenciais que pode ser dada pelo historiador oral, quer em projetos, quer introduzindo citações diretas na história escrita, é ajudar a fazer com que as pessoas comuns confiem em sua própria fala” (THOMPSON, 1978, p. 41).

Pelo menos duas são as finalidades da história oral: colaborar para que o objeto de pesquisa seja enriquecido com dados que de outro modo seria impossível e democratizar o acesso de pessoas comuns na construção da história, com os conseqüentes prazer e alegria de rememorar fatos e pessoas, descrevendo, confirmando e trazendo inovações na análise do objeto.

São estas características que foram possíveis de se perceber que a história oral proporcionou ao estudo do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, as quais foram preponderantes no trabalho.

No tratamento da história oral é necessário desenvolver alguns cuidados, de modo que ela não venha cair no ridículo e, nesse sentido, Thompson fala que “um historiador que apenas se envolve com uma reminiscência casual coletará informações interessantes, mas desperdiçará a oportunidade de obter a evidência crítica para a estrutura do debate e da interpretação histórica”.

A dosagem é primordial no tratamento da história oral, sem este ingrediente a história oral pode cair numa mera descrição, sem interpretação e nem tampouco confrontação com outras fontes, visando criticamente o enriquecimento do trabalho.

Quanto ao questionário que se utilizou na pesquisa, é conveniente afirmar que embora se saiba de sua limitação, em decorrência da pessoa ter tido menos “liberdade de expressão”, sua utilização foi imprescindível, visto ser quase impossível a entrevista pessoal com algumas personalidades que estiveram envolvidas na criação do Colégio Comercial Oficial de

Uberlândia, como é o caso, por exemplo, do então Deputado Estadual Homero Santos, no ano de 1966. Foi elaborado um questionário e encaminhado a ele, o qual reside em Brasília e o mesmo respondeu, explicando suas concepções relacionadas ao movimento de criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

O mesmo não podia ficar de fora do depoimento relativo ao referido colégio, ainda que na forma de questionário. As questões centrais levantadas no questionário referem-se à criação da escola pesquisada: abordando perguntas a ex-professores, ex-alunos, ex-diretores e políticos que estiveram presentes na fundação e no desenvolvimento dessa instituição escolar, como: a relação existente entre pais-alunos-professores, o que os alunos esperavam da escola, o que significou o colégio, tanto para os alunos, quanto para a comunidade, dentre outras.

1.2 As instituições escolares enquanto campo de investigação

Para Magalhães, o conceito de instituição associa-se à “idéia” de: permanência, sistematicidade, norma e normatividade. “Uma instituição é uma idéia de empreendimento que se realiza e dura juridicamente num meio social” (MAGALHÃES, 2004, p. 57).

Na busca por significados para instituição, entende-se que ela seja um estabelecimento que imprime sua marca na sociedade, transmitindo a esse meio social o caráter permanente, sistemático, normativo e de normatividade, conforme Magalhães.

E é este o sentido que se percebe ao analisar a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, ao verificar sua permanência, sistematicidade e normatividade, enquanto instituição educacional.

Saviani (2006) diz que a instituição escolar se define como uma estrutura material que, em sua constituição, atende determinada necessidade humana, de caráter permanente. Sendo assim, uma instituição é feita para permanecer. Ressalta, ainda, que se as instituições são feitas para dar satisfação a determinadas necessidades humanas, elas não se constituem como algo de natureza pronta e acabada, que uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou.

Acredita-se que uma instituição é de fato permanente, ainda que venha sofrer, ao longo de épocas, algumas transformações e elas são estabelecidas para dar satisfação aos seres humanos de alguma forma, seja educando, preparando para o exercício de uma profissão,

preenchendo o vazio da alma, como é o caso das instituições religiosas, enfim o papel das instituições é permanecer e ao mesmo tempo proporcionar satisfação a seus usuários.

A história das instituições educativas procura estudar fatores relacionados ao processo educacional, na investigação do que se passa no interior das escolas, produzindo um conhecimento mais profundo destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem. Buscou-se, assim, utilizar desta perspectiva para conhecer a sistemática do ensino praticada na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza nos seus primeiros anos de funcionamento.

Assim, explica Magalhães,

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 2004, p.134).

São duas situações apontadas por Magalhães quando se procura a compreensão da existência histórica de uma instituição educativa: integrá-la na realidade mais ampla, que é o sistema educativo, e contextualizá-la, relacionando-a ao desenvolvimento de onde está inserida.

Deste modo, para se compreender uma instituição educativa é importante concebê-la como um subconjunto de um conjunto maior, que é o “sistema educativo”, procurando estabelecer as relações que lhe são pertinentes e analisá-la no contexto de onde está localizada.

E, neste sentido, o trabalho busca a apreensão daqueles elementos que dão identidade à instituição educacional, como: quais práticas educativas eram realizadas em seu interior, qual o significado das comemorações cívicas para professores, alunos, diretores e comunidade, como se realizavam essas atividades e qual era o grau de participação da comunidade nesses eventos, conferindo assim um sentido único no aspecto social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.

Todos, ou quase todos os seres humanos já passaram por uma Instituição Escolar. É um dos ambientes mais populares de que se tem notícia. Há muitas instituições conhecidas da humanidade, mas uma que, além de conhecida por toda humanidade, foi ou é freqüentada por toda ou praticamente toda humanidade é a instituição escolar. Ela abriga judeu, cristão, muçulmano, católico, espírita, enfim, de todos os segmentos religiosos, ideológicos, políticos,

sociais e econômicos se encontram numa instituição escolar, ao passo que as demais instituições são segmentadas, sendo freqüentadas apenas pelos partidários ou simpatizantes.

A escola tem sido pensada também como local de formação não apenas do pensamento, mas há uma vinculação dela também com a questão do trabalho, principalmente no mundo capitalista. O próprio Rui Barbosa, ainda no império brasileiro, em seus “célebres pareceres” já vinculava escola e trabalho (XAVIER, 1988, p. 82). E hoje, mais que nunca, é freqüente a busca de estudos para melhorar o emprego, parece ser um fator vinculativo, mais educação que a pessoa possui, mais possibilidade dela conseguir um emprego ou melhorar no emprego que já está.

Outro pensador, Dewey, já via a escola como um espaço em que se pudesse criar nos alunos uma ideologia de mudança social e este comportamento seria levado à sociedade adulta e, progressivamente iria renovar-se a sociedade, por meio da educação escolar (DEWEY, 1950, p. 350).

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Fernando de Azevedo, diz que:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação (...) A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação (AZEVEDO 1932, p. 42-43).

Esse era o ideal de educação proposto por Azevedo, ao mesmo tempo uma crítica ao modelo educacional vigente em sua época, propunha então que se promovesse uma reforma na educação, de modo que o indivíduo fosse quem aparecesse e fosse beneficiado e não o sistema governamental forçando o sistema educacional a vincular a escola, ou seja a formação do indivíduo à força de trabalho.

Talvez esta circunstância explique o rápido crescimento nas pesquisas sobre instituições escolares. São inúmeros autores ao redor do mundo que se empenham em analisar as instituições escolares, em suas mais variadas categorias de abordagem. Gatti Jr., Inácio Filho, Araújo e Neto, dizem que:

Nesse movimento de rompimento com velhas tradições e de construção de novas modalidades interpretativas, insere-se um processo de renovação

específica no campo da História da Educação, que iniciou-se em solo europeu e atingiu pesquisadores, especialmente historiadores e educadores por todo o mundo. Dentre as diversas inovações, podemos destacar a valorização das pesquisas que almejam dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, no interior das escolas (GATTI JR., INÁCIO FILHO, ARAÚJO e NETO 1997, p. 07).

A melhor compreensão da instituição escolar tem sido a preocupação de inúmeros pesquisadores espalhados pelo Brasil e pelo mundo e esta busca de melhor entendimento da escola em sua relação com os diversos atores nela envolvidos, como professores, diretores, alunos, funcionários e demais pessoas que participaram de sua construção.

Acredita-se que a ampliação nas pesquisas voltadas às instituições escolares possa abrir caminhos para novas propostas educacionais, tomando como base os levantamentos realizados por essas instituições, das quais muitas delas foram modelo de ensino para seus alunos e só vêm a ser conhecidas por meio de estudos. E há categorias de análise, como a organização do ensino pela instituição, o seu diferencial pelos alunos e o que esta instituição significou para esses alunos e quem são esses alunos para a sociedade, frutos dessa instituição, que podem proporcionar a utilização por outros dirigentes escolares da prática que foi desenvolvida por aquela instituição escolar e nessa configuração melhorar a educação do Brasil e do Mundo.

Torrinha ao definir o conceito de instituição, apresenta alguns significados, como: 1º - disposição; plano; arranjo. 2º - instrução; ensino; educação. 3º - criação, formação; 4º - método, sistema, escola, seita, doutrina (TORRINHA, 1945, p. 434).

Saviani se detém na quarta acepção para explicar o termo instituição escolar, em que se destacam os fatores método, sistema e escola. Para ele, a escola constitui um grupo de indivíduos reunidos em torno de um mestre ou orientação teórica, como nas expressões “escola filosófica”, “escola de Frankfurt”, “escola dos Annales” (SAVIANI, 2005, p. 28). Saviani diz ainda que: “com efeito, a própria idéia de educação já estaria contida no conceito de instituição” (ibid., p. 28).

A escola é capaz de reunir pessoas de diferentes classes sociais com o objetivo de educar, aprender e/ou ensinar e, muitas vezes, em um ambiente de troca de idéias.

Saviani esclarece que:

(...) as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p. 28).

Relacionamento é o que se estabelece entre os seres humanos no contato com a instituição, assim como entre a escola e a sociedade em que ela está inserida. Assim percebe-se que a instituição educacional trava internamente diversas relações, como pedagógicas, didáticas, de lazer, de realizações, de amizade, culturais, enfim, relações de que participa toda ou quase toda humanidade. Externamente, ela se vincula com o meio em que se localiza.

Para ele, portanto, as instituições são sociais, não exclusivamente as instituições escolares, mas em seu sentido genérico. Conforme Saviani, as instituições constituem-se, pois, um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por elas perseguidas (SAVIANI, p. 28).

Se a necessidade, em determinado lugar e época, é de ensino, obviamente ali será desenvolvida uma instituição escolar, de modo que socialmente atenda às necessidades das pessoas e, a partir daí, se desenvolvem práticas no interior da instituição, envolvendo os atores que ali freqüentam, de modo que alunos, professores, funcionários, diretores e demais envolvidos na instituição possam se encontrar na relação das práticas próprias de uma instituição de ensino, variando de uma instituição para outra, bem como em épocas também.

Saviani deixa claro também o caráter permanente da instituição escolar, não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam, em última instância, de ser, também, transitórias (SAVIANI, 2005, p. 28)

Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico.

Os tempos cronológico e psicológico, conforme Saviani, estão imunes à determinação da transitoriedade das instituições, apenas o tempo histórico é capaz de fazê-lo. “Cronológica e psicologicamente” a instituição tem caráter de permanência, restando ao “tempo histórico” estabelecer sua transitoriedade, quando de sua ocorrência, mas os aspectos psicológicos e cronológicos marcam permanentemente a instituição.

Saviani diz que “a instituição corresponde, portanto, a uma atividade de tipo secundária, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e inintencional” (SAVIANI, 2005, p. 29). A instituição escolar é uma necessidade primária, uma vez que o ser humano já nasce com necessidades de aprendizado, e nesta questão tem-se o aprendizado sistemático e o assistemático, sendo que o primeiro adquire-se numa instituição escolar devidamente estabelecida para este fim.

Em relação à instituição escolar, pode-se apresentar o seguinte exemplo: o ser humano

já nasce com necessidades de aprender, ter conhecimento, é algo que é interno a todos, independentemente de nacionalidade, cor, religião, sexo ou qualquer forma de especificação. Então, é uma necessidade inerente ao ser humano, daí o surgimento da instituição escolar. Esta é, pois, reflexo de uma necessidade primária.

Evidentemente, a instituição escolar, nesse caso, é uma questão secundária, no sentido de que surge após a necessidade primária. “A instituição corresponde, portanto, a uma atividade de tipo secundária, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e inintencional” (SAVIANI, 2005, p. 20).

Saviani diz que “de modo geral, podemos conceber o processo de institucionalização da educação como correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho” (SAVIANI, 2005, p. 31).

Assim, continua Saviani, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo, inteiramente, com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí, completa Saviani, que se localiza a origem da escola.

A palavra “escola”, como se sabe, deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio. A educação dos membros da classe que dispõem de ócio, de lazer, de tempo livre, passa a se organizar na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo do trabalho. Saviani fala que “na origem da instituição educativa, ela já recebeu o nome de escola” (SAVIANI, 2005, p. 31).

Desde a antiguidade a escola foi se depurando, se complexificando, se alargando até atingir, na contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para se aferir todas as demais formas de educação.

Percebe-se que, no decorrer dos tempos, a escola veio se desenvolvendo e se adaptando às exigências de uma sociedade atual, com seus mecanismos tecnológicos sofisticados.

Assim, direta ou indiretamente, o “locus” do pensamento para o desenvolvimento das técnicas para atender a demanda do avanço e da expansão dessa sociedade é a escola, onde se aprende e se ensina.

De fato, é na escola que todos se encontram, quer sejam pobres, ricos, pretos, brancos,

independente de nacionalidade. Mas o objetivo da classe dominante é a “instrução” à sua descendência, que se constitui numa minoria e o “aprendizado” para o trabalho para a maioria.

A voz de comando fica com a classe dominante, é claro, e o respeito e a submissão com os dominados e é justamente isto que Manacorda declara que ocorre na escola, em relação a uma e outra classe.

Manacorda esclarece melhor esta relação:

A separação entre instrução e trabalho, a discriminação entre a instrução para os poucos e o aprendizado do trabalho para os muitos, e a definição da instrução “institucionalizada” como institutio oratória, isto é, como formação do governante para a arte da palavra entendida como arte de governar”(...) define o seu lugar como uma “escola” destinada à transmissão de uma cultura livresca, codificada, numa áspera e sádica relação pedagógica (MANACORDA, 1989, p. 356).

É esta a realidade apresentada pela escola no tratamento com essas duas classes, as quais recebem, de um lado, a dominante “instrução”, baseada na formação do governante para a arte da palavra entendida como arte de governar (o “dizer”, ao qual associa a arte das armas, que é o “fazer” dos dominantes) e de outro lado está o subalterno, dominado, recebendo na escola o “preparo para o trabalho”.

Cunha diz que:

(...) o principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total”, liberado e pleno. A escola assim preocupada com o homem, independente da família, classe ou religião a que pertença, irá revelar e desenvolver, em cada um, seus dotes inatos, seus valores intrínsecos, suas aptidões, talentos e vocações (CUNHA, 1989, p. 35).

Com base nos dizeres de Cunha e tendo realizado pesquisa junto aos formandos no curso técnico em contabilidade da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, os quais reconheceram a importância da referida escola em sua ascensão social, uma vez que a instituição investiu em seu potencial, preparando-os adequadamente para o mercado de trabalho, bem como para prosseguimento nos estudos, será feita uma relação com o pensamento pedagógico da escola nova, em que consiste no desenvolvimento das vocações dos alunos, não importando sua origem social, mas entendendo na possibilidade da

mobilidade sócio-econômica, ou seja, que um indivíduo de classe baixa migre para a classe média ou alta, por meio do fator educacional.. Na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, esta prática foi muito corrente, especialmente no período pesquisado: 1966-1969. E este estudo foi possível, em decorrência da pesquisa voltada a esta instituição, de forma que houve a possibilidade do conhecimento de sua dinâmica interna e externa, por meio de seus elementos.

E é nos anos 1990 que o Brasil vê uma intensificação nos estudos sobre instituições escolares, embora muitas pesquisas já tivessem seu início bem antes. Entretanto, foi a partir deste período que o País assistiu a uma sistematização e à evolução neste campo (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 01).

Antes de 1990, havia o predomínio de outros temas, como: “sociedade de classes, base material da sociedade, atividade ideológica, compromisso político e competência técnica, formação de professores, democratização da escola, reprodução simbólica, organização escolar” (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 03).

O tema instituição escolar estava embrionado, mas estava em gestação, por ocasião da discussão e desenvolvimento dos temas mencionados por Buffa e Nosella, mas o resultado é que praticamente todas as Universidades Brasileiras pesquisam instituições escolares e é um tema que, cada vez mais, aumenta o interesse de pesquisadores. “O tema instituições escolares, senão ausente, era um mero pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral.” É uma situação que foi superada, a que reverteu o pequeno interesse pelas pesquisas voltadas à análise de instituições escolares.

Esses autores dizem que “a nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes ou a tela de fundo teórica das pesquisas realizadas no âmbito da educação, a qual inclui também as instituições escolares” (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 03). “As matrizes teóricas” utilizadas na pesquisa de instituições escolares são variadas e o pesquisador tem a liberdade de escolher a que melhor se adapte ao seu trabalho. Cresce a cada dia o número de pesquisadores sobre instituições escolares, e eses têm apresentado diversos enfoques em relação às mesmas.

Buffa e Nosella afirmam que:

Os grupos de pesquisa sobre instituições escolares multiplicam-se a cada dia nos vários programas de pós-graduação em educação. Mas é necessário cuidado no desenvolvimento de pesquisas voltadas a instituições escolares, uma vez que não são apenas os documentos oficiais que podem servir de base para a análise (BUFFA e NOSELLA , 2005, p. 04).

Assim, no estudo de uma instituição escolar, o pesquisador pode se encantar com as fontes e acreditam que os dados falam por si. Deve-se ter muito cuidado para não cair na armadilha desse emaranhado de caminhos que se abrem à pesquisa, de modo que se encontre a melhor trilha a seguir. Neste sentido, ainda os mesmos autores dizem que “o idealismo supervaloriza a subjetividade e a intencionalidade humanas como demiurgos da história” (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 04).

Esse procedimento vai ao encontro da prática da pesquisa sobre instituições escolares em que se caracteriza o valor das conquistas aos seus fundadores. Buffa e Nosella dizem que:

Desse ponto de vista teórico, o pesquisador, ao retratar a história de uma instituição escolar, atribui o mérito principal das transformações econômicas e sociais, aos fundadores e às atividades formativas daquela escola, para o estruturalismo, a sociedade resulta de um jogo entre estrutura e superestrutura sem direção histórica e sem riscos. (...) Os culturalistas, seduzidos e aprisionados pelas interessantes e variadas formas de viver dos homens, comprazem-se na descrição das mesmas (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 09).

Deve-se ter cuidados com os extremos, evitando que se passe despercebido um sentido que originalmente se quer expressar para a história, por meio de imagens fotográficas ou outro recurso historiográfico, e é muito arriscado para a história e acredita-se qualquer ciência, o contentamento com meras descrições, como defendem os culturalistas. Buffa e Nosella esclarecem que:

(...) a dialética é uma condição recíproca de existência. Ou seja, assim como uma determinada sociedade foi a condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é a condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 10).

Verifica-se a cumplicidade que há entre instituição escolar e sociedade, expressa como “dialética” pelos autores Buffa e Nosella. Há uma relação de dependência e diálogo entre ambas, uma serve à outra, em seus aspectos de essencialidade, assim: a sociedade necessita da instituição escolar, primeiramente para que seus integrantes adquiram o conhecimento sistemático e depois a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado, além da formação de lideranças para reger esta sociedade. Então, cria-se esta relação de dependência: instituições de ensino são criadas pela sociedade e estas servem à sociedade em suas necessidades.

Falou-se em três alternativas teóricas de pesquisas: idealismo, estruturalismo e

culturalismo. Percebe-se que todos esses caminhos são um tanto complexos, em razão de suas opções, como explicitado anteriormente, por isso é que o pesquisador às vezes se encontra numa situação difícil de escolha, porém deve se embrenhar por algum caminho. Escolha está presente em tudo na vida e não é diferente na pesquisa, o estudioso precisa fazer opção pelos pressupostos teórico-metodológicos que lhe darão suporte no desenvolvimento do objeto. É uma das opções que se tem mostrado viável, enquanto pressuposto teórico é a nova história e muitos estudos referentes a instituições educacionais têm se utilizado dele. Conforme Buffa e Nosella:

(...) de posse dos conceitos fundamentais do método dialético, o pesquisador pode estabelecer a conexão objetiva entre escola e sociedade. Essa relação dialética entre escola e sociedade será apreendida a partir do levantamento e da análise dos dados empíricos da instituição escolar (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.) (BUFFA e NOSELLA, 2005, p. 12).

Esta relação objetiva entre escola e comunidade será tratada no capítulo 2. Percebe-se que não é tarefa simples historiar uma instituição escolar, mas o esforço do pesquisador supera as dificuldades e esta característica alinha o estudioso nos passos necessários da pesquisa.

O estudo voltado às instituições educacionais tem atraído cada vez mais um número significativo de pesquisadores que se interessam pelo tema e esta circunstância tem contribuído para o aumento do volume de material produzido na área. Inicialmente, havia um acanhamento na busca de historiar as instituições educacionais, mas mesmo assim há muitos séculos que elas vêm sendo analisadas.

A verdade é que a pesquisa voltada às instituições requer muito estudo, muita habilidade, sistematização e profundidade na análise.

Pesquisar instituições escolares demanda estudos organizados, especializados e minucioso no tratamento de informações referentes às mesmas. O que é história das instituições escolares? Magalhães responde, afirmando que:

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar (MAGALHÃES, 2005, p. 98).

Assim, completa-se que, ao abordar a relação escola-comunidade, deverão ser considerados os planos macro(estrutural), meso(conjuntural) e micro(local). O interesse pela pesquisa educacional é crescente, principalmente voltada às instituições escolares e esta busca tem sido testemunhada pelos mais variados autores que se dedicam à matéria. A história da educação percorreu diversos períodos, se desenvolvendo progressivamente e atendendo às questões propostas de modo a contribuir com atividades de memória, história e resgate de fatos envolvendo também as instituições escolares. A história das instituições educativas está em processo de renovação do conhecimento, aberta à utilização de fontes até pouco tempo impensável e uma ampliação na busca de outros ângulos de interpretação.

A busca dos historiadores da educação agora é o nivelamento com os historiadores profissionais, dada a especialidade que esse campo requer, e as técnicas que são utilizadas para historiar a educação não diferem muito e não são menos exigentes que as aplicadas à história em geral, seja ela econômica, política ou social. Assim, Saviani afirma:

Ao longo principalmente da última década, os investigadores-educadores especializados na história da educação têm feito um grande esforço no intuito de adquirir competência no âmbito historiográfico de modo que estabeleça um diálogo de igual para igual com os historiadores (SAVIANI, 2005, p. 23).

Percebe-se o esforço dos envolvidos com a história da educação no sentido de aperfeiçoar ao máximo às técnicas de trabalho para oferecer a melhor pesquisa à sociedade, com todas às margens de segurança de um trabalho fundamentado e enraizado no rigor científico.

Saviani faz uma alerta aos historiadores da educação, quando fala que “o reconhecimento do empenho dos historiadores da educação não deve obscurecer, porém, as reais dificuldades teóricas” (SAVIANI, 2005, p. 23).

É interessante que o entendimento da história da educação permite ao envolvido, pesquisador, aluno e demais pessoas, uma compreensão mais clara da realidade educacional em suas múltiplas relações. Percebe-se, enfim, que o êxito da pesquisa depende do esforço do pesquisador.

Dáí decorre que a produção de conhecimentos novos e eficazes na história da educação e especialmente nas instituições escolares depende da qualidade do pesquisador, o qual necessita estar imbuído de uma riqueza cultural para o enriquecimento da pesquisa, buscando utilizar as fontes possíveis no desenvolvimento do objeto.

Interessante notar também que a história das instituições escolares representa um subitem dentro do item maior que é a história da educação e um olhar desatento pode confundir ou desconsiderar esta relação que se estabelece entre história da educação como o conjunto e história das instituições escolares como o subconjunto. Carvalho esclarece que:

Fortemente radicada nas interrogações e perplexidades que lhe são contemporâneas, a história da educação passa a tematizar a perspectiva dos sujeitos dos processos investigados, trabalhando com as representações que os agentes históricos fazem de si mesmos, de suas práticas, das práticas de outros agentes, de instituições - como a escola - e dos processos que as constituem (CARVALHO, 2005, p. 35).

O campo da história educacional é amplo e a cada dia surgem novos temas para serem analisados e mesmo dentro das instituições escolares há até desdobramento de estudos. Historiar uma instituição escolar é tarefa um tanto complexa, em decorrência do saber manusear os elementos próprios de análise e Fávero entende que na pesquisa, “o conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir, por meio de ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto” (FÁVERO, 2005, p. 50)..

Além disto, Fávero afirma também que “o processo histórico não se dá de forma linear e contínua, e que cada instante da atualidade resulta de movimentos às vezes contraditórios” (FÁVERO, 2005, p. 50).

Então é o mesmo que afirmar que há um amadurecimento processual no que diz respeito à definição do objeto, no caso em voga da instituição escolar. Às vezes um texto que inclusive tenha sido publicado, referente a uma pesquisa, pode sofrer alterações.

Magalhães (1996) informa que, no plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, na qual se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados. É um lugar de permanentes tensões, são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais.

A instituição escolar pesquisada ganha um sentido histórico, até então encoberto ou esquecido, se reveste de uma significação ímpar, proporcionada pelo desenvolvimento de seu processo histórico, com suas práticas pedagógicas, sendo conhecidas pela pesquisa, além de outros fatores.

As categorias de análise básicas da pesquisa sobre a história da instituição educacional selecionada serão aquelas destacadas. Para Magalhães (1998, p.75), as categorias de análise

básicas da pesquisa sobre a história da instituição educacional, são as seguintes:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia);
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade da prática);
- Modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação);
- Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações);
- Manuais escolares;
- Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências);
- Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida);

Destas categorias, a presente pesquisa levou em conta:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia);
- Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação).

Magalhães afirma que:

(...) a idéia de instituição consagra uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra-sistêmica; é, por consequência, uma idéia mais ampla e mais flexível do que a de sistema (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Ao pesquisar os aspectos e condições da historicidade de uma instituição educativa há o entendimento de sua complexidade; os passos dados e ensinados por historiadores da educação e instituições escolares como Magalhães, dentre outros, ajuda os alunos, professores e iniciantes na história da educação a se embrenharem na pesquisa, produzindo relevantes resultados à sociedade.

Magalhães afirma que “as instituições educativas de forma particular na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade”. “E os conceitos de instituição e de educação-instituição são aqui utilizados para traduzir um sentido instituinte” (MAGALHÃES,

2004, p. 62).

A idéia de instituinte leva a entender que há uma vinculação com o aspecto da organização, “sistematização” e fatores que marquem a existência do instituir, no caso específico as instituições escolares, que são dotadas de um conjunto de normas, regras, sistemas para registrar, confirmar e levá-la à duração no decorrer dos tempos. A noção de instituição corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

1.2.1 A Escola enquanto organização

A escola é um espaço em que há diversos níveis de organização, para que haja seu correto funcionamento.

Cada setor está a cargo de um profissional especializado ou com conhecimentos da área. Veja: a biblioteca necessita de alguém que domine a técnica de catalogação dos livros, revistas e periódicos. A sala de aula requer de um agente que domine o conteúdo a ser ministrado; a quadra requer um profissional da educação física. A secretaria, de pessoas com domínio de técnicas simples de arquivologia. A direção do estabelecimento, conforme a LDB 9394/96, precisa ser preparada especificamente no curso de pedagogia ou pós graduação na área de educação.

Enfim, a instituição escolar é uma organização complexa, cujo regular funcionamento depende da correta colocação das peças nos lugares adequados.

A vida de uma empresa terá sucesso ou fracasso pela escolha do tipo de organização a ser executado em seu interior.

A escola é uma organização e como tal necessita tomar decisões. É nesse aspecto que a escola pública se diferencia um pouco da instituição privada, enquanto organização. Nessa, as decisões não são necessariamente tomadas coletivamente, mas naquelas (as públicas) algumas vezes sim. De acordo com Motta, uma organização é uma “rede de tomada de decisões” (MOTTA, 1986, p. 14).

Inúmeras decisões são tomadas na escola, de modo que se atinja sua meta básica, que é o ensino. Mas a escola também é um conjunto de relações travadas entre pai-aluno-professor-diretor-funcionários.

De acordo com Botler,

(...) a organização escolar é vista como uma cultura, ou um conjunto de valores, crenças, ideologias, normas, regras, representações, rituais, símbolos, rotinas e práticas, apresentando também reflexos das culturas nacionais/globais. É vista, assim, não apenas como reprodutora das orientações normativas determinadas a partir do centro (do sistema educacional), mas também como articuladora (periféricamente), como centro de decisão política e de autocontrole, ainda que nem sempre de forma estável e homogênea (BOTLER, 2004, p. 04).

Verifica-se assim a complexidade da organização escolar, a ponto de as pessoas verem nela um ponto de referência no que diz respeito a “valores, crenças, ideologias”, dentre outros. Destaca-se, ainda, que a escola não só reproduz como também toma decisões internamente.

Daí pode-se dizer que é uma organização responsável por transformações do ser humano, cabendo-lhe efetuar mudanças em seus alunos.

Botler assevera, ainda, que a escola tem sua dinâmica própria, que mesmo existindo um conjunto de regras a serem socializadas em seu ambiente, ela desenvolve um estilo próprio de trabalho, englobando uma “cultura” a partir de sua construção. Ou seja, ela não é mera “reprodutora das orientações normativas determinadas pelo sistema educacional” (BOTLER, 2004, p. 07). Pois periféricamente articula decisões no seu interior.

É este deve ser o sentido de uma organização: desenvolver sua autonomia, embora existam normas pré-estabelecidas para que sejam aplicadas a ela. É importante que haja uma dinamização da liderança voltada à flexibilização dessas normas, evitando o espírito meramente legalista da organização, a fim de alcançar o objetivo maior: satisfação de seus clientes, que no caso da escola são os alunos e a comunidade. Essa satisfação não pode ser apenas social e econômica, deve ser também moral, psicológica e ética.

Botler focaliza a organização escolar em seu “potencial comunicativo crítico” (BOTLER, 2004, p. 05). O que inclui, segundo ela, sua organização interna, a participação dos indivíduos em sua organização, os tipos de diálogo que ali se estabelecem, buscando conhecer relações entre as possibilidades de argumentação interpessoal e o potencial de organização para a autonomia e emancipação. Este potencial comunicacional crítico desenvolve-se em conformidade com os referenciais valorativos e éticos da organização escolar, o que nos conduz a entendê-la enquanto auto-produção cultural.

A escola enquanto organização é de fato um ambiente de interação, de participação social de pais, alunos, professores, direção e demais funcionários e cada escola, resguardados

os pontos comuns, advindos da legislação, tem sua dinâmica organizacional diferente.

Mesmo dentro de um município, há diferenças nos procedimentos, comportamentos e execução da política educacional pela escola. A “auto-produção cultural” apontada por Botler como inerente à escola, se dinamiza muito.

A auto-produção cultural de uma escola pública central, normalmente, é diferente da escola de bairros periféricos, pois deve-se levar em consideração os diferentes fatores, como: crenças, ideologias, representações, rituais, símbolos, rotinas e práticas, dentre outros inerentes a cada grupo de agentes que compõe uma e outra organização da escola (BOTLER, 2004, p.05).

Mas de qualquer modo, mesmo levando em consideração estas variações, a escola é um campo organizacional onde deve-se imperar a comunicação.

A escola, enquanto ente organizacional é também um espaço de comunicação constante entre seus agentes internos e externos.

A deficiência comunicativa em qualquer organização é uma gravidade que ocasiona seu estrangulamento. Quando se trata de uma organização escolar a situação é ainda mais complicada, pois ela é vista naturalmente como espaço de comunicação.

Botler diz que a “compreensão comunicativa é, portanto, competência política e a incapacidade de se comunicar ou se posicionar diante dos fatos, das idéias, da sociedade, abre espaços a formas de manipulação” (BOTLER, 2004, p. 07).

A escola deve incorporar a concepção segundo a qual os alunos devem se preparar em seu interior para serem agentes de transformação, não de conformação da sociedade. Necessitam possuir opinião própria, capacidade da construção do pensamento, deixando de ser copiadores para serem criadores de idéias. E isto se dá por meio da “Ação Comunicativa” (HABERMAS, apud BOTLER, 2004, p. 07). E quando esta for colocada em prática na organização educacional, superados estarão os modelos da sociedade tradicional e as formas de legitimação da dominação (BOTLER, 2004, p. 07).

Habermas diz que a “Ação Comunicativa” (HABERMAS, apud BOTLER, 2004, p. 07) está impregnada de uma racionalidade crítico-argumentativa. Esta “ação” parece ser adequada à organização educacional, onde uma dialética é estabelecida, contribuindo com o enriquecimento da “auto-produção cultural” da organização (BOTLER, 2004, p. 06).

Acredita-se que essa “Ação Comunicativa” seja própria das Ciências Humanas, em que há o ir e vir no desenvolvimento do pensamento permitindo a participação de todos os seus envolvidos no processo argumentativo de sua construção.

A participação das pessoas em determinado projeto as torna felizes e muitas vezes esta questão ultrapassa a valorização financeira, pois as pessoas se sentem importantes quando integradas efetivamente às organizações.

Portanto, as características da organização escolar vão ser estabelecidas de acordo com sua capacidade de interação professor-aluno, professor-aluno-comunidade e ainda professor-direção-aluno-comunidade.

A escola enquanto organização diferencia-se de uma organização empresarial e Verdasca diz: a escola, na sua dimensão teleológica, é entendida como um sistema de princípios, de valores, de normas educativas e social e institucionalmente estabelecidas e, na sua dimensão instrumental, por um conjunto de unidades institucional e organizacionalmente estruturadas para o desenvolvimento de actos educativos, tendo em vista a prossecução e a realização dos seus fins (VERDASCA, 2007, p. 01).

A organização escolar compreende as “dimensões teleológica e instrumental”; ambas necessitam ser cuidadosamente desenvolvidas, sob pena de esquiteamento da organização.

Cury retrata bem esta questão, afirmando que muitas vezes é possível dominar uma organização, por meio dos conhecimentos acadêmico-profissionais que o ser humano possui, entretanto não ter controle de seu interior. Ou seja, esta pessoa teve a “dimensão instrumental” desenvolvida, porém a parte “teleológica” ficou a desejar. A escola precisa atentar para o desenvolvimento do conjunto: “dimensões teleológico-instrumentais”.

Cury afirma:

O maior desafio da educação não é conduzir as pessoas a executarem tarefas e dominarem o mundo que as cerca, mas conduzi-las a liderar seus próprios pensamentos, seu mundo intelectual. É possível ter status e sucesso social e ser uma pessoa insegura diante das contrariedades, incapaz de gerenciar as situações estressantes. É possível ter sucesso econômico, mas ser um “rico-pobre”, sem o prazer de viver, de contemplar os pequenos detalhes da vida. É possível viajar pelo mundo e conhecer vários continentes, mas não caminhar nas trajetórias do seu próprio ser e conhecer a si mesmo. É possível ser um grande executivo e controlar uma multinacional, mas não ter domínio sobre os próprios pensamentos e reações emocionais, ser um espectador passivo diante das mazelas psíquicas (CURY, 2006, p. 53).

Percebe-se características eminentemente instrumentais apontadas por Cury, as quais recebem críticas do autor, uma vez que estas, sem levarem em consideração a dimensão teleológica, se tornam deficientes.

As escolas, na condição de organização especial, no sentido “stricto” do termo,

necessitam caminhar em direção à alternativa apontada por Cury, no sentido de preparar o aluno integral para dominar o todo: “o exterior e o interior”, no que diz respeito ao conhecimento. Dessa forma, as escolas estarão contribuindo também para a administração das frustrações humanas, o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida e o aprofundamento nas questões que dizem respeito à existência humana.

1.2.2 A Importância da Relação Escola-Empresa

A escola tem sido beneficiada pelo fato de instrumentalmente preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, servindo assim ao capital, às empresas. Esta é uma circunstância a que muitos alunos atribuem importância à escola, ou seja, buscam o conhecimento para o preparo e, conseqüentemente vaga numa empresa. A relação escola-empresa pode ser mais sadia aos alunos e empresários, quando esta for constituída pelas “dimensões instrumental e teleológica” (VERDASCA, 2007, p. 01). Os alunos são seres humanos e como tal devem ser tratados, tanto pela escola, como pela empresa.

Esse tratamento deve ser disponibilizado por ocasião da formação do aluno e sua continuidade no exercício profissional. Esta situação tanto beneficia o profissional, quanto à empresa, que terá uma pessoa com um melhor rendimento na profissão.

Em tempos de indústria robotizada, informatizada, há uma tendência ao comportamento único do tecnicismo profissional, assim, o desenvolvimento de outras competências educacionais fica esquecido, como o auto-controle, a introspecção e a empatia.

O que prevalece é a busca desenfreada por conhecimentos tecnológicos apenas. A parceria escola-empresa é uma saída para a crise de identidade que a escola sofre hoje, mas precisa deixar o espírito da unilateralidade nesse estabelecimento de conexão.

Sousa, discorrendo a respeito da parceria escola-empresa no estado de São Paulo diz que:

dentre as parcerias que vêm sendo incentivadas pelo Poder Público, destacam-se as que ocorrem entre empresa e escola, como uma das formas de enfrentamento do caótico quadro educacional do país. Ou seja, as empresas privadas vêm sendo “convocadas” pelo Estado para serem co-responsáveis pelo financiamento do ensino público, sob pena de serem incapacitadas para competir na sociedade tecnológica moderna. Considerando-se a pressuposta incapacidade do poder público de gerir e

financiar a educação, a parceria com o empresariado emerge como uma das soluções para a sua melhoria (SOUSA, 2000, p. 171).

Sousa apresenta a parceria entre a escola e a empresa como positiva e até mesmo imprescindível. Ela apresenta um ponto de vista, fruto de pesquisa, como um pressuposto bastante animador desta relação escola-empresa. A escola se reveste de uma nova dinâmica nesta parceria, ganha significado e sentido prático.

Sousa afirma que: em empresas que estabelecem parceria com escolas da região que oferecem cursos profissionalizantes também se observa um objetivo mais palpável, ou seja, poder contar com profissionais mais qualificados em seu quadro de funcionários, o que também a escola acredita estar propiciando: “melhores condições aos alunos para o ingresso no mercado de trabalho” (SOUSA, 2000, p. 181).

Conquanto seja inegável que a parceria escola-empresa seja uma das saídas à crise no setor educacional, sabe-se que esta não representa a totalidade da solução.

E Sousa afirma que:

(...) há um reconhecimento de que o poder público não vem cumprindo as responsabilidades que lhe cabem, e uma saída, não solução, que se apresenta é a escola buscar alternativas para conseguir resolver alguns de seus problemas e suprir suas necessidades de forma mais ágil, dentre as quais a parceria com empresas (SOUSA, 2000, p. 182).

Apesar da relação empresa-escola se constituir numa ajuda isolada às instituições escolares e alunos, esse modelo recebe críticas por não representar a “condução ou o financiamento das políticas educacionais” (SOUSA, 2000, p. 184).

Conforme Sousa, os investimentos feitos em escolas, por parte das empresas, situam-se no mesmo plano de contribuições destinadas às instituições de assistência social.

Percebe-se uma criticidade atenuante nessa relação empresa-escola, embora esta não seja de todo ruim, ao vê-la sendo destacada por alunos, principalmente de escolas profissionalizantes, como são o caso dos alunos do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, que relataram que sua maior satisfação em cursar técnico em contabilidade, era terem as portas das empresas abertas para eles.

Os referidos alunos criaram mentalmente a relação escola-empresa e a concebiam ao entenderem que cursar um curso técnico era sinônimo de trabalho.

É muito tumultuada esta questão da relação empresa-escola. Ela não encontra unanimidade entre os educadores ou pedagogos. Muitos concebem a educação como

ornamento intelectual apenas, outros entendem que esta relação é produtiva, tanto às empresas, quanto às escolas.

Tomelim esclarece que a base filosófica dos programas de integração escola/empresa/governo caracteriza-se pelo desenvolvimento do indivíduo e remonta ao início do século (TOMELIN, 1997, p. 19).

Essa idéia está enraizada na mente do ser humano, embora especialistas educacionais queiram promover a transformação desse pensamento, evocando uma educação destituída de preocupação com o trabalho.

A escola necessita de melhor estreitamento com as empresas, com vistas a uma produtividade econômico-social de longo alcance, com incidência na diminuição do desemprego ou sub emprego da população brasileira e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida às pessoas.

Um período em que se pregou que a escola forçosamente devia ser o suporte profissional às empresas foi o militar (1964-1985). Para Saviani (2004) houve nesta fase uma “Concepção Produtivista da Educação”, e esta estava vinculada a utilização da educação como fator produtivo, ou espaço da formação de mão-de-obra para a economia brasileira. O caráter obrigatório do ensino profissionalizante foi impresso pelo regime militar, principalmente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71, que institucionalizou a profissionalização de todo o 2º grau.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que era o órgão do regime que tratava de várias questões governamentais, inclusive da educação, sempre vinculava a escola com força de trabalho.

Mas esse acontecimento histórico, qual seja, o Regime Militar não pode contaminar uma relação da escola com a empresa, que acredita-se é de fundamental importância à sociedade brasileira e aos alunos. Por outro lado, o governo tem a responsabilidade de encarar a educação não apenas como fator instrumental, mas também teleológico e é aí talvez que os pensadores da educação tenham falhado.

Uma vez destacadas as complexidades de uma instituição escolar, no próximo capítulo, portanto, será feita uma análise das condições espaço-temporais em que se deu a criação da instituição pesquisada.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES HISTÓRICAS EM QUE SE DEU A CRIAÇÃO DO COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE UBERLÂNDIA, NO PERÍODO DE 1966-1969

Condições é um termo que se encontra no plural, ele estabelece as linhas gerais de um contrato, de um acordo, de um jogo e do estabelecimento de uma organização. As condições de fixação de uma instituição escolar diferem muito daquelas, por exemplo, econômica e política, ainda que sejam estabelecidas no mesmo período.

De certo modo, uma instituição escolar pública é um contrato implícito entre a sociedade e o poder público, surgindo, pois, questões tais como: de que tipo foi escrito este contrato, a quem ele conseguiu atingir? No decorrer do capítulo II foi possível levantar estas respostas referentes à instituição escolar em análise.

Muitas são as condições históricas responsáveis pela criação do CCOU³ no período de 1966-1971 e para conhecê-las foi necessária a contextualização do objeto, levantando-se a história do Brasil, de Uberlândia e em especial o aspecto educativo. O Brasil vivia, em todos os aspectos, a marca registrada da ditadura militar.

2.1 A sociedade brasileira nos anos 1960

Essa é uma fase em que o Brasil assistiu a uma série de violações dos direitos humanos de modo assustador, onde diversas pessoas, dentre elas políticos, artistas, estudantes e trabalhadores sofreram as mais cruéis torturas desencadeadas pelo regime militar. Este foi inaugurado com a deposição do Presidente João Goulart, pelos militares, em abril de 1964 (DREIFUS, 1981, p. 419).

O primeiro governo do regime militar – General Castello Branco, necessitava formar sua equipe de governo, pois não estava afinado à carreira civil e Dreifuss afirma que:

O General Castello Branco que fora indicado para a presidência pelo Congresso (...), não conhecia o mundo empresarial e tecno-empresarial e

³ Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

tinha grande necessidade de ser aconselhado a respeito de quem escolher e indicar. Muito convenientemente, foi apresentado e travou conhecimento com candidatos potenciais aprovados pelos ativistas do Grupo IPES/ESG⁴ que o rodeavam (DREIFUSS, 1981, p. 421).

Fica claro que o domínio da nação devia passar pelos grupos IPES/ESG, onde o primeiro representava a sociedade civil, mas especialmente o grupo empresarial, e o segundo o alto escalão do Exército Brasileiro. Esta parceria visava dar rumo ao país, conforme seus interesses, entretanto, devia mostrar à população brasileira que o golpe foi a salvação do país das mãos dos “comunistas”.

Assim, o Governo de Castello Branco (1964-1967) procurou retomar o crescimento brasileiro, por meio da economia nacional. E dessa forma, em seu governo a economia voltou a crescer, mas com ênfase nas indústrias da construção civil e de bens de consumo duráveis, voltados para classes altas, como automóveis e eletrodomésticos. Houve também uma significativa ampliação da pecuária e dos produtos agrícolas destinados à exportação.

Entretanto, os bens de consumo destinados à população de baixa renda sofreram decréscimo acentuado, pois o governo não estava interessado em servir às camadas populares da sociedade e sim aos grandes empresários.

Dreifuss declara que:

(...) o tipo de atividades políticas que se exigia dos empresários requeria discrição e o IPES continuava sendo uma cobertura e um canal convenientes para expressarem suas demandas e exercerem sua ação de forma velada. Os líderes do IPES assumiram a formulação das diretrizes básicas do novo governo, bem como a deliberação sobre as pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração (DREIFUSS, 1981, p. 421).

A formulação das medidas econômicas e seu direcionamento passava pelo IPES e estas iniciativas deviam atender à demanda do capital, à necessidade dos empresários.

Dreifuss diz que “no final de 1965 criou-se um Conselho Monetário Nacional – CMN, encarregado de formular a política financeira, coroando assim o recém-remodelado Sistema Financeiro com uma equipe de empresários e técnico-empresários do IPES” (DREIFUSS, 1981, p. 432).

Ocorreu, ainda, no Regime Militar, o chamado “Milagre Econômico”⁵, que aglutinou

⁴ IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. ESG – Escola Superior de Guerra.

⁵ É o nome que se deu ao período que a economia no regime militar apresentou “fantástico crescimento econômico”.

segurança-desenvolvimento. Pregava que o país teria desenvolvimento, acompanhado da segurança nacional oferecida pelo regime. Algumas figuras participam deste novo modelo econômico implantado pelo regime, inclusive agentes externos, empresariado brasileiro e o próprio Estado como agente econômico. O PNB percebeu um crescimento até considerável, ficando na faixa de 10% ao ano, entre 1968 e 1973. Acreditava-se que as exportações eram importantes para se conseguir parcela das divisas necessárias às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas. Este novo modelo de economia implantado por Delfim Netto⁶ agradou à sociedade brasileira, foi excelente para se esconder o verdadeiro problema, mas não resolveu as catástrofes econômicas. Xavier afirma que: “uma grande parcela da população nacional tem sido historicamente excluída de participação na ordem econômica, política e social existente” (XAVIER, 1988, p. 71).

Na verdade, a população como um todo, só participa no pagamento de impostos, inclusive abusivamente, e esta realidade da não participação dos destinos da nação não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, o que se pode afirmar é que essa grande parcela da população nunca participará de nenhuma decisão de cunho econômico, político ou social no Brasil, ela só participará no pagamento da conta e pronto. O que o regime fez foi tentar maquiar uma situação econômico-social para driblar um possível descontentamento da população, daí sobrar tempo para o regime aplicar seu golpe com mais folga, favorecendo a corrupção interna do militarismo e dos empresários, que saquearam no período a riqueza nacional.

É importante salientar que o mercado mundial da época crescia e ajudava nessa estratégia econômica. Mas há um fator que é preponderante nesta questão: a política de incentivos governamentais aos exportadores foi que garantiu o sucesso das importações.

A indústria foi uma grande preocupação desse novo modelo de economia brasileira; então, o sistema de crédito ao consumidor foi expandido, gerando acesso da classe média aos bens de consumo duráveis.

Xavier afirma que:

(...) a partir da emergência do processo de industrialização no país, verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e da expansão do sistema educacional vigente (XAVIER, 1988, p. 78).

⁶ Antônio Delfim Netto, nascido em 01/05/1928. Economista, Professor Universitário e Político Brasileiro. Foi Ministro da Fazenda no governo militar de Costa e Silva e Médice 1967-1974. Wikipedia(www.google.com.br).

O país em franco desenvolvimento, de fato necessitava preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. É natural que a população buscasse vaga nas escolas para terem oportunidade de trabalharem e era interesse das classes dirigentes utilizarem a escola para essa formação, pois atendia de um lado, a questão social e de outro, o mesmo investimento que se fazia na escola, gerava preparo para às indústrias, com a fatura paga pelo poder público.

A classe média teve papel fundamental na reivindicação de implantação de escolas públicas no país, pois estas atendiam ao mesmo tempo seus filhos e os demais que não sabiam exercer o papel reivindicatório, as vezes por medo e por outro lado, a incapacidade para tal tarefa.

Como a classe média reivindicava escolas no período militar sem ser incomodada ou perseguida? Através dos agentes políticos, vereadores e deputados, que mobilizavam para a instalação de colégios.

A instalação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia retrata bem esta participação da classe média na instalação de escola no município. Conforme Adolfo Alves Pereira⁷ foi a “pressão” das famílias dos alunos que cursavam o ensino comercial numa instituição particular de nome Brasil Central que pediram a João Pedro Gustin, que era vereador para ajudar na fundação de um colégio público que oferecesse o ensino comercial.

Esta participação da classe média no sentido de se ter mais escolas para seus filhos, se dava pelas vias políticas e tão somente, pois qualquer manifestação fora desses padrões era motivo de perseguição.

O que interessa é que a classe média exerceu papel importante na busca de mais escolas no período militar, ao mesmo tempo que estas beneficiavam seus filhos, beneficiavam também os filhos daqueles que não tinham nem condições de reivindicar. Embora a classe média tenha tido êxito na busca de mais escolas, estas não eram prioridade do regime.

O Regime Militar deu grande importância às estatais, pois através delas investiu na indústria pesada, como a siderúrgica e de bens de capital, pois são altamente lucrativas.

Embora o regime tenha inventado uma nova fórmula econômica, persistiram: a concentração de renda, e das desigualdades sociais com a atuação do governo, em todos os campos, especialmente no econômico. e o povo cada vez mais insatisfeitos em todos os

⁷Adolfo Alves Pereira: nascido em 05/04/1950, natural de Ituiutaba, Administrador de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Concluiu o curso Técnico em Contabilidade na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, iniciou os estudos quando esta instituição chamava-se Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

campos, especialmente no econômico.

Aumentou a miséria, com indicadores de qualidade de vida vergonhosos: aumento da mortalidade infantil e no abandono de crianças e adolescentes.

Cerca de 30% dos municípios brasileiros em 1972 não tinham abastecimento de água. O número de desnutridos no país representava uma calamidade, quase 70% da população brasileira da época. Apesar dos “esforços econômicos” do regime, a nação brasileira se aprofundava na miséria.

Com o fim do “milagre”, que havia iniciado em 1969, há um declínio no crescimento econômico e, no fim dos anos 1970, a inflação chegou a 94,7% ao ano.

Seguiram-se a esse desastre, o desemprego de quase um milhão de trabalhadores, só nas regiões metropolitanas do país.

Mas a crise não ocorreu apenas na economia, foi também uma crise políticas de grandes proporções (GERMANO, 2000, p. 49). Com grande decadência no país em todos os sentidos, econômico, social, cultural, político e educacional.

Referindo-se ao período militar, Ianni diz que:

Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas (IANNI, 1984, p.11).

O maior legado da Ditadura Militar (1964 a 1985) foi a ausência de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Não havia participação popular, nem opinião do povo, não havia nenhuma representatividade que pudesse falar em favor da população, pois o regime fechava a boca de tudo e de todos. A voz só era permitida aos seguidores e idealizadores do regime.

Completa Germano que:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo (GERMANO, 2000, p. 55).

Desde o primeiro presidente no Regime Militar (Castello Branco) houve demonstração inequívoca da ferocidade ditatorial, estabelecendo-se eleições indiretas para a presidência da

república, dissolvendo os partidos políticos, cassando parlamentares estaduais e federais, além de tirar os direitos políticos e constitucionais dos cidadãos comuns; os sindicatos receberam a intervenção do governo.

O próximo presidente, escolhido pela junta militar, foi o General Emílio Garrastazu Médice. Conforme relatos históricos, este governo foi mais duro ainda que os anteriores. Foi um período de verdadeira caça às bruxas: jornais, revistas, panfletos, políticos contrários ao regime, artistas, enfim, ninguém escapou das investidas desse governo, foi muito violento. Nesse período foi que ocorreu o “Milagre Econômico”. A educação sofreu os reflexos do que ocorria no país, sob a ditadura militar. Ao mesmo tempo que o regime necessitava dela para desenvolver o projeto de dominação, cada vez mais os investimentos no setor eram menores. E a política educacional se desenvolveu em torno dos eixos colocados pelo regime.

E chegou um período dentro da ditadura militar, especialmente 1969-1971, que: “as questões educacionais e culturais quase não apareciam nos manifestos, programas e documentos políticos das várias organizações de esquerda que pretendiam revolucionar a sociedade brasileira” (GERMANO, 2000, p. 162).

O movimento militar conseguiu calar a boca dos educadores e artistas por um bom tempo, é possível que tenha lhes dirigido um discurso convincente para tal atitude. Germano, diz que: “Na área educacional, o “transformismo” volta à tona sob a forma de adesão e mesmo de certa mobilização dos educadores em favor do projeto educacional do Regime” (GERMANO, 2000, p. 164). “Não podem com eles, unem-se a eles”, parece que este pensamento perdurou por algum tempo entre os educadores brasileiros, ao apoiarem as iniciativas do regime no que diz respeito à educação, sem que houvesse qualquer oposição, imperando o que o regime queria: “consenso”.

E em meio a toda esta circunstância, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5692/71, que trouxe, dentre outras coisas, dois pontos fundamentais, que foram: a “junção do primário com o ginásio, que representa o 1º grau e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau” (GERMANO, 2000, p. 164).

A sociedade brasileira assistiu a tantas barbáries, sob o comando do regime militar, mas a cidade aumentava, o povo do campo estava migrando para cidade, deixando sua vida pacata para morar na cidade, mesmo com tantos problemas, bem maiores que o da área rural.

A senhora Iracilda Teixeira da Silva⁸ diz que veio da área rural do município de

⁸ Iracilda Teixeira da Silva: nascida em 28/10/1949, natural de Indianópolis. Concluiu o Curso Técnico em Contabilidade na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza no ano de 1969, iniciou os estudos nesta escola, quando esta era ainda o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Esta fala foi obtida em entrevista

Indianópolis para Uberlândia, no ano de 1965, em busca de melhores condições de vida, inclusive educacional e encontrou no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia uma oportunidade de cursar Técnico em Contabilidade. Mas, conforme esta migrante, a cidade vivia um conflito intenso, onde as pessoas deviam aprender a calar-se, mesmo diante das injustiças, se quisessem ter paz. Reis e Ribeiro afirmam, referindo-se ao município de Uberlândia, que:

(...) o discurso normatizador e disciplinador, expresso no binômio ordem/progresso fez sentir sua ação em todos os setores da vida do município, moldando comportamentos, organizando a produção, ordenando o espaço urbano, impondo normas e regras e subjugando os contrários (REIS e RIBEIRO, 1993, p. 12).

A política desencadeada no país não diferia muito da que era implantada no Município de Uberlândia, uma vez que o comportamento relacionado à estrutura do poder vinha essencialmente do empresariado. Em relação ao poder no município de Uberlândia, Reis e Ribeiro dizem que em primeiro lugar as autoridades governamentais e as associações patronais, em sua maioria composta por empresários, comerciantes e fazendeiros, detinham o controle da política e finanças do município, em segundo lugar, a polícia, através da Cavalaria e Unidade do Exército e por último a imprensa (REIS e RIBEIRO, 1983, p. 12). Ou seja, a polícia era para dar suporte ao primeiro grupo, bem como a imprensa, que era encarregada em divulgar apenas o que era bom, logo, as ações positivas e sempre positivas do poder local.

E a partir dos anos 70 a família rural começou a intensificar a saída para a cidade, principalmente para os grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, dentre outros. A este respeito, Reis e Ribeiro comentam que foi principalmente a partir dos anos 70 que a industrialização ocasionou a migração rural-urbana e urbana-urbana (REIS e RIBEIRO, 1993, p. 77). Ou seja, as pessoas saíam tanto das fazendas para virem para a cidade, quanto saíam das cidades pequenas para irem para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, expressas muitas vezes na oportunidade de conseguir um emprego.

Com o aumento da população urbana, conseqüentemente, os problemas sociais foram proporcionais, como a falta de vagas em escolas, moradia, condições normais de sobrevivência, trabalho, saúde; enfim, os elementos sociais necessários à vida dessas famílias, incluindo-se aí também transportes e saneamento básico.

A estrutura urbana não estava preparada para receber tanta gente de uma só vez. A adequação era muito lenta e levava muitas pessoas à mendicância, ao roubo e aos crimes e a diversas irregularidades sociais, decorrentes desse inchaço urbano.

Dessa forma, surgiram movimentos reivindicatórios que iam de encontro aos direitos básicos do cidadão, como: abastecimento de água e coleta de esgotos, iluminação, transporte, calçamento, atendimento médico e acesso à escola.

Neste período, a Sociedade Brasileira vivia momentos turbulentos em sua história, protagonizada pelos idealizadores e oportunistas ligados à ditadura militar e esta realidade afetava também o campo educacional

Entre 1967 e 1968, o movimento estudantil realizou grandes mobilizações contra o governo (GERMANO, 2000, p. 65). Mas esses movimentos não duraram muito e logo tiveram a paralisação, sob pena de serem tratados violentamente, embora muitos grupos tenham se rebelado e continuado na luta, muitos morreram ou tiveram de deixar o país ou ainda foram “desaparecidos”.

O povo vivia no período militar e, especificamente, no período de 1966-1969, o medo de viver, de falar e se comportar como seres livres, sob pena de coação e violência por parte dos governantes.

Muitas foram as estratégias do governo para impedir que o povo se manifestasse com opiniões contrárias ao regime e, para isto, muitos instrumentos de coerção foram utilizados, visando deixar as marcas do autoritarismo, e quem se atrevesse a contrariar as normas estabelecidas era cruelmente tratado, vindo inclusive a ter ceifada a sua vida e muitas vezes de seus familiares.

Germano, diz que:

O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política (GERMANO, 2000, p. 55).

Dessa forma, os vários movimentos estudantis contrários ao governo, realizados entre 1967 e 1968, foram liquidados.

A imprensa sofria com a censura, os artistas eram perseguidos e nenhuma forma do pensamento por meio da arte ou qualquer outro meio podia ser manifesta, caso fosse uma repreensão ao regime estabelecido.

Muitos políticos contrários ao regime tiveram seus mandatos cassados, muitas pessoas eram encaminhadas para fora do país, muitos eram mortos, muitos precocemente deviam se aposentar, sob pena de sofrerem males piores. Esta era a condição da sociedade brasileira, sob os auspícios do regime.

Ainda no ano de 1966 ocorreu o fechamento do Congresso Nacional e o terrorismo se concentrou na sociedade, as vozes deviam calar-se ou eram ferozmente banidas do meio social, este era o comportamento implantado pelo regime na sociedade brasileira.

Toda e qualquer manifestação do povo estava suspensa, só aquelas institucionalizadas pelo regime eram possíveis, como o louvor através da imprensa dos “feitos” do regime. A sociedade devia participar como mera assistente dos acontecimentos do regime e tão somente louvá-lo, caso contrário recebia a recompensa da perseguição em todos os sentidos.

Foram instalados na sociedade brasileira o pavor, a deslealdade, a “delação premiada”, às vezes inventando estórias de pessoas para serem contadas aos espões do regime, apenas para serem por eles protegidos.

Esta foi a “contribuição” do regime para a sociedade brasileira. Constantemente, ocorriam torturas, assassinatos e prisões, patrocinados pelo regime militar. Por muito tempo as manifestações populares estiveram suspensas, praticamente por uma década.

Ao mesmo tempo que as pessoas sentiam medo, construía dentro de si um espírito de revolta e muitas vezes confronto com tudo que estava acontecendo no país, consigo e seus familiares.

Muitos movimentos surgiram, tentando se rebelar contra o regime, mas muitos massacres também ocorreram, na tentativa de conter os “rebeldes”. Apesar da violência com que eram tratados, não recuavam e pouco a pouco aglutinavam forças para combaterem os defensores do regime.

Surgiu, então, a chamada “esquerda armada”. Dentro da esquerda brasileira, não foram todos os integrantes que se juntaram a este radicalismo, mas um grupo significativo decidiu reagir, utilizando armas e também lançando fogo contra os adeptos do regime militar. Abriu-se espaço para uma luta civil, entre aqueles que eram a favor do regime e aqueles que eram contra o mesmo. A esta onda de ataque mútuo, tem-se o nome de “revolução brasileira”.

O governo utilizava de todos os instrumentos disponíveis para reprimir os atos de “violência”, contra a sua própria “violência” e, para isto, colocava em ação o SNI(Serviço nacional de Informações), criado em junho de 1964, para agir contra as chamadas revoluções brasileiras, criadas para “ofenderem” ao regime.

Os estados tinham também o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). As forças Armadas tinham também seus órgãos especializados, como o Cenimar, da Marinha, no Rio de Janeiro.

Foi criada também no Estado de São Paulo, em 1969, a Oban (Operação Bandeirantes). Estes organismos governamentais, de repressão às insatisfações das pessoas reunidas em grupos de revolucionários, tinham o patrocínio de grandes empresários brasileiros e até mesmo internacionais. No caso específico da Oban, era patrocinada por grandes empresários paulistas.

A Operação Bandeirantes conseguiu desmontar muitos esquemas de revoltas contra o regime militar e, ao mesmo tempo, prender líderes dos movimentos, torturá-los e até mesmo matá-los. A Oban mudou de nome, em maio de 1970, vindo a denominar-se Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi.

A contra-ofensiva às revoluções brasileiras criadas pela esquerda veio também com grupos da chamada direita, que criaram o “terrorismo de direita” para amedrontarem essas revoluções e procediam seqüestrando personalidades públicas, como artistas e militantes de esquerda, invadiam teatros e casas de show, cometiam atentados a bomba em jornais, bancas de revistas, bem como cartas-bomba.

Esses movimentos de direita, os mais destacados foram O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). Tanto as “revoluções brasileiras” quanto o “terrorismo de direita” foram prejudiciais à sociedade brasileira. Imprimiam o verdadeiro terror no povo, tanto um lado como o outro.

Os ataques dos PCCs da vida fazem recordar aqueles momentos da história brasileira do período militar afetos à sociedade. A onda de movimentos que se combatiam entre si não parou.

Da esquerda, surgiu o Movimento Operário, com a greve dos Metalúrgicos de Osasco, São Paulo, e de Contagem, Minas Gerais, ambas no ano de 1968. Registra-se que foram as últimas mobilizações operárias dos anos 1960.

Só após uma década outras vieram ocorrer, mas com intensidade tal que vieram colaborar para apressar a mudança do regime, além de beneficiar milhares de trabalhadores brasileiros e valorizar a voz do povo, pois este veio a sair para as ruas e, de modo coletivo, reuniu forças para frear o ímpeto do regime militar.

Como reação, o governo respondeu com mortes, prisões políticas e banindo várias pessoas do país, além de cassar os direitos políticos dos que se colocavam contra ele.

A anistia veio depois da participação efetiva da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), e setores da Igreja.

No aspecto econômico,

(...) estabeleceu-se a clara opção pelo capitalismo, mas com áreas reservadas à exploração por empresas estatais, notadamente nos setores considerados essenciais à Segurança Nacional, quando estas não podiam ser satisfatoriamente desenvolvidas pelo setor privado (GERMANO, 2000, p. 63).

Embora a proposta do regime tenha sido a ordem nos vários departamentos de estado e especialmente na economia, não se tem boas notícias, apesar do governo investir maciçamente para alavancá-la.

Dados do início do regime militar apontam que a inflação chegou a 80% ao ano, o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) era de apenas 1,6% ao ano e a taxa de investimento era quase nula. A situação econômica no início do regime não era satisfatória. Para amenizar a situação, o governo adotou uma política recessiva e monetarista, amparada e fixada no chamado Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Seu propósito era sanear a economia e baixar a inflação para 10% ao ano, criando condições para que o PNB crescesse 6% ao ano, equilibrando o balanço de pagamentos e diminuindo as desigualdades regionais. A economia foi maquiada e o governo alcançou temporariamente seus objetivos.

Entretanto, esta maquiagem custou caro à nação, uma vez que, posteriormente, quase no fim do regime tinha-se inflação na casa dos 200% ao ano, além de uma dívida externa que superava os 90 bilhões de dólares.

O Brasil entrou em recessão e quem pagou por tudo isto foi a população, pois o investimento em obras públicas de interesse da população decresceu. Os investimentos sociais também sofreram, como: a educação, saúde, subsídios aos produtos da cesta básica, dentre outros. Os subsídios ao petróleo também foram cortados.

A educação foi negativamente atingida, toda onda de desmanche do setor estava caracterizada pela ação do regime em todos os campos, e no ensino, não foi diferente, ainda que este não tenha sido seu objetivo. A ditadura procurou utilizar a educação como ferramenta de controle, de poder e a dirigiu de acordo com sua ideologia, sem levar em conta a real necessidade da sociedade e a participação dos educadores. Germano diz que o “regime transformou a política educacional numa estratégia de hegemonia, num veículo para obtenção

de consenso” (GERMANO, 2000, p. 104).

A educação, como se pode observar, é uma área de grande e fundamental abrangência, pois todos sentem necessidade do ensino formal. Este, sendo controlado pelo poder público, facilita sua imposição ideológica, como pensavam os ditadores, e um alcance de grandes proporções.

A tentativa do governo em manipular a educação encontrou resistências, ela não ocorreu pacificamente como esperava o regime, muitos educadores se opuseram à vontade do regime e alçaram a voz no sentido de se humanizar a educação. O próprio Germano diz que a proposta do governo em relação à educação não ocorreu sem “lutas” (GERMANO, 2000, p. 105).

Ao mesmo tempo que o regime queria o domínio da educação nacional, não lhe oferecia condições adequadas ao seu desenvolvimento, pois algumas situações dificultavam o setor: “escassez de verbas para a educação pública” (GERMANO, 2000, p. 104).

Apesar da falta de investimento no setor, o regime não desistiu da educação e avançou no sentido de: “reprimir os professores e alunos indesejáveis ao regime, por meio do controle ideológico e político” (Germano, 2000, p. 105). Não restavam muitas opções à educação durante o período militar: se rebelava ou aceitava a selvageria do regime em relação ao setor. Conforme Germano a situação chegava a ser “a negação da razão e terrorismo cultural” (GERMANO, 2000, p. 105).

Acresce a estes fatores mencionados anteriormente em relação à educação durante o período militar, o fato de que a “política educacional do regime se pautou do ponto de vista teórico, na economia da educação, em que se tenta estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção” (GERMANO, 2000, p. 105).

Os idealizadores do regime concebiam a educação como um meio de associação com o fator produtivo e acreditavam que ela, mesmo com a escassez de investimentos, poderia ser eficientemente utilizada para o favorecimento do capital, que era na verdade o que lhes interessava. Souza diz que: “para atender às necessidades do desenvolvimento, o Brasil, já em fase de crescimento econômico, não se poderia descurar de dois aspectos educacionais básicos: criação de atitudes favoráveis e preparação do contingente de trabalho” (SOUSA, 1981, p. 62).

Aqui o sentido é de que a escola é o espaço adequado de formação da força de trabalho brasileira e necessária para o acompanhamento da evolução das técnicas de que o progresso necessita. E Souza diz que “o caráter ideológico da educação estava explícito, ao lado de seus

objetivos mais técnicos, como o de instrumento necessário para atingir a modernização e o desenvolvimento” (SOUZA, 1981, p. 62). Há uma relação muito forte entre educação e fator produtivo.

Saviani, discorrendo a respeito da Escola Pública Brasileira ao “longo século XX” (SAVIANI, 2004, p. 21), especifica três momentos vividos pelas escolas, situando-as em períodos e classificando-os de acordo com o momento vivido:

Primeiro período (1890 a 1931), em que é classificado de : “As escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano”;

Segundo período (1931 a 1961), em que ocorre a “Regulamentação Nacional do Ensino e o Ideário Pedagógico Renovador”;

Terceiro período (1961 a 1996), onde se fala na “Unificação normativa militar, educação nacional e a Concepção Produtivista da Escola”.

O terceiro período abrange todo o período militar, bem como a abertura democrática no Brasil e as reformas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O objeto proposto para o estudo de 1966-1969 é alcançado pelo mesmo. Assim, será feita uma abordagem em termos da “Concepção Produtivista da Escola”.

Saviani comenta que o Regime Militar exigia mudanças no rumo que a educação devia tomar e, com o patrocínio do estado militar, várias reuniões foram realizadas, visando a definição de uma política educacional que atendesse os interesses do regime. O IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, criado em 1961 por iniciativa de um grupo de empresários, funcionou como um verdadeiro partido ideológico que teve “papel decisivo na deflagração do Golpe Militar de 1964” (SAVIANI, 2004, p. 41). .

Gatti Júnior, ao comentar os fundamentos filosóficos da pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964, especialmente o projeto educacional do IPES diz:

Os princípios onto-epistêmicos balizadores da Pedagogia Tecnicista elaborada pelo IPES e colocada em prática pela Ditadura Militar encontram no positivismo sua base comum, mas são também expressão de sua superação, enquanto manifestações de contextos históricos mais avançados, dessa forma a teoria estrutural-funcionalista que terá na sua expressão política a teoria da modernização e na sua faceta econômica a teoria do capital humano, é o princípio básico que norteará a visão de educação do IPES e constituir-se-á na prerrogativa básica de todo projeto educacional ipesiano (GATTI JÚNIOR, 1991, p. 12).

De acordo com Machado, “a imagem adaptadora da educação, como instrumento de

aperfeiçoamento da organização econômica e social da sociedade” é que estabelece o sentido estrutural-funcionalista da educação (MACHADO, 1989, p. 90).

Estabeleceu-se, de acordo com a Teoria da Modernização, que a educação seria um fator que desaguaria no desenvolvimento (MACHADO, 1989, p. 90) e (GATTI JÚNIOR, 1991, p. 12).

Deste modo, a educação brasileira devia ser dirigida para produção. Souza (1981, p. 194-195), apresenta pontos em comum do projeto educacional de IPES e a política educacional do Estado após 1964:

- Suporte teórico: teorias econômicas como a do fator “residual” e a do “capital humano”;
- Objetivo final: desenvolvimento econômico do País dentro da ordem capitalista;
- Função da educação: formação de recursos humanos ou força de trabalho para o desenvolvimento econômico;
- Finalidades do ensino básico: sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho;
- Finalidade do ensino médio: preparação de mão-de-obra técnica através da habilitação profissional.

Percebe-se nitidamente que o IPES funcionou abertamente como um órgão de auxílio ao regime militar em todos os âmbitos, inclusive no educacional. Eram irmãos siameses, não desgrudavam para nada.

A reorientação que o ensino devia tomar já apresenta alguns indicativos: o primeiro deles é servir às empresas, ao capital, e o segundo é formar nos alunos uma ideologia condizente às normas impostas pelo Regime Militar.

Em relação ao primeiro, é possível até fazer algumas conjecturas: o ensino privado deve ser privilegiado para atender os empresários do setor que colaboraram com o Regime e depois os alunos que se formassem nas escolas públicas, deviam se submeter a uma preparação para o trabalho de modo a servir ao mercado de trabalho, uma vez que o movimento de 1964 tinha como objetivo a expansão econômica com o apoio do empresariado.

A escola pública, na visão dos empresários e do Regime, devia servir como uma agência qualificadora de mão-de-obra para servir ao capital, bem como ao Regime.

Saviani diz que a nova situação instaurada com o Golpe Militar exigia adequações que implicavam mudança na legislação educacional. Mas o governo militar não considerou necessário modificá-la totalmente mediante a aprovação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (SAVIANI, 2004, p. 41).

Isso porque, segundo Saviani, dado que o golpe visava garantir a continuidade da

condição sócio-econômica que havia sido considerada ameaçada no quadro político presidido por João Goulart, as diretrizes gerais da educação, em vigor, não precisavam ser alteradas. Bastava ajustar a organização do ensino à nova situação.

Conforme Saviani, o ajuste foi feito pelas Leis 5540/68 e Lei 5692/71, respectivamente alterando o ensino superior, o primário e o médio. Saviani fala que o Projeto de reforma universitária procurou atender a duas demandas. Uma delas é a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o Golpe Militar, que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização, em consonância com os requerimentos do Capitalismo Internacional. E no aspecto do ensino de 2º grau, o mesmo era de caráter profissional compulsoriamente, conforme Saviani.

Saviani esclarece que todo o período que vai de 1961 a 1996 foi dominado pela “Concepção Produtivista de Educação”, cuja primeira formulação remonta à década de 1950, conforme Saviani, com os trabalhos de Theodore Schultz que popularizaram a Teoria do Capital Humano (SAVIANI, 2004, p. 48).

Saviani comenta que essa concepção começou a manifestar-se, no Brasil na passagem dos anos de 1950 para 1960, estando presente nos debates que se travaram na tramitação da nossa primeira LDB, quando Santiago Dantas, na Sessão da Câmara dos Deputados, realizada no dia 04 de junho de 1959, preconizou a organização do sistema de ensino em estreita vinculação com o desenvolvimento econômico do País (SAVIANI, 2004, p. 48).

Antes mesmo da instalação do Regime Militar no País, mas com vistas a ele, tem-se o legislador preocupado na associação da educação com o desenvolvimento econômico do país.

Entretanto, com a instalação do Regime, há um clareamento em que sentido esta visão deve percorrer. Ficou claro, conforme demonstra Saviani, que o ensino superior devia ser vinculado aos mecanismos do mercado, e quais são esses mecanismos? Evidentemente, a produção. Então o que resta afirmar é que a educação superior devia formar pessoal voltado às demandas do mercado: Produção Capitalista.

Essa era a ideologia impressa pela teoria do capital humano, associando o aspecto educacional ao aspecto produtivo, fornecendo subsídio ao empresariado, portanto ao capitalismo, no que diz respeito à mão-de-obra preparada pelo o governo, uma vez que era deste a obrigação de oferecer o ensino. Então o aluno se educa, mas essa educação deve ser de valor produtivo, para serviço no mercado de trabalho, que atenda às exigências do mercado.

Buscou-se evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significa torná-la funcional ao sistema capitalista, isto é, colocá-la a serviço dos interesses da

classe dominante, uma vez que, para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração.

O próprio Jarbas Passarinho, que foi Ministro no período militar, declarou que a educação necessitava preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Saviani enfatiza que predominou, por todo o período de 1961 a 1996, a “Concepção Produtivista de Educação” e esta idéia foi mais fortemente sentida no período do domínio militar, de 1964 a 1985.

A Teoria do Capital Humano vincula a escola ao fator produtivo, talvez não de forma ditatorial, em que obrigatoriamente a escola exista e sua função, sobretudo é a produção ou o preparo à capacidade produtiva. É possível que a teoria do capital humano visse a escola como uma possibilidade formal de construir uma qualificação eficiente para o trabalho, dadas as condições de aprendizado sistemáticas a que o aluno está submetido.

De qualquer forma, a escola representa um espaço privilegiado de aprendizado e esse saber facilita o desenvolvimento de atividades no sentido de se produzir alguma coisa, quer seja no campo capitalista, socialista ou outro.

É possível que a Teoria do Capital Humano tenha sido utilizada por algum sistema ou regime político para o endurecimento dessa relação ensino-trabalho, como é o caso do Regime Militar, no Brasil, que associava ideológica e impositivamente a relação ensino-trabalho. Entretanto, a teoria do capital humano em si não carrega esse estigma de radicalização.

Cunha afirma que: a ascensão ou descensão social do indivíduo estará condicionada à sua educação, ao seu nível de instrução, e não mais ao nascimento ou à fortuna que dispõe. Isto porque o talento está no indivíduo, independente de seu status ou condição material (CUNHA, 1989, p. 35). O fator educação é preponderante ao ser humano, pois é condição “sine qua non” de mobilidade social e até mesmo econômica do indivíduo. A relação da escola com a produção, partindo desse pressuposto colocado por Cunha é essencial ao desenvolvimento individual e coletivo, ou seja, da pessoa que está sendo educada com vistas à produção, bem como do país no qual ele está inserido. O próprio Locke afirmou que: “as diferenças entre os homens são causadas pela educação”

A escola que consegue produzir pessoas diferentes contribui para a mudança da sociedade (CUNHA, 1989, p. 47).

Este é um forte indicativo de que a escola necessita se conscientizar de seu papel de mudar pessoas, de prepará-las para uma vida útil e de progresso.

De acordo com Cunha:

(...) a escola nova é um pensamento pedagógico e vincula-se à questão vocacional. A escola não deve ser um prolongamento das empresas...A escola deve ter a preocupação de exercer a capacidade de readaptação do aluno às condições de vida e de desenvolvê-los nos aspectos intelectuais (CUNHA, 1989, p. 48).

Esta é uma forma de potencialização dos recursos do estudante, adequando-os a sua capacidade e desenvolvimento de seus dons, situação diversa daquela em que prepara o aluno única e exclusivamente para as necessidades da empresa. Nesta configuração, a escola tem o cuidado de formar o ser humano, de acordo com sua tendência e capacidade intelectual.

Conforme Cunha, implantada e generalizada a escola nova, a sociedade irá se tornando gradativamente aberta. Significa que um indivíduo nascido em uma classe passe para outra. É a reconstrução social pela escola (CUNHA, 1989, p. 50).

Esta circunstância favorece aqueles indivíduos que apesar de terem nascido num lar permeado de muitas dificuldades, venham através do processo educacional mudar essa realidade, através da mobilidade sócio-econômica proporcionada pela escola.

E isto só é possível através da qualificação profissional dos “indivíduos” pela escola, à medida que o aluno adquire conhecimento, mais oportunidade de crescimento terá na empresa e conseqüentemente a sua renda e assim progressivamente, de acordo com seu investimento em educação.

Cunha, afirma:

A imagem da escola é a de um mecanismo pelo qual os talentos inatos são transformados em habilitações cambiáveis, por sua vez, em renda, sob a forma de salário ou lucro. A sociedade aberta é aquela que permite aos indivíduos de cada qualidade/quantidade de talento atingirem o seu degrau. A sociedade brasileira, no seu estado atual, entretanto, não é ainda completamente aberta, pois há fatores que impedem a entrada (ou exigem a saída prematura) de muitos indivíduos da escola/escada antes de atingirem o “seu” degrau. A ampliação de atendimento e a diferenciação do sistema escolar fará com que esses fatores deixem de ocorrer e isso se refletirá no aumento do nível de renda das classes média e trabalhadora (Cunha, 1989, p. 52).

E nesse sentido, a educação profissional pode contribuir para que os alunos, especialmente os de baixa renda, adquiram ascensão sócio-econômica e possam migrar de uma classe para outra.

E Cunha afirma:

(...) nesse contexto, a educação profissional passa a ter uma grande importância. Ela é encarada como meio de se resolverem problemas graves, como, por exemplo, o desemprego. Visto assim, o desemprego deixa de ser uma consequência dos mecanismos impessoais, complexos, estruturais da economia, e se transforma numa carência de indivíduos. Na medida em que haja uma ação do Estado no sentido da superação dessa carência, o desemprego, ou melhor, o subemprego, deixa de existir. Desta maneira, fica eliminada mais uma barreira à igualdade de oportunidades no país. Mas a educação profissional não é destinada a resolver apenas os problemas dos setores da população com “falta de qualificação profissional”, ou seja, da classe trabalhadora. Para os setores da população pertencentes à classe média ela é tida, agora, como meio de abertura de oportunidades (CUNHA 1989, p. 52-53).

A afirmação de Cunha se coaduna com a pesquisa realizada junto aos alunos que concluíram a educação profissional na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, onde os mesmos afirmaram que o ingresso na referida instituição representou na vida deles oportunidade de ocupação profissional.

Uma vez posto o contexto histórico delimitado, deve-se atentar para o conhecimento da educação profissional no Brasil, da Colônia aos anos 1960.

2.2 A Educação profissional no Brasil: da Colônia aos anos 1960

Fernando de Azevedo, em sua obra “Novos Caminhos e Novos Fins”, publicada no início dos anos 1930, indica que foi um dos primeiros autores brasileiros a se utilizar da expressão educação profissional (AZEVEDO, 1932, p. 151-169). Referia-se ao denominado ensino “técnico-profissional”, esquecendo-se de mencionar o ensino comercial.

Cunha esclarece que “na década de quarenta do século passado, as Leis Orgânicas do Ensino Profissional, decretadas pelo governo do Estado Novo, após várias ingerências junto ao empresariado, consagram as expressões ensino profissional e ensino profissionalizante, em suas vertentes industrial e comercial” (CUNHA, 1994, p. 11-13).

Em 1971 surgiu a Lei 5692, que institucionalizou a profissionalização de todo o ensino de 2º grau de modo compulsório. O ensino profissionalizante regido pela lei 4024/61 até o ano de 1969, não tinha o aspecto da obrigatoriedade, esse ensino era tratado de modo dual nesta lei, ficando livre a escolha pelos alunos, se queriam cursar o ensino profissionalizante

ou o ensino colegial. Assim, a inspiração de cunho liberal que caracterizava a Lei 4024/61, cedeu lugar a uma tendência tecnicista através das reformas subseqüentes, principalmente através da Lei 5692/71 (SIMAS, 2005, p. 01). O pensamento militar atrelava desenvolvimento de uma nação ao crescimento de sua produção, quer seja agrícola, comercial, industrial, enfim, a criação de produtos que possam ser disponibilizados ao consumo, exportação e movimentação internacional desta mercadoria. Acreditava-se que o ensino pudesse colaborar muito neste sentido e através da lei 5692/71 fixa a obrigatoriedade da profissionalização de todo o 2º grau. Entretanto, este pensamento remonta dos primórdios, passando pela colônia, império e chegando a república. A formação profissional fazia-se necessária para alcançar a mobilização eficiente nas tarefas agrícolas, comerciais, manufatureiras e industriais, as quais exigiam mão-de-obra qualificada.

É certo também que o Brasil envolveu-se com a mão-de-obra escrava até 1888. Neste tempo a preocupação com a formação profissional era, pois muito pequena. Entretanto, Santos afirma que:

(...) a inserção da mão-de-obra escrava como um dos pressupostos básicos da dinâmica do modelo econômico brasileiro implantado no período colonial influenciou decisivamente a formação da nossa força de trabalho, determinada pela própria sociedade, a partir do momento em que esta passou a classificar os ofícios segundo o critério que se fundamentava na relação entre trabalho escravo e atividade inerente aos homens livres (SANTOS, 2000, p. 205).

Aqui está sendo esclarecido que a presença da mão-de-obra escrava como uma das ferramentas de desenvolvimento econômico do Brasil no Período Colonial influenciou a formação da nossa força de trabalho, que foi inclusive exigência da sociedade, que já iniciava a classificação dos ofícios segundo definições que se fundamentavam na relação entre trabalho escravo e atividade inerente aos homens livres.

Percebe-se que houve um distanciamento dos homens livres dos homens escravos, no que diz respeito ao manuseio das atividades econômicas. Acredita-se que o homem livre passa a ser detentor da ciência da formação profissional, ao passo que o homem escravo, muitas vezes, nem sabia ao certo o que estava fazendo e porque estava fazendo, talvez à justificativa das chicotadas. E Santos esclarece que a introdução do escravo em determinadas ocupações fez com que os homens livres se distanciassem destas (SANTOS, 2000, p. 205).

Observa-se esta preocupação hodiernamente na questão da identificação do indivíduo que trabalha manualmente e o outro que exerce uma profissão burocrática, como bancário,

escriturário de empresa e o chapa, ajudante de carga.

E Santos fala que a aprendizagem das profissões no Brasil-Colônia (1500-1822) ocorreu em meio ao tratamento discriminatório dado às diversas ocupações manuais. A construção das corporações de ofícios no Brasil-Colônia se diferenciava das estabelecidas na Europa, em que consistiram da presença tanto de escravos como homens livres, já no Brasil-Colônia estas dificultavam ao máximo a presença de escravos e contavam com o aval das câmaras para tal atitude (SANTOS, 2005, p. 205).

Institucionalizou-se a exclusão social, promovendo o distanciamento dos seres humanos do acesso à qualificação profissional. O Brasil mostrou-se selvagem neste aspecto da formação profissional, ao discriminar e impedir o acesso de escravos às Corporações de Ofícios.

E Santos diz que a discriminação ocorria implícita e explicitamente. Na primeira, relacionava-se à “distinção dada ao ensino oferecido, que era para ocupação de postos exclusivamente por homens livres e a segunda se dava por meio de normas rígidas de ingresso nas escolas de ofícios. Havia o “embranquecimento” das profissões nessas escolas (SANTOS, 2000, p. 206).

Irmandade São José, uma das Corporações de Ofícios situada no Rio de Janeiro, retratava bem a questão quando estabeleceu a seguinte norma de 1752: “todo irmão em que se notar raça de mulato, mouro ou judeu, será expulso sem remissão alguma. O mesmo se estenderá de suas mulheres tendo qualquer das sobreditas faltas” (Santos, 2000, p. 207).

A formação profissional no Brasil, teve alguns atalhos, pois Portugal já havia pré definido o que a nação devia fazer. O país não podia alavancar no conhecimento de atividades industriais, pois estas não interessavam aos portugueses, uma vez que o desenvolvimento neste sentido implicava, para eles, o início da independência e esta circunstância era desfavorável à Portugal. Santos diz que muitas indústrias foram fechadas, bem como a destruição de fundições e oficinas de ourives que existiam no país (SANTOS, 2000, p. 207). Posteriormente veio o massacre chave no que diz respeito a industrialização brasileira. (ver qual, onde e quando, porque, por quem, como ocorreu)

Santos afirma que: “a destruição da estrutura industrial que se instalou no Brasil durante o século XVIII causou forte impacto no desenvolvimento do ensino de profissões, cuja maioria era absorvida pelo setor secundário da economia” (SANTOS, 2000, p. 207).

Nota-se uma fragmentação no que diz respeito ao ensino profissionalizante no país, gerada inclusive pelos poderes constituídos, como é o caso das Câmaras Municipais que

criavam embaraços ao ingresso de escravos nas escolas que ensinavam profissões. E depois com o sucateamento das iniciativas industriais, desmobilizando-as e declarando o fim das mesmas através de ordem emanadas do Poder estabelecido.

A situação tomou outro rumo quando “D. João VI chega ao Brasil em janeiro de 1808, ocasião que retoma-se o processo de desenvolvimento industrial a partir da permissão de abertura de novas fábricas, inaugurando-se dessa forma uma nova era para o setor de aprendizagem profissional” (SANTOS, 2000, p. 207).

O problema gerado por não se permitir alguns grupos na aprendizagem profissional, aliado ao fato de se detonar com as iniciativas industriais, resultou na escassez de mão-de-obra, em algumas ocupações (SANTOS, 2000, p. 207).

A solução encontrada, na época, foi a aprendizagem compulsória, que consistia em ensinar ofícios às crianças e aos jovens, que na sociedade não tivessem outra opção, como era o caso dos órfãos e desvalidos, que eram encaminhados pelos juízes e pela Santa Casa de Misericórdia aos arsenais militares e da marinha, onde eram internados e postos a trabalhar como artífices, sendo que, após alguns anos, ficavam livres para escolher onde, como e para quem trabalhar (SANTOS, 2000, p. 207).

O Colégio das Fábricas se constituiu na primeira iniciativa de D. João VI em atender às demandas de mão-de-obra, verificadas a partir da permissão da implantação de novos estabelecimentos industriais.

Criado em 1809, por D. João VI, no Rio de Janeiro, possuía caráter assistencial e, portanto, a finalidade explícita de abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil. De acordo com Santos (2000, p. 208) “essa instituição serviu de referência para as unidades de ensino profissional que vieram a ser instalados no Brasil”.

O padrão utilizado, inicialmente, foi o ensino de ofícios, em geral fora do estabelecimento (no cais, no hospital, nos arsenais militares ou da marinha). Mais tarde, a aprendizagem de ofícios passou a ser ministrada no interior do próprio estabelecimento, ao que, posteriormente, foi acrescido o ensino das “primeiras letras”, seguido de todo o ensino primário.

Observa-se que o ensino profissional no Brasil passou por diversos momentos, desde sua implantação, notando-se uma graduação nesta modalidade de ensino.

Santos acrescenta que:

(...) as mudanças de ordem política que se processaram no Brasil a partir da fundação do império em 1822, juntamente com a ampliação considerável das

forças produtivas, responsáveis pelo progresso material de forma acentuada e rápida, foram alguns dos componentes que interferiram, de certo modo, no desenvolvimento do modelo de aprendizagem de ofícios, que veio a se fixar mais tarde no país, embora esse ramo de ensino continuasse a ser permeado fortemente pelo conteúdo discriminatório (SANTOS, 2000, p. 208).

Adentra-se no império (1822-1889) e os problemas discriminatórios continuam, apesar da necessidade em se ter formação profissional com vistas ao progresso das atividades econômicas ali desenvolvidas.

A mentalidade conservadora e discriminatória que havia sido construída ao longo dos três séculos de duração do período colonial prosseguiu no império, em que o ensino de ofícios seria destinado aos humildes, pobres e desvalidos, continuando, portanto, o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente aos escravos (SANTOS, 2000, p. 208).

Esse processo discriminatório em relação ao ensino e ao ingresso na educação profissional era patrocinado pelo Poder Público, inclusive no âmbito da legislação, ainda que de modo um tanto disfarçado. Houve até a inviabilização do funcionamento das Corporações de Ofícios pela Constituição promulgada em 1824 (SANTOS, 2000, p. 209).

Quanto ao ingresso de alunos nas escolas de ofícios, pois, não se permitia a entrada de escravos e só ingressavam nelas os filhos de classes menos favorecidas da sociedade. Desde os primórdios, a educação profissional era destinada à pobreza.

Com a organização do ensino no Brasil, e o aumento da produção manufatureira, na primeira metade do século XIX, intensificou-se a estruturação de sociedades civis, auxiliando órfãos e ao mesmo tempo ofertando aprendizagem das artes e dos ofícios. Nessas sociedades, a direção ficava a cargo dos nobres, fazendeiros, comerciantes e funcionários da burocracia estatal (SANTOS, 2000, p. 209).

O ensino profissional no Brasil era direcionado ao atendimento dos interesses das classes dos nobres, fazendeiros, comerciantes e funcionários da burocracia estatal e é possível que houvesse uma manipulação do mesmo de modo que estes alcançassem seus objetivos: indicar o funcionamento, a clientela e que tipos de profissões ensinar na estruturação do ensino profissional. Talvez tenha havido uma evolução no ensino profissional nos dias de hoje, como democratização do acesso, uma flexibilidade maior, mas o enfoque parece não ter mudado muito, que é o de servir às necessidades das empresas.

Santos indica que: “os recursos necessários à manutenção das sociedades civis, inicialmente eram obtidos pelas quotas dos sócios e por doações” (SANTOS, 2000, p. 209).

Essas sociedades civis eram responsáveis pelo ensino profissional e, a princípio, eram mantidas por doações. Entretanto, depois que elas ganharam corpo e notoriedade tiveram autonomia econômico-financeira para administrar os cursos, sem necessidade das referidas doações.

Com o tempo, essas entidades passaram a gerir financeiramente suas escolas de artes e ofícios, (“Liceus”) com parcelas de recursos originários do Poder Público, devido à influência dos quadros da burocracia do estado que atuavam nas sociedades, como membros de suas direções (SANTOS, 2000, p. 209).

A escola que mais se destacou foi a Sociedade Propagadora de Belas Artes, organizada em 1857, no Rio de Janeiro, então capital do país, por iniciativa do Coronel Francisco Joaquim Bethencourt (SANTOS, 2000, p. 209).

Esses Liceus eram espaços também da formação profissional, e também limitava o acesso de pessoas a eles. Embora oferecendo cursos gratuitos, permaneciam as mesmas regras de antes. Por exemplo, os cursos do Liceu do Rio de Janeiro eram gratuitos, não só para os filhos dos sócios, como também para qualquer indivíduo livre, não aceitando os escravos, permanecendo a mesma discriminação contra a mão-de-obra escrava, praticada durante o período colonial (SANTOS, 2000, p. 210). Este parece ser um problema social que permanecia inalterável na sociedade brasileira quanto ao ensino profissional.

Conforme Santos, o “Liceu de Artes e Ofícios” não dispunha de oficinas para realizar as aulas práticas, na sua fase inicial de funcionamento. Com o estabelecimento da República (1889) é que a instituição conseguiu os recursos para criação de suas primeiras oficinas, graças aos mecanismos jurídicos e fiscais criados pelos dirigentes do estado, para ampliar as isenções e facilitar as doações à Sociedade Propagadora de Belas Artes (SANTOS, 2000, p. 210).

A presença governamental era a tônica dos Liceus, exatamente por esta circunstância, avolumaram-se os recursos para ampliação e investimento nos “Liceus”. Além do Liceu criado na então capital do Brasil no Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo também fundou Liceu. E Santos informa que

em 1822 a sociedade que criou o Liceu em São Paulo instalou uma nova escola no turno da noite, que foi o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujo objetivo era o de ministrar ao povo os conhecimentos necessários às artes e, ofícios, ao comércio, à lavoura e às indústrias” (SANTOS, 2000, p.211).

Milhares de pessoas passaram pelos Liceus, os quais contavam com recursos públicos para sua manutenção, funcionamento e ampliação, sendo que “entre o final do Império e o início do Regime Republicano, as subvenções para o liceu situado em São Paulo cresceram cerca de 317%” (SANTOS, 2000, p. 211).

Os Liceus de artes e ofícios “eram instituições não-estatais que dentre várias outras que, existiam no Brasil, tinham como atividade principal proporcionar à população a formação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho, no contexto do período imperial” (Santos, 2000, p. 211).

O ensino de ofícios, quer por parte do estado quer por iniciativa das sociedades civis, foi orientado basicamente por uma ideologia que se fundamentava, dentre outros aspectos, em conter o desenvolvimento de ordens contrárias à ordem política (Santos, 2000, p. 211). Talvez o fato de membros da estrutura estatal se fazerem presentes na direção das sociedades civis com vistas à formação de mão-de-obra para a população explique essa preocupação.

E Santos explica que:

(...) essa direção que foi dada tinha como objetivo não repetir o que estava acontecendo na Europa, naquele contexto, em que o movimento dos trabalhadores estava se dando de forma intensa, frente às contradições apresentadas pela Revolução Industrial no campo das relações entre capital e trabalho (SANTOS, 2000, p. 211).

Santos (2000, p. 211), relata que “com a proclamação da República, em 1889, um novo elemento ideológico foi incorporado ao modelo até então vigente, a partir da chegada dos padres salesianos: o ensino profissional como antítese ao pecado”.

Será que a inspiração da Igreja Católica em fomentar esta ideologia associando-a ao ensino profissional, fundava-se no adágio popular de que “mente vazia é oficina do diabo?”

Percebe-se que o ensino profissional no Brasil foi permeado, primeiramente, pela ideologia de que era destinado às classes menos favorecidas da população, da qual estavam excluídos os escravos; em seguida, a ideologia de contenção de ordens contrárias às ordens políticas e, já em 1889, por influência dos padres salesianos, a ideologia da antítese do pecado.

Parece que houve a partir da Proclamação da República, uma aceleração no sentido de se estabelecer o verdadeiro significado do ensino profissional no país. Neste período, o Brasil estava centrado no modelo agro-exportador, mas houve pressão da sociedade para transformá-lo numa base econômica fundada na produção industrial (SANTOS, 2000, p. 211).

O movimento pró-industrialização começa a evoluir a partir da República e alguns cérebros começam a emitir seus pareceres em relação ao freio que foi praticado no processo industrial no país em períodos anteriores e que agora redirecionam o Brasil na trilha da industrialização.

Santos afirma que “a ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica” (SANTOS, 2000, p. 212).

Evidentemente, a industrialização está associada ao domínio de novas técnicas, e estas por sua vez requerem investimento em formação profissional, visando o preparo de pessoas para atender à demanda de mão-de-obra qualificada provocada pela indústria.

Em razão desta necessidade Santos afirma:

(...) O pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais, pela iniciativa do Presidente da República, Nilo Peçanha, que baixou o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado, com exceção do Rio de Janeiro, cuja unidade foi construída na cidade de Campos e do Rio Grande do Sul, onde em Porto Alegre funcionava o Instituto Técnico Profissional, o qual recebeu posteriormente o nome Instituto Parobé (SANTOS, 2000, p. 212).

Evidencia-se uma reorientação no que diz respeito ao ensino profissional no Brasil, com mentalidades debatendo e pondo em execução planos de desenvolvimento industrial, a partir da preparação em escolas de educação profissional de mão-de-obra qualificada para aplicação no setor em epígrafe.

Com efeito, o país participou de um novo momento econômico e esta circunstância vai indicar uma nova etapa para o ensino profissional, que recebeu uma nova configuração até mesmo importância nesse modelo de economia que se pretendia implantar no Brasil.

Conforme Santos, “esse novo sistema de educação profissional passou a ser mantido pelo “Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e tinha como finalidade ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito” (SANTOS, 2000, p. 212).

No Decreto 7566, de 23/09/1909, artigo 6º, foi colocada a admissão de alunos nas escolas profissionais entre 10 e 13 anos, sendo respectivamente idade mínima e máxima, além de estabelecer que a prioridade de matrícula era para os “desfavorecidos da fortuna”.

A mão-de-obra que se estava qualificando aqui era de crianças e adolescentes, não havendo impedimento explícito do ingresso de filhos de escravos nestas referidas instituições. Entretanto, verifica-se uma precocidade neste preparo, visando servir um novo modelo

econômico que se pretendia implantar que foi a industrialização do país.

Será porque a mão-de-obra nessa faixa etária é mais barata? Ainda é possível ver um descompasso quando o assunto é o ensino profissional no Brasil, no sentido de que antes vedava o ingresso de escravos nas escolas, que ministravam o ensino profissional; agora, o referido explicitamente não impedia o ingresso de escravos, mas admitia apenas alunos entre 10 e 13 anos de idade.

Conforme Santos, “Nilo Peçanha foi considerado o fundador do ensino profissional no Brasil, deu seqüência ao seu projeto ao inaugurar, durante o ano de 1910, as 19 unidades que formavam a rede de escolas de aprendizes e artífices” (SANTOS, 2000, p. 212).

Em razão da roupagem legal que o governo de Nilo Peçanha revestiu o ensino profissional, era de se esperar a instrumentalização das instituições criadas e inauguradas por ele, mas de acordo com Santos, as escolas de aprendizes e artífices foram implantadas em edifícios inadequados e com suas oficinas apresentando precárias condições de funcionamento (SANTOS, 2000, p. 212).

Com isto, percebe-se que o mais importante da legislação é sua capacidade de aplicação, não apenas em sua parcialidade, mas em sua totalidade, sob pena do resultado ser capenga e deficiente.

E Santos ainda afirma que “a escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela rede de Escolas de Aprendizes e Artífices” (SANTOS, 2000, p. 213).

Aqui, parece que estava faltando tudo: estrutura física que pudesse comportar bem as escolas de aprendizes e artífices, material para o desenvolvimento do ensino e até mesmo professores que dominassem o conteúdo a ser ministrado nessas escolas de aprendizes e artífices. Conseqüentemente, o resultado era catastrófico para o objetivo que se esperava que era ter formandos no campo profissional habilitados adequadamente ao exercício das mais diversas atividades econômicas, como comércio, indústria e agricultura. A alternativa encontrada pelo governo foi “recrutar professores do ensino primário para atuar na rede, solução que não produziu resultados satisfatórios” (SANTOS, 2000, p. 213). Pois estes não possuíam habilitação necessária que pudesse alavancar o ensino profissional.

Com relação aos mestres de ofícios provenientes das fábricas e das oficinas, “faltava-lhes o conhecimento suficiente para atender aos requisitos de base teórica, que eram demandados pelos cursos oferecidos. Assim sendo, a aprendizagem ficava restrita apenas ao

conhecimento empírico” (SANTOS, 2000, p. 213).

Dois extremos se afiguram quanto aos profissionais que foram arranjados para atuar no ensino nas escolas de aprendizes e artífices.

De um lado, profissionais desqualificados, com uma teoria e prática deficientes e, de outro, profissionais com base empírica, sem nenhum conteúdo teórico. Estas foram as duas situações extremadas que o ensino profissional foi obrigado a conviver por um certo tempo, principalmente em 1909. As chamadas escolas de aprendizes e artífices iniciaram capengando e, com o passar do tempo, foram adquirindo as técnicas necessárias ao desenvolvimento de um ensino profissional que servisse de sustentáculo àqueles que buscavam uma qualificação para atuar no mercado de trabalho, quer seja no comércio, indústria e agricultura. Essas escolas tiveram altos índices de evasão. Fonseca, esclarece que:

(...) a evasão nas escolas de aprendizes e artífices continuou sendo um dos graves problemas da rede de ensino técnico-profissional nos anos seguintes à sua implantação. Constatava-se que poucos alunos chegavam ao final dos cursos. A maioria abandonava a escola no fim da terceira série, com o objetivo de se empregar nas fábricas ou nas oficinas, porque a essa altura já possuíam os conhecimentos mínimos para a ocupação de determinados postos de trabalho (FONSECA, 1961, p. 185).

É possível que este seja um objetivo das empresas também, ter disponível num curto espaço de tempo mão-de-obra necessária ao desenvolvimento das atividades econômicas. Por outro lado, talvez fosse interessante para o trabalhador, porque havia rapidez em seu preparo ou semi-preparo e ele podia ingressar nas atividades profissionais, com retorno financeiro.

A vantagem maior podia ser para as empresas, pois elas mantinham uma grande reserva de mão-de-obra com um certo grau de perfeição, que seria desenvolvido no interior das fábricas ou oficinas e ainda com uma remuneração ou salário inferior e os quadros podiam se renovar constantemente, tudo em benefício da produtividade comercial ou industrial. Além de que os que se formavam pudessem ter salário igual aos que deixavam a formação profissional pelo caminho. Talvez esse estímulo da rapidez na preparação de mão-de-obra fosse a tônica dos empreendedores.

Santos fala que “apesar dos problemas apresentados pelas escolas de aprendizes e artífices, esse modelo de ensino profissional foi se consolidando ao longo do tempo e foi adquirindo os contornos necessários até constituir a rede de escolas técnicas do país” (SANTOS, 2000, p. 214).

A partir da República, especialmente o ano de 1909, no governo de Nilo Peçanha, houve

uma tendência efetiva na ampliação do ensino profissionalizante no Brasil. Seu sucessor procurou dar continuidade ao que ele já havia iniciado, com leves retoques.

E Santos faz esta análise ao afirmar:

(...) observa-se, portanto, que no plano das idéias estava expressa uma tendência de articular formação geral com a profissional, de nível secundário, nas escolas de aprendizes e artífices, fato que veio a se concretizar a partir de mudanças que elas sofreram ao longo dos governos subseqüentes ao de Marechal Hermes da Fonseca (SANTOS, 2000, p. 215).

O discurso de Hermes da Fonseca imprimia uma ideologia de graduação do ensino profissional, além de associá-lo não apenas com o exercício de uma profissão, mas com o prazer que o conhecimento pode proporcionar ao ser humano, tornando-o completo e realizado e nivelando-o com outras modalidades de ensino que cultivavam apenas a contemplação como fruto do ensino secundário. O ensino profissional, para Hermes da Fonseca, podia englobar as duas situações: preparava para o trabalho e para a contemplação espiritual, emocional, enfim preparava o aluno cidadão, não apenas operário.

Os anos 1930 demarcaram nitidamente um processo de mudanças estruturais na ordem política, econômica e social do Brasil, pois os grupos que promoveram a destituição do presidente Washington Luiz e apoiaram Getúlio Vargas, a partir do movimento que se convencionou chamar de Revolução de 1930, fizeram opção pelo modelo de desenvolvimento fundamentado na industrialização em larga escala, em substituição ao modo de produção agro-exportador, que havia sofrido fortes impactos, devido à crise do capitalismo internacional, que se deu no final dos anos 1920 (SANTOS, 2000, p. 215).

A Revolução de 1930 foi construída ao longo dos anos que se seguiram à Proclamação da República, com pensamentos se estruturando e formando laços entre si que culminaram no estabelecimento de uma nova ordem econômica, guiando-se principalmente pela industrialização.

E nessa nova etapa de desenvolvimento econômico, fez-se presente de modo efetivo a educação profissional, aliando-se a essa nova configuração, qualificando mão-de-obra numa intensificação proporcional à demanda industrial instalada no Brasil, a partir da referida Revolução.

No Brasil, no período 1929-1957, o incremento do modelo industrial foi da ordem de 475%, colocando o Brasil entre as dez maiores economias do mundo. Esse modelo, “além de provocar mudanças na estrutura do estado, que teve de imprimir uma nova forma de

organização para se articular a essa nova lógica, fez com que fossem adotadas novas estratégias para a preparação da força de trabalho” (SANTOS, 2000, p. 215).

A educação nesse novo modelo alcançou destaque primordial, pois é ela que na visão dos dirigentes da nação iria preparar esses profissionais que atuariam nas indústrias. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde no ano de 1930, houve uma reestruturação no sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino profissional.

O Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

Este decreto foi elaborado e aprovado no período de Francisco Campos, Ministro da Educação que tinha por objetivo dar rumo legal ao ensino do comércio, visando a normatização do mesmo e seu modo de funcionamento.

O decreto retro mencionado faz parte de um pacote de reforma empreendido por Francisco Campos, a fim de empreender uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior (ROMANELLI, 1983, p. 131).

O ensino comercial era guiado, a partir de 30/06/1931, pelo Decreto 20.158, que normatizava e organizava seu funcionamento.

Alguns problemas a reforma do ensino comercial trouxe, como: “fiscalização e controle excessivos que centralizam as decisões, tornando rígida e inelástica a estrutura do ensino, a organização se mostrava fechada e sem articulação com outros ramos de ensino” (ROMANELLI, 1983, p. 140-141).

Apesar desta caracterização que a reforma Francisco Campos deu ao ensino Comercial, através do Decreto 20158 de 30/06/1931, ainda assim ele foi um dos privilegiados, pois os ensinos normal e o primário foram totalmente marginalizados. E assim Romanelli comenta:

(...) a reforma deixou completamente marginalizados os ensino primário e normal e os vários ramos do ensino médio profissional, salvo o comercial. Praticamente a reforma tratou de organizar preferentemente o sistema educacional das elites (ROMANELLI, 1983, p. 141).

Já no período do Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, através do Decreto-Lei 6141, de 28 de dezembro de 1943.

Dessa reforma empreendida por Gustavo Capanema, o ensino comercial, ficou organizado com um só curso básico de 04 anos de 1º ciclo e vários cursos técnicos de três anos de 2º ciclo. Foram os seguintes os cursos técnicos: comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado (ROMANELLI, 1983, p. 156).

A estrutura tradicional do ensino foi mantida. E o sistema continuou a ser organizado segundo a legislação anterior, sendo o Ensino médio subdividido em dois ciclos: o ginasial de 04 anos e o colegial de 03 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores) (ROMANELLI, 1983, p. 181).

Interessante que todo 2º grau era feito em sete anos, englobando o 1º ciclo ginasial de 04 anos e o 2º ciclo – colegial de três anos. Essa correspondência valia tanto para o ensino secundário, quanto profissional.

O sistema oficial de ensino industrial foi estruturado por iniciativa de Gustavo Capanema, que estava à frente do Ministério da Educação e da Saúde, durante o governo Vargas, no período do Estado Novo (1937-1942) (SANTOS, 2000, p. 216). Com a Reforma Capanema (1942-1946) esse ensino ficou dividido em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental, era ministrado em três ou quatro anos. Havia também o ciclo básico, que compreendia o curso de mestria de dois anos. O segundo ciclo, com duração de três a quatro anos, destinava-se à formação de técnicos industriais (SANTOS, p. 217).

Era oferecido, nesse mesmo ciclo, o curso de formação pedagógica, com intuito de habilitar professores para lecionar no ensino industrial. Toda essa estruturação estava prevista na Lei Orgânica do Ensino Industrial, que foi promulgada em 30 de janeiro de 1942.

Ressaltando as falhas dessa lei, Cunha afirma que:

(...) uma dessas falhas era a falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e entre estes e o ensino secundário, pois aos alunos formados nos cursos técnicos estava interdita a candidatura irrestrita ao curso superior, já que os seus egressos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados (CUNHA, 1998, p. 65-89).

Esta inflexibilidade tem características ditatoriais e discriminatórias, quando impedia que o concluinte do ensino profissional em nível de 2º grau possa ter acesso a todos os ramos do ensino superior, ao mesmo tempo que inferiorizava a formação no ensino das profissões.

Mas alguns movimentos estavam surgindo com o fito de desobstruir este problema e permitir ao aluno concluinte do ensino profissional em nível de 2º grau que pudesse ingressar em todas as áreas do ensino superior.

E um momento que propiciou esta circunstância foi a queda do Estado Novo, em 1945, reconduzindo o país ao regime democrático. Nesse período, os pioneiros da educação, que

lançaram o Manifesto em 1932⁹, retomam à luta para introduzir mudanças na Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942. Verifica-se nessa ação a busca de dois objetivos principais, dentre outros: a equivalência entre os ramos do ensino profissional e secundário e a eliminação da dualidade (SANTOS, 2000, p. 218).

Esse é um problema que vem de muitas décadas, com a desvalorização e a marginalização do ensino profissional no Brasil, relegado-o a uma categoria inferior. Os pioneiros, então, se movimentam para equipará-lo ao ensino secundário.

A marginalização do ensino profissional em relação à educação secundária vem desde o período imperial. O primeiro tipo de ensino era destinado às classes subalternas e o segundo era reservado às classes dirigentes, às elites (SANTOS, 2000, p. 218).

A luta pela equivalência entre os diversos ramos de ensino foi uma longa perseguição durante os anos 1950, com as mudanças que foram sendo efetivadas na Lei Orgânica do Ensino Industrial (SANTOS, 2000, p. 218).

A Lei 1076 de 31 de março de 1950 é resultado das movimentações pró-mudanças no ensino profissional, pois essa lei permitia aos estudantes que concluíssem o primeiro ciclo do ensino industrial, comercial e agrícola ingressarem no curso clássico ou científico, desde que prestassem exames das disciplinas não estudadas naqueles cursos e compreendidas no primeiro ciclo do curso secundário. A Lei retro citada é a primeira tentativa de empreendimento das mudanças (SANTOS, 2000, p. 218).

Nova Lei surgia em 1953 como seqüência das tentativas das mudanças, agora a de número 1821 de 12 de março, que facultava o direito de ingressar em qualquer curso superior todos os alunos que tivessem concluído o curso técnico em qualquer um dos ramos – industrial, comercial ou agrícola - , desde que se submetessem a exames de adaptação, verificando-se, assim, a exemplo do que havia ocorrido no primeiro ciclo, uma equivalência parcial entre os sistemas propedêutico e profissional (SANTOS, 2000, p. 218).

Mas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 4024, aprovada em 20 de dezembro de 1961, que mudou radicalmente o ensino profissional, aproximando das reivindicações dos pioneiros da educação e de grandes pensadores educacionais.

Essa lei pela primeira vez manifesta na história da educação brasileira a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou profissional, tendo em vista que a estrutura, embora se mantivesse a mesma

⁹ Os Pioneiros da Educação defende uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a organização nacional. (AZEVEDO, 1932, p. 59).

proposta pela reforma empreendida por Capanema no início dos anos 40, previa um modelo de ensino médio subdividido em dois ciclos: o ginasial de 04 anos e o colegial de 03 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e técnico-profissional, permitindo com isso o acesso irrestrito ao curso superior para quem concluísse quaisquer das duas modalidades (SANTOS, 2000, p. 218).

A grande inovação da Lei 4024/61 foi estender ao Senai a possibilidade de instituir a mesma organização que estava prevista no sistema público de ensino. Desta forma, assevera Santos, o SENAI poderia oferecer o curso ginasial em quatro anos e o curso técnico industrial em três anos equivalente ao curso secundário, o que facultava aos alunos dessa instituição ingressar em qualquer curso de nível superior (SANTOS, 2000, p. 219).

Entretanto, apesar da legislação estabelecer a equiparação do ensino secundário, para fins de acesso ao ensino superior em qualquer de suas áreas, a preferência da população é essencialmente pelo ensino secundário.

O estigma negativo que o pensamento colonial e imperial imprimiu ao ensino das profissões, classificando-o como inferior e destinado às camadas menos favorecida da sociedade, criou uma cultura anti-ensino profissionalizante que acompanhou muitas gerações, colaborando para que o pensamento em relação à educação profissional permanecesse inalterável, embora a legislação determinasse novos tempos para o ensino das profissões, equiparando-o para todos os efeitos com o ensino secundário, com uma vantagem a mais que, além de usufruir de todas as oportunidades proporcionadas pelo Ensino Secundário, o concluinte do ensino profissional já possuía uma habilitação, que lhe propiciava cursar o ensino superior e exercer uma profissão ou tendo uma profissão no nível técnico, podendo cursar outra profissão em nível superior, portanto, duplamente habilitado.

Um exemplo é o caso do aluno cursar técnico em indústria e no curso superior cursar administração de empresas, engenharia civil, agronomia, enfim, um curso diferente da habilitação técnica.

O ensino profissional carregava marcas profundamente discriminatória, que nenhum atrativo era capaz de estimular um número significativo de matrículas, principalmente os ramos agrícolas e industrial.

O país viveu no período colonial, imperial e parte da República com uma economia essencialmente agrícola, embora mentalidades havia que estavam se constituindo no sentido de uma reorientação econômica.

Já no início da República, podia-se acanhadamente sentir este pensamento voltado à

industrialização do país, mas foi a partir da Revolução de 1930 que houve uma ação mais definida nesse sentido, mas no que diz respeito ao ensino profissional na área industrial e agrícola o pensamento continuava radicado nos primórdios da colônia.

Santos explica que os indicadores que apresentam o ensino industrial e agrícola como responsável por apenas 5% das matrículas mostram a forte tendência da sociedade em manter a tradição construída no Brasil-Colônia, que era a de continuar colocando em plano secundário as funções vinculadas ao trabalho manual, como era o caso da formação voltada para os ramos do ensino industrial e agrícola (SANTOS, 2000, p. 219).

A questão envolvendo o ensino profissional não pára por aí no plano legal. Nova legislação surgiu, para radicalizar a educação profissional.

A lei 5692/71, editada no período militar na data de 11 de agosto de 1971, veio demonstrar esta fase de imposição do referido ensino pelo regime. E Santos declara que o governo militar substituiu, com base nessa legislação, a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação profissional compulsória (SANTOS, 2000, p. 219).

Santos afirma que os efeitos dessa reforma sobre o ensino médio foram o de não produzir nem a profissionalização nem o ensino propedêutico, tendo em vista o fracasso da política educacional imposta pela política aplicada pelo Regime Militar (SANTOS, 2000, p. 219).

Percebe-se que são de longa data os problemas que afligem a educação brasileira e estão presentes hoje no cotidiano da escola, com ranços que se instalaram na Colônia, passaram pelo Império e ocupam espaço na República atual em suas mais diversas variações.

Santos esclarece que é possível apontar alguns fatores que contribuíram para o fracasso do ensino de segundo grau profissionalizante, dentre outros: a falta de recursos materiais e humanos para a manutenção, por parte do Poder Público, de uma extensa rede de escolas; a resistência dos empresários em admitir nos quadros de suas empresas os profissionais oriundos dos cursos de segundo grau (SANTOS, 2000, p. 219).

O ensino de modo geral e em especial o profissional encontrou inúmeros obstáculos ao seu progresso por parte de governantes e setores dominantes na sociedade brasileira.

Santos mostra que mesmo manifestando-se de forma diferente da reforma educacional promovida por Capanema nos anos 40 e da que foi proposta pela Lei de Diretrizes e Bases 4024/61 nos anos 60, ainda assim, na reestruturação feita pelo regime militar (Lei5692/71), a dualidade do sistema educacional estava mantida, dessa vez escondida em um projeto que, aparentemente, apresenta uma estrutura de ensino médio em que a profissionalização deveria

abranger a todos, a todas as classes sociais, indiscriminadamente (SANTOS, 2000, p. 219-220).

Para melhor explicitação da fala anterior, Kuenzer afirma que:

(...) os determinantes da dualidade estavam fora da escola, ou seja, eles estavam presentes na estrutura de classes, na medida em que o trabalhador instrumental sequer chegava ao segundo grau, pois era excluído da escola muito antes, devido aos altos índices de evasão e repetência que, historicamente, caracterizavam e caracterizam as escolas de primeiro grau, notadamente na população de baixa renda. E continua dizendo que a reforma introduzida pela Lei 5692/71 admite a dualidade como um dado da estrutura social, tanto que os seus efeitos se concretizam no sucesso escolar (KUENZER, 1997, p. 29-30).

Verifica-se também que ainda no Regime Militar houve uma drástica mudança na concepção do ensino profissional, em que o mesmo passa a ser notório e privilegio de poucos, para não dizer a elite da sociedade. Em razão do estabelecimento de redes de escolas técnicas, sob a coordenação do governo federal.

Acredita-se que da passagem do pensamento relativo ao ensino profissional que foi introduzido já na Colônia pelas elites dirigentes a idéia na República, especialmente no período militar a partir de 1971, passando o ensino profissional à rede federal, especialmente o industrial, esse foi acordo desta mesma classe dirigente que antes ridicularizava o ensino retrocitado.

Esta parece ter sido a saída para resolver a crise de mão-de-obra qualificada para a indústria, impondo ao governo suas condições e anseios. E o governo implantou o ensino profissional, conforme os ditames da sociedade dirigente.

Essas novas escolas profissionais surgiram com muita força e recursos de ordem financeira e humana abundantes para investimentos maciços na educação profissional levada a cabo por essas escolas profissionais, agora mantidas pelo governo federal.

E Cunha afirma que: a partir de 1971 consolidou-se a desativação dos seus cursos industriais de primeiro ciclo (ginásios industriais) (CUNHA, 1977, p. 79).

Algumas dessas escolas federais foram implantados os cursos superiores de engenharia, convertendo-os nos Centros Federais de Educação Tecnológica, como foi o caso da unidade que estava situada na cidade dom Rio de Janeiro (SANTOS, 2000, p. 220).

Então foi necessária uma reestruturação urgente do ensino profissional para servir ao capital industrial. “Ao contrário do fracasso registrado no ensino profissionalizante de 2º grau, as escolas técnicas federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado” (SANTOS,

2000, p. 220).

Percebe-se uma drástica mudança na questão da educação profissional, especialmente no campo da indústria e as escolas antes destinadas aos “desvalidos e aos desprovidos de fortuna” no tempo em que eram Escolas de Aprendizizes e Artífices se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados, no contexto dos anos 1960 e 1970, eram recrutados, quase que sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais (SANTOS, 2000, p. 220).

Kuenzer, comentando em relação às matrículas no ensino profissional após o advento da Lei 4024/61, declarou que 5% apenas das matrículas de um total de um milhão, cento e vinte e nove e quatrocentos e vinte e uma era destinado ao ensino profissional nos ramos agrícola e industrial, representando uma ínfima parcela do todo (KUENZER, 1977, p. 30).

Situação inversa ocorre nesse novo período, em que há um aceleração de matrículas em todos os ramos do ensino profissional, contrapondo-se com épocas anteriores em que presenciava-se o desinteresse pelas matrículas nas instituições que ofereciam a educação das profissões.

Mas o que levou a essa radical inversão? Duas situações podem ser aventadas: a primeira é a necessidade do empresariado e a segunda é a decisão governamental, que após acatar a ordem ou imposição dos empresários, abre as escolas técnicas federais, que se tornaram centros de excelência e referência do ensino profissional.

Nascimento (1986, p. 22) afirma que:

(...) em decorrência do alto padrão de ensino oferecido pelas Escolas Técnicas Federais, deu-se o crescimento acelerado das matrículas nos diversos cursos passando, em média, nas escolas maiores, de cerca de 100 a 400 para 4000 até 6000 alunos no período de 1963/1973. O aumento da quantidade de matrículas fez com que fossem colocados anualmente milhões de técnicos à disposição do mercado de trabalho, que com a recessão da década de 80 passou a se retrain, atingindo a saturação. Mesmo o estágio obrigatório, antes regiamente remunerado, ficou quase impossível de ser conseguido, até mesmo aqueles que não traziam qualquer ônus às empresas (NASCIMENTO, 1986, p. 22).

O ensino profissional viveu momentos de prestígio e indiferença. Desde sua implantação na Colônia, passagem pelo Império e República, ele tem sido de certo modo pensado e às vezes se encontra ora no auge, ora no declínio.

Mas o pensamento em relação à educação profissional mudou muito pouco, desde sua fundação na Colônia até nossos dias. O que ocorre é sua utilização visando o serviço às

empresas que lhe deu alguns contornos de importância, entretanto ela continua sendo pensado como um “subsistema” de ensino, conforme Berger Filho (1997, p. 34).

2.3. Contexto sócio-político e econômico de Uberlândia, de 1966 a 1969.

Considera-se que o estudo específico a respeito da instalação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia no ano de 1966, a ser desenvolvido no próximo capítulo, necessita, primeiramente, de um conhecimento sobre as circunstâncias históricas locais responsáveis pela sua criação. Esta é a questão básica que orientou este tópico.

No período de sua criação e instalação, respectivamente nos anos de 1966 e 1967, como foi comentado anteriormente, vivia-se, no Brasil, sob os auspícios do Regime Militar e o mesmo entendia a teoria do capital humano como a radicalização do relacionamento educação-trabalho, tanto que, por meio de legislação, este pensamento foi introduzido através da Lei 5692/71, embora essa idéia já viesse desde antes, até mesmo do ano de 1961, através do IPES, órgão comandado por empresários que colaboraram no estabelecimento do golpe militar no país.

Portanto, Uberlândia sofreu, de 1966 a 1969, os reflexos das ações implantadas pelo regime militar. Antes deste período, a cidade já tinha facções políticas que prezavam pela linha dura do regime, só que não tinham o comportamento institucionalizado como ocorreu no novo sistema de governo. Para se ter uma idéia de como funcionava o sistema de dominação em Uberlândia, o grau de violência que se tinha, basta observar o que dizem Reis e Ribeiro em relação aos anos 1910:

As eleições das candidaturas do Marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa à presidência da República, em 1910, irromperam com buscas, prisões e espancamento ocasionando a anulação do pleito eleitoral com a vitória civilista. Os chefes políticos locais envolvidos nesta contenda eram o Coronel Severiano Rodrigues da Cunha (civilista) que teve sua propriedade sitiada e saqueada, enquanto o Tenente Coronel José Theofilo Carneiro (hermista) pressagiava ganhar as eleições a bala (REIS E RIBEIRO, 1993, p. 11).

Os mandatários do município imprimiam sua ordem e todos estavam sujeitos a ela. A todo custo, deviam imperar seus pensamentos e o povo devia obedecer, bem como os

opositores. Prevalencia a voz do mais forte em termos de dominação política.

O município constantemente relaciona a sua imagem a uma cidade tranqüila, mas esta é uma situação que tinha sido construída pela classe dominante, ainda que de modo discursivo.

O controle ideológico no município é muito grande. Ainda hoje há marcas desse comportamento, implantado pelos primeiros dominadores do município, dentre os quais se destacam: Coronel Severiano Rodrigues da Cunha e Tenente Coronel José Theofilo Carneiro.

E Reis e Ribeiro dizem: "transitar de atitudes democráticas para atitudes eminentemente policiaescas e preconceituosas foi a marca com a qual a polícia ideológica permeou de ponta a ponta a sociedade uberlandense" (REIS E RIBEIRO, 1993, p. 13).

Uberlândia já presenciou também muitas ações de rebeldia e confronto da população contra as classes dirigentes, especialmente o empresariado. E conforme Machado: captar da história de Uberlândia o movimento de explosão da sociedade contra a exploração do capital, intitulado Quebra-Quebra de 1959, é importante, se considerarmos o protesto urbano como uma forma política de reivindicar respeito à cidadania e às melhores condições de vida da população (MACHADO, 1991, p. 71). Em 1959 a sociedade se organizou para protestar contra o governo e os empresários. E o Jornal "O Correio" mostra que:

Uberlândia transformou-se em autêntica praça de guerra. Fortemente policiada, perigosamente em polvorosa, suas ruas eram percorridas por viaturas com policiais que disparavam suas armas para dispersar grupos. A família uberlandense, horrorizada e ofendida em sua pacífica condição, enlutava-se com a atitude de uma multidão de vândalos que não protestava contra nada. Apenas extravasava instinto e dava vazão à vontade de apropriar-se do alheio. Houve roubo, saque, pilhagem organizada. Isso nunca foi desagravo pelo custo de vida elevado (Jornal Correio N° 6789, ano XXI, 22/01/1959).

A imprensa é dura contra os movimentos sociais que reivindicam melhores condições de vida, mais cidadania, mais investimento público em obras e equipamentos sociais. Para isto, utiliza um discurso de proteção à família e agravo aos "desvalidos sociais", nos quais se incluem o sem escola, sem trabalho, sem comida, sem casa, sem remédio, sem hospital.

Estabelece-se um controle, em que a imagem do progresso predomina sobre os problemas sociais que crescem a cada dia (REIS E RIBEIRO, 1993, p. 7). Esta conduta demonstra que o maior trunfo é a divulgação exacerbada dos fatos interessantes aos governantes, sem preocupação efetiva com os problemas sociais que afetam a população, como saúde, educação, transporte e habitação, dentre outros.

O regime autoritário de 1964 encontrou em Uberlândia figuras que foram destaques e

principais auxiliares no nível nacional do regime, destacando-se o ex-deputado federal e ex-governador Rondon Pacheco, que foi Ministro da Casa Civil, no Governo Militar. Rondon Pacheco permaneceu fiel ao regime o tempo todo, não houve rompimento dele com o militarismo, conforme o senhor Osvaldo José da Silveira¹⁰. De acordo com este senhor, quando Rondon foi Ministro da Casa Civil do Governo Costa e Silva, este teve carta branca para nomear todos os governadores de estado; quando chegou a vez de nomear o governador de Minas Gerais ele se “nomeou”, pois argumentava que não havia pessoa de confiança à altura dele para comandar o Estado.

Reis e Ribeiro afirmam que:

Desde 1888, quando se tornou município autônomo, Uberlândia vive a intensificação do progresso. A cidade que seduz pelo seu gigantismo, pela sua população “ordeira” e “trabalhadora”, ganha fama e notoriedade. O ideário de sua projeção no cenário nacional é construído pelo discurso dos dirigentes locais e reforçado pela estrutura ideológica dos meios de comunicação de massa (REIS E RIBEIRO, 1993, p. 07).

Mais uma vez nota-se que Uberlândia faz um esforço tremendo, por meio de seus dirigentes e meios de comunicação de massa, que muitas vezes são “dirigidos” pelos mandatários do município em divulgar apenas o filé e aniquilar o osso da realidade sócio-econômica da cidade. Pinheiro diz, referindo-se a Uberlândia que: “Apesar das limitações da legislação, das medidas do governo revolucionário que recrudesceram por causa das guerrilhas e do clima envolvendo líderes terroristas, a cidade avançou” (PINHEIRO, 1994, p. 27).

Esta fala do memorialista reforça o que Reis e Ribeiro (1993) afirmaram a respeito da construção do imaginário da cidade de Uberlândia, pelos dirigentes e meios de comunicação.

No período de 1966 a 1971, passaram pela cidade três prefeitos. Considerando o final de 1966 e início de 1967, Uberlândia teve como Prefeito Raul Pereira de Rezende, que foi considerado “Prefeito da Instrução”. Em sua gestão criou-se, em outubro de 1966, o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, pela Lei Estadual 4270 (ver anexo 03). Conforme o Jornal o Correio de Uberlândia (dos dias 26 e 27 de agosto de 1966, p. 03), Raul Pereira de Rezende foi um prefeito não muito afinado com o governador Israel Pinheiro, que comandava o Estado nesse período. A população acreditava que muitos recursos governamentais não vieram para

¹⁰ Osvaldo José da Silveira: nasceu no dia 02/12/1926. Natural de Santa Juliana, veio para Uberlândia no ano de 1950. Foi Gerente Comercial do antigo grupo das Casas Alô Brasil. Atualmente aposentado. Amigo pessoal de Rondon Pacheco.

Uberlândia, em razão desses dois políticos não serem aliados entre si. Estas notícias eram veiculadas quase que diariamente no Jornal o “Correio de Uberlândia” no período, reclamando que Uberlândia estava esquecida pelo Governo do Estado.

Apesar da dificuldade de relacionamento político do Prefeito Raul Pereira de Rezende¹¹ com o Governador Israel Pinheiro, parece que Uberlândia não foi negativamente atingida.

A implantação da cidade industrial ocorreu na gestão desse prefeito, no ano de 1965. Carvalho e Filho dizem que:

O processo de industrialização brasileiro, desencadeado no final do século XIX, conjugou fatores internos e externos favoráveis, referentes à mão-de-obra, ao mercado e à acumulação de capital. Tal processo foi mais intenso em São Paulo e no Rio de Janeiro, porém na região central do país, particularmente na cidade de Uberlândia, a industrialização também se expandiu e apresentou indicadores de desenvolvimento expressivos, especialmente a partir de meados da primeira metade deste século (CARVALHO E FILHO, 2000, p. 117).

Uberlândia avançava rumo ao progresso econômico em todos os ramos. Primeiramente, foi o setor agrícola; em seguida, o comércio e “a partir de meados da primeira metade deste século”, que refere-se ao século XX, houve a implantação e a intensificação da industrialização do município. E o crescimento dos ramos econômicos demandam a implantação de escolas para o preparo de mão-de-obra para servir ao capital.

E Uberlândia assumiu, a partir da década de 1960, a liderança da região do Triângulo Mineiro (GATTI JR., INÁCIO FILHO, ARAÚJO E NETO, 1997, p. 22).

As cidades vizinhas sabiam desse crescimento econômico da cidade e seus moradores migravam para Uberlândia em busca de melhores condições de vida. Duas eram as razões pelas quais o município necessitava de mais escolas: 1ª – formação de pessoas para serviço nas empresas; 2ª – atendimento da demanda das pessoas que vinham para Uberlândia e necessitavam estudar, quer seja trabalhar ou não, elas tinham necessidade de escola.

Um fator que demonstra a ligação da escola com a questão produtiva, fica bem claro. Conforme Machado:

(...) já em 1964, a Associação Comercial de Uberlândia, uma das grandes idealizadoras desse projeto (cidade industrial), entrava em contato com a

¹¹ Raul Pereira de Rezende: nasceu no dia 17 de maio de 1915, em Uberlândia. Formou-se em Ciências e Letras. Na vida pública foi vereador, eleito em 03 de outubro de 1947 e posteriormente reeleito no ano de 1954. Em 1958 foi eleito vice-prefeito e em 03 de outubro de 1962, foi eleito Prefeito Municipal de Uberlândia, para um mandato que duraria até janeiro de 1967. Foi Presidente do “Conselho de Implantação, Administração e Planejamento da Cidade Industrial de Uberlândia (Teixeira, 1971, p. 430-435).

diretoria do Ginásio Industrial Américo Renée Gianetti, “sugerindo” àquela escola que voltasse a atenção de seus cursos para a preparação de mão-de-obra especializada que pudesse suprir os interesses das indústrias a serem implantadas neste distrito (MACHADO, 1991, p. 53).

Percebe-se aqui uma associação patronal “sugerindo” o que a escola devia fazer no sentido de atender ao capital, principalmente no processo de industrialização à que a cidade estava sendo submetida. Por esta razão, devia preparar mão-de-obra qualificada para atender às indústrias que começariam a se instalar a partir de 1965.

Inicialmente, contava com cerca de meia dúzia de empresas, mas com o passar dos tempos diversas empresas, em vários ramos, tanto primário, secundário e terciário, foram sendo implantadas. Coube a esse prefeito viabilizar a infra-estrutura para a cidade industrial, como abastecimento de água e energia, além de desviar a Estrada de Ferro Mogiana, para carga e descarga das suas utilidades e produção

Observando-se as realizações do prefeito Raul, nota-se seu destaque pela educação, vindo a participar da implantação de inúmeras escolas, tanto na área urbana, quanto rural, dentre elas: Felisberto Carrejo¹², Cristóvam Colombo, 06 de Junho, Alice Paes, Bom Jesus, 13 de Maio, Joaquim Saraiva, Miraporanga 3, Tapuirama 2, Letreiro 1, Tenda1, Cruzeiro dos Peixotos. As matrículas em sua administração foram elevadas de 11.000 para 30.000 (TEIXEIRA, 1971, p. 432). Deu especial atenção também à saúde.

As realizações de sua administração contam ainda com: início da construção do prédio da Delegacia de Polícia Civil em Uberlândia; adquiriu veículos, ambulâncias para utilização nos diversos segmentos do serviço público; instalou uma fábrica de manilhas e tubulações de concreto de 60 e 100 cm. de diâmetro e construiu mais de 5 km de redes pluviais; iniciou a captação de água, através do rio Uberabinha, providenciando os estudos adequados para a viabilização do que se tem hoje de abastecimento regular de água.

Na questão de esgotos, construiu mais de 30 km da rede geral urbana e cooperou para a já iniciada canalização final do córrego Cajubá e início da canalização do córrego das Tabocas; calçou mais de 300 mil metros quadrados de ruas, com paralelepípedos. Na questão de iluminação, fez gestão junto à CEMIG, para efetivá-la na cidade, com a conseqüente regularização do abastecimento. Estas são algumas de suas realizações. Embora este não fosse afinado com o Governador do Estado, conseguia superar as dificuldades e estabelecer, na cidade, os recursos necessários á população. “O Prefeito Raul Pereira de Rezende revelou-se

¹² Foi fechada no ano de 2006, em razão da violência, mas em 2007 foi considerada modelo de superação do problema (Jornal “O Correio de Uberlândia” 28/10/07, p. 01).

um dos mais dinâmicos administradores desta comuna mineira, por onde tem passado valores de alta compreensão e capacidade administrativa” (TEIXEIRA, 1970, p. 434).

No período de 1967 a 1970, assumiu a prefeitura o senhor Renato de Freitas¹³, que em seu discurso de posse, conforme o jornal o correio de Uberlândia, afirmou que suas prioridades na administração municipal seria o binômio “Educação e a Assistência Social”. Esta foi a prioridade anunciada por Renato de Freitas, logo após sua eleição à prefeitura de Uberlândia (Jornal Correio, 22/11/1966, p. 01). A julgar pela promessa de campanha, a instalação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi concretizada imediatamente, no início de seu governo.

O jornal o “*Estado de Minas Gerais*” diz que:

O progresso material de Uberlândia, na espantosa rapidez de seu desenvolvimento, principalmente no setor comercial e industrial, foi nos últimos 10 anos alcançado por um vibrante surto de crescimento em sua vida escolar (Jornal o Estado de Minas Gerais, 20/09/1967, p. 03).

A cidade de Uberlândia acompanhou todo o desenrolar da história brasileira, com uma vantagem preponderante em relação a milhares de municípios brasileiros, pois se localiza onde é passagem para grandes centros da economia brasileira e este fator contribuiu significativamente para um rápido crescimento, tanto da população, quanto de sua atividade comercial e industrial.

Conseqüentemente, esta situação exigiu que se construísse mais escolas e principalmente que oferecesse um ensino comercial, para atendimento das exigências de mão-de-obra qualificada para o mercado local, bem como às necessidades das famílias que aqui se alocavam.

O êxodo de pessoas para Uberlândia era tão grande que, dos sete alunos que concluíram o curso técnico em Contabilidade nesta instituição e que foram entrevistados, apenas uma aluna era natural de Uberlândia. Seguindo este exemplo, verifica-se que a necessidade de criação do Colégio Comercial decorreu do aumento populacional originário da rápida migração de pessoas para o município de Uberlândia e também da necessidade de formar mão-de-obra qualificada para atender às demandas do comércio local em expansão. Rodrigues mostra que Uberlândia nasceu no bojo das expansões econômicas do país através de um

¹³ Renato de Freitas: uberlandense, nascido aos 21 de maio de 1927, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em dezembro de 1949 e Direito pela Faculdade de Direito de Uberlândia em dezembro de 1965. (Teixeira, 1971, p. 438).

sistema de relações sociais estabelecidas, quer seja através da utilização do trabalho compulsório ou assalariado. Inegavelmente esta cidade incorporou os elementos básicos deste sistema: o lucro, a exploração da força de trabalho, a dominação extra-econômica e a disciplina.

De acordo ainda com Rodrigues:

As elites econômica e dirigente, do município uberlandense, absorveram e difundiram com toda intensidade o mundo do trabalho. A ideologia da ordem e do progresso nos foi repassada pela historiografia local, como também pelos jornais e alguns segmentos da sociedade, através de frases como estas: gente laboriosa, povo pacato, gente ordeira, cidade que marcha com o progresso da nação, trabalhou sem descanso para construir seu patrimônio familiar, dentre outras. A cidade progrediu rapidamente através de sua produção agrícola, de seu vultoso comércio, do estabelecimento de inúmeras pequenas indústrias, mas o trabalhador não apareceu, nas fontes de pesquisa, como um dado real, concreto e sim o trabalho. Este, empreendido pela sociedade como um todo (RODRIGUES, 1996, p. 115).

Uberlândia sempre aparece nos noticiários como cidade modelo, lugar de excelente padrão de vida e dada ao trabalho. Depois da agricultura, Uberlândia se desenvolveu no aspecto comercial e só a partir de 1965 é que iniciou-se o processo de industrialização do município, com a implantação da cidade industrial.

Mas o que possibilitou o progresso do município na questão industrial, foi a sua base “mercantil” e comercial, requisito de industrialização de “qualquer região”¹⁴ do país. Embora tenha sido a segunda atividade econômica do município, o comércio não contava com uma escola pública que pudesse preparar mão-de-obra para o mercado. Deu-se início à tramitação do projeto de criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, tendo movimentação tanto na Câmara Municipal de Uberlândia, Prefeitura, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Governo do Estado.

Com relação a Uberlândia, conforme a senhora Marilene Alves de Souza Sposto¹⁵ esclarece a reação contra o regime foi mais lenta que a dos grandes centros, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Mas houve reações e manifestações e resistências da sociedade uberlandense contra as imposições do regime. Um exemplo levantado por Marilene Alves de Souza Sposto, foi a

¹⁴ Cardoso, Fernando Henrique. Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difel, 1969, p. 188.

¹⁵ Marilene Alves de Souza Sposto: nascida em 11/09/1954, natural de Ituiutaba – formada em Química pela Universidade Federal de Uberlândia. Coursou o ensino primário ainda no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia no ano de 1968. É professora de Química na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza e Delegada do Conselho Regional de Química

Escola particular Tiradentes, fechada pelo regime militar, pois seus diretores foram considerados subversivos.

No entanto, eles apenas eram participativos e ativos na cobrança por melhoria para a cidade, como, como a sua presença em manifestação pela instalação da escola de medicina na cidade. Na foto 03, observam-se faixas, usadas pelos alunos em defesa da Escola de Medicina em Uberlândia.

Este comportamento incomodava o regime, que tinha aqui em Uberlândia olheiros que “dedavam” os suspeitos aos cabeças do movimento militar, sendo que a resposta era imediata, expulsando-se da sociedade aqueles que não aceitassem totalmente as regras do regime.



FIGURA 1 – Foto: A Escola Tiradentes defende a criação da Escola de Medicina, em desfile de 1968.

Fonte: Arquivo Particular. Marilene Alves de Souza Sposto. 1968

Os ex-diretores do Colégio Tiradentes tiveram que se refugiar em outro local, pois aqui em Uberlândia foram perseguidos por serem formadores de opinião e reivindicadores de melhorias para a população, representando uma ameaça ao regime. Conforme Marilene, O Colégio Tiradentes localizava-se na Rua Prata, 649, sendo que, assim que fora fechado, o local foi utilizado para abrigar o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, que então funcionava na Rua Duque de Caxias, 50.

Em Uberlândia, como no país, pairava o clima de terror, todos deviam calar-se e ouvir o que o regime tinha a oferecer. Uberlândia, através de Rondon Pacheco e Homero Santos, fez-

se representar no cenário nacional, durante o regime militar, encontrando aliados firmes em sua defesa. A este respeito o Policial Civil uberlandense José Marcos Pacheco¹⁶ diz que a ordem que tinha durante o regime militar era reprimir toda e qualquer manifestação considerada subversiva pelo regime. Entretanto, de acordo com Pacheco, embora não concordasse com o método utilizado pela polícia, recebia ordens superiores e, como era seu serviço, devia agir. Mas procurava ser o mais isento possível, antes procurando orientar as pessoas em relação a qualquer movimentação que pudesse causar suspeita.

Uberlândia foi palco de muitas perseguições desencadeadas pelo regime e muitas pessoas que tinham espírito de liderança não escapavam das amarguras, vindo a sofrer prisões, desaparecimentos, traições e uma série de situações desumanas por pessoas que, infelizmente, ficaram registradas na história como heróicas em relação à formação da sociedade de Uberlândia. Algumas dessas pessoas, ainda vivas, são condecoradas por câmaras municipais, assembleias legislativas e até mesmo o congresso nacional, como sendo de suma importância.

Toda onda que dominava a sociedade nacional, se fazia presente também aqui durante o período militar, como o aparato repressivo do governo, representado principalmente pelo SNI (Serviço Nacional de informações), o terrorismo de direita se fazia presente no município, através dos leais ao regime, a discussão a respeito da realização de greves e sua efetivação e as reivindicações da sociedade não paravam de crescer e a cada vez mais o povo ia aumentando suas forças, conforme Adolfo Alves Pereira, no sentido de enfrentar um embate mais firme contra o regime militar e seus seguidores.

Dreifuss diz em relação ao SNI, que este órgão funcionava como o centro do poder político, militar e organizacional do regime militar, “funcionando como um foco de apoio e de informações do regime, e como um agente de manipulação da organização política da sociedade” (DREIFUSS, 1981, p. 423).

O governo tinha ouvido e olho espalhados por todos os cantos do Brasil e esse órgão reunia todas as informações necessárias a manutenção da “regularidade e normalidade” do regime, utilizando-se da violência física, psicológica, moral e todas as formas brutais de tratar o ser humano, tudo objetivando a perpetuação no poder.

Quanto ao aspecto econômico, no período de 1966-1969, Uberlândia viveu o segundo

¹⁶ José Marcos Pacheco: Policial Civil uberlandense, há quase quarenta anos na profissão de detetive. Natural de Moema, no Estado de São Paulo. Nascido em 25/04/1949. Formado em Direito. Atuou no regime militar como policial e presenciou algumas cenas anti-humanas desenvolvidas pelo regime.

impulso desenvolvimentista¹⁷ do município. Este iniciou-se em 1959 e continua até os dias atuais, pois a cidade não pára de crescer. Ainda em 1966, conforme o Jornal Correio Rondon Pacheco anunciou que estava se empenhando no sentido de trazer mais benefícios para o comércio e a indústria da cidade (Jornal Correio, 09 e 10/04/1966, p. 03).

Certamente, já previa que viria a ser o Ministro Extraordinário da Casa Civil da Presidência da República do Governo Militar Costa e Silva.

A economia de Uberlândia divide-se em vários segmentos. O primário, onde se encontra nele a agropecuária e o extrativismo, que predominou até início de 1965. A partir de 1965, com a implantação da cidade industrial, muitas empresas foram ali instaladas e o setor primário foi cedendo lugar a outro, com potencial de crescimento econômico bem mais arrojado, como os setores secundários e terciários da economia. Mas a atividade primária não desapareceu, o que ocorreu foi uma evolução nesta atividade. A agricultura só era utilizada para abastecimento interno, mas com o desenvolvimento das relações e das necessidades de comercialização, Uberlândia passou a produzir para o consumo interno e externo, gerando robustez na economia agrícola. “Isto só foi possível, com a integração do município ao Estado de São Paulo, primeiramente pela ferrovia, conhecida como a MOGIANA e posteriormente pela ampliação da malha rodoviária”¹⁸.

A agricultura ganhou importância comercial, principalmente a partir de 1970, e o movimento da pecuária ocorreu em bases intensivas, sobrando mais espaço para o plantio.

A cultura agrária sofreu uma transformação, passando a culturas modernas, com valor comercial mais acentuado, associada à agroindústria. São exemplos disto as culturas de soja, café, cana-de-açúcar e cítricos. As mudanças que se instalaram na agricultura, no Brasil e em Uberlândia, relacionaram-se à necessidade de divisas, que foram exaustivamente defendidas pela política agrícola do período pós 1967.

O que se deve destacar é que a 1ª FENIUB realizada em Uberlândia, ocorreu em 27 de setembro de 1968, ao passo que nesse período já estava sendo realizada a XIII Exposição Agropecuária (ACIUB)¹⁹ em revista – 50 anos trabalhando com amor, p. 80). Percebe-se que o setor primário da economia estava bem à frente em questões de organizações corporativas. Mas logo veio o incremento da FENIUB que tem sido um sucesso não apenas local, mas até nacional. Na primeira FENIUB, que teve muita dificuldade para se efetivar, dada a

¹⁷ Conforme texto digitado, elaborado em 2007, sem paginação, pela Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia.

¹⁸ Dados obtidos do texto digitado, elaborado pela Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia - 2007

¹⁹ Associação Comercial e Industrial de Uberlândia.

dificuldade de patrocínio, mas teve grande repercussão nacional. “FENIUB: Destaque de Uberlândia Industrial em todo o Brasil” (Jornal Correio, 27/09/1968, p. 03).

Nessa primeira FENIUB, compareceram autoridades, como Rondon Pacheco, Homero Santos, Renato de Freitas, sendo o patrono o então ministro do governo militar Rondon.

Portanto, a partir de 1968 houve uma manifestação de cunho industrial, que colocou Uberlândia na mira dos investidores industriais, através da realização da 1ª FENIUB. O objetivo dos industriais que existiam era demonstrar a capacidade de investimento que Uberlândia possuía.

Na questão comercial, Uberlândia também já acumulava sucesso e o jornal Correio afirmava que: “o comércio de Uberlândia se encontrava na senda do progresso” (Jornal Correio, 11/08/1966, p. 01). E Almeida diz que “um dos primeiros fatores do crescimento de Uberlândia é o comércio” (ALMEIDA, 1993, p. 77). e Cardoso afirma que um dos pré requisitos da industrialização é a capacidade “mercantil” da região e esta ocorrência é provocada pela estabilidade comercial (CARDOSO, 1969, p. 188). Uberlândia ganhava corpo não só no ramo secundário da economia, mas também no terciário. Na passagem por Uberlândia, o governo militar de Costa e Silva anunciou para o jornal Correio: “Uberlândia tem capacidade construtiva” (Jornal Correio, 02/10/1966, p. 03).

No setor secundário, a economia de Uberlândia, de 1967 em diante, percebeu um grande avanço, com a intensa²⁰ instalação de indústrias no município. E Uberlândia propicia boas condições de investimentos, na medida em que é bem posicionada geograficamente, ficando num raio de 600 km de uma população de cerca de 50.000.000 de habitantes, além de ser entrada e saída para grandes centros comerciais do país, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. Almeida diz que:

A instalação da capital no interior do país a partir de 1960 também beneficiou o dinamismo econômico de Uberlândia. Situada a meio caminho entre São Paulo e Brasília e entre São Paulo e Goiânia – portanto, porta de entrada para a região Centro Oeste – a cidade teve sua vida econômica dinamizada. Naquele contexto ampliou sua capacidade de armazenagem e distribuição dos gêneros alimentícios produzidos no Centro Oeste e no Triângulo Mineiro, expandiu a indústria da construção civil, ampliando a área urbana e construindo grandes edifícios no centro da cidade; promoveu o crescimento da indústria alimentícia, articulada à produção agropecuária, construiu vias de comunicação, ligando a cidade a todas as regiões do país (ALMEIDA, 1993, p. 17).

²⁰ De acordo com dados da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Uberlândia – 2007.

O progresso de Uberlândia sofreu a influência de fatores externos, dentre eles cita-se a questão apontada por Almeida, que indica a cidade como ponto estratégico aos pólos mais desenvolvidos do país, como São Paulo e Brasília. Na primeira encontra-se a elite empresarial e a segunda a elite política.

Só para citar algumas indústrias de renome instaladas no município, destacam-se: ABC INCO S/A – Processamento de Grãos; ADM Exportação e Importação S/A – Processamento de Grãos – Estados Unidos; Alunobre Indústria e Comércio; Daiwa do Brasil Têxtil Ltda – Fios de Algodão – Japão, dentre outras que atualmente imprimem importância ao município, inclusive na contribuição no PIB (Produto Interno Bruto) (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 2007).

No setor terciário, em que se englobam comércio e serviços, a lista de empresas que atuam neste ramo é enorme. Não era assim em 1967-1971, mas já no período, conforme a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, já dava mostra do que viria a ser nos dias de hoje: pujança econômica em todos os ramos da economia, quer sejam primário, secundário e terciário.

O que importa ressaltar é que Uberlândia tem crescido muito no decorrer dos anos no aspecto econômico e no período de 1967-1969 já se percebia esse crescimento. Segundo um dos ex-alunos entrevistados, Evanir Gonçalves Alves²¹ a implantação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, em 1967, foi justamente para preparar mão-de-obra qualificada para servir ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, à economia que estava em franco desenvolvimento.

²¹ Evanir Gonçalves Alves: nascido em 07/04/1951, natural de Araguari – Administrador de Empresas e Economista pela Universidade Federal de Uberlândia. Concluinte do Curso Técnico em Contabilidade no ano de 1969. Começou a estudar na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, quando esta era ainda Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. É Administrador da Empresa: Madeireira Margareth Pagotto Alves – MPA em Uberlândia.

CAPÍTULO 3

A INSTALAÇÃO DO COLÉGIO COMERCIAL OFICIAL DE UBERLÂNDIA

A implantação de uma escola oficial que pudesse preparar a força de trabalho para o comércio era o sonho de muitas famílias que se fixaram aqui em Uberlândia, visando inclusive arrumar emprego.

A justificativa ao Projeto (ver anexo 01) da Câmara Municipal de Uberlândia em relação ao estabelecimento de convênio da Prefeitura com o Estado de Minas Gerais, para manutenção das despesas desta escola, demonstra, por outro lado, uma grande preocupação das autoridades locais quanto ao aspecto educacional. Neste documento consta que a educação escolar no município era lastimável e que se fazia necessária a implantação urgente deste estabelecimento de ensino, especialmente por se tratar do primeiro colégio a oferecer o ensino profissional na modalidade comercial.

Quanto aos políticos uberlandenses referenciados no período de 1966-1971, os jornais ressaltam que eles tinham a mesma preocupação com educação. “Raul Pereira de Rezende é o Prefeito da Instrução” (Jornal Correio, 25/08/1966, p. 03). “Homero envia radiograma à redação comunicando que será criado nesta cidade o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia pelo governador Israel Pinheiro (Jornal Correio, 26 e 27/08/1966, p. 01). “Rondon é o homem que dá escola, precisa continuar na política” (Jornal Correio, 14/10/1966, p. 03). Fundou a Escola Estadual “Américo Renée Gianetti” e a “Escola Agro-técnica de Uberlândia” (TEIXEIRA, 1971, p. 444). “A prioridade de Renato de Freitas é com a Educação e Assistência Social, conforme entrevista concedida após sua eleição para prefeito” (Jornal Correio, 22 e 23/11/1966, p. 01). Havia uma ênfase comum desses quatro políticos uberlandenses na questão educacional, embora a atuação deles não seja apenas neste campo. Por exemplo, foi Renato de Freitas quem completou o asfaltamento da Avenida Floriano Peixoto, iniciado ainda na gestão de Raul Pereira de Rezende. Com a eleição de Renato de Freitas para prefeito, o qual era aliado do governador de Minas Israel Pinheiro, a esperança do povo reacendia no que diz respeito à aceleração das obras de infra estrutura, como asfaltamento, organização da água, luz e outros (Jornal Correio, 20/11/1966, p. 03).

Assim, a aliança política com o governo do estado era vista como sinônimo de rápido investimento na cidade. Renato de Freitas deu prosseguimento às atividades iniciadas por

Raul Pereira de Rezende no campo da infra-estrutura e também viabilizou a inauguração do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, em 1966.

Além dos prefeitos citados, outra influência marcante em Uberlândia foi o senhor Rondon Pacheco²², figura de destaque na política local, regional e nacional. É também uberlandense. Atuou ativamente em diversos setores para garantir o progresso do Município de Uberlândia, como Rodoviário, Aeronáutico, Energia Elétrica, Educação, Assistência Social, Justiça do Trabalho e Agropecuária. Foi Secretário Geral da “ARENA”. No governo do Marechal Arthur Costa e Silva, Rondon Pacheco foi nomeado “Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil” (TEIXEIRA, 1971, p. 446). Daí verifica-se a intimidade que um cidadão uberlandense adquiriu no período militar, especialmente 1967-1969. Percebe-se que o tema educação era o carro-chefe do discurso dos políticos que atuaram nesse período, conseqüentemente, o período militar.

Outro que exerceu papel importantíssimo na política Uberlandense foi Homero Santos²³, que foi Deputado Estadual e Federal. Este político, assim como outros uberlandenses que atuaram na política estadual e federal, marcaram presença nos eventos escolares, especialmente no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, como se pode ver em fotos. As fotos 01 e 02 apresentam os senhores Homero Santos e Renato de Freitas em evento de formatura escolar, respectivamente das alunas: Lúcia Peixoto, que se formava em técnico em contabilidade no ano de 1969 e Marilene Alves de Souza Sposto, concluindo a 8ª série em 1968 no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

²² Rondon Pacheco: uberlandense, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi o primeiro uberlandense a ser convidado e a ocupar um cargo de importância no Estado de Minas Gerais, como Secretário do Interior de Minas Gerais, vindo a licenciar-se da Câmara dos Deputados, em 1961. Exerceu papel importante na ideologia nacional, foi autor da Lei que autorizava a “Nota de Crédito Rural” - Cédula de crédito rural -, que constitui instrumento poderoso no amparo á economia agrária do país. Nasceu em 31 de julho de 1919 (Teixeira, 1971, p. 443).

²³ Homero Santos: nascido em 29 de janeiro de 1930, na cidade de Uberlândia. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Homem influente junto ao Governador Israel Pinheiro e com isto viabilizou inúmeros recursos governamentais para investimentos em Uberlândia (Teixeira, 1971, p. 217-218).



FIGURA 2 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 1969 – Formatura do Curso Técnico em Contabilidade
Fonte: Arquivo Particular. Lúcia Peixoto. Data: 1969



FIGURA 3 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 1969 – Solenidade de conclusão – 8ª série do 1º grau
Fonte: Arquivo Particular. Marilene Alves de Souza Sposto. 1969

Homero foi um dos idealizadores da Cidade Industrial. Um destaque para Homero Santos foi o trabalho que ele exerceu no sentido de ver realizada a obra que proporciona o desvio da linha tronco da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana, por onde deverá transitar o material de importação e exportação do núcleo industrial (Teixeira, 1971, p. 218).

Esses políticos foram de imprescindível importância para o estabelecimento do Colégio

Comercial Oficial de Uberlândia, dado o grande trânsito legislativo, bem como a infiltração nas decisões do Executivo Municipal e Estadual, circunstâncias que são fundamentais para a criação de instituições públicas, especialmente escolas que dependem da ação de políticos e comunidade para a sua implantação.

O governador Israel Pinheiro foi quem autorizou a criação e a implantação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, tendo em vista formar pessoal qualificado para o mercado de trabalho uberlandense, que estava em expansão e em fase de transição de um modelo econômico primário para o secundário e o terciário. As políticas públicas voltadas à educação profissional foram, pois, implementadas para servir a essa demanda por uma qualificação profissional para o serviço no mercado de trabalho uberlandense, que dava mostras de desenvolvimento econômico.

Para Teixeira (s/d, p. 49), a continuidade dos estudos de cada indivíduo se dá “de acordo com as suas potencialidades, sem nenhuma restrição social”, desconsiderando as condições reais e objetivas que interferem nesse processo. Nesse sentido apresentado por Teixeira, a pessoa não é guiada a se preparar na escola para a profissão, mas tem a liberdade para esta iniciativa. É de se acreditar que nem mesmo o estado militar foi capaz de integralmente impor esta relação escola-trabalho.

Decorre que a escola pode servir de preparo para a profissionalização de seus estudantes, visando servir à sociedade na qual vivem, mas esta ocorrência pode se dar de modo espontâneo e prazeroso, não necessitando de fatores impositivos para a relação escola-trabalho e, conseqüentemente, a teoria do capital humano.

Uberlândia, em 1967, era governada pelo Prefeito Renato de Freitas, que mantinha relacionamentos políticos muito estreitos com o Governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro e conforme depoimento do político Homero Santos, ambos faziam parte da mesma linhagem ideológico-partidária, quanto à condução política do estado: pela via democrática.

Foi na gestão de Renato de Freitas que se implantou o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. O Prefeito compartilhava do pensamento de que a escola era o “lócus” privilegiado para a formação do ser humano em vários aspectos, incluindo a preparação para o trabalho.

O Prefeito Renato de Freitas foi outro Líder Político que, como Israel Pinheiro, via na força da escola um espaço ideal para qualificar o ser humano para o trabalho.

Daí pode-se dizer que a teoria do capital humano, consciente ou inconscientemente, se fez presente no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Muitos ex-alunos, em depoimento,

disseram, como afirmou Homero Santos, que o Colégio foi um centro de excelência no preparo de mão-de-obra, na época, para servir ao mercado uberlandense, que se encontrava em expansão.

O pedido da população era no sentido de que a escola oferecesse educação profissional e ela foi atendida em seu pleito, recebendo um colégio que oferecia 1º e 2º ciclos do ensino comercial. Sendo que o 1º ciclo era relativo ao primário, constituído de 04 anos, e o 2º ciclo, colegial de 03 anos, de acordo com a Lei 4024/61.

Entretanto, o que se percebe é que esta instituição foi pensada, tanto pela população que ansiava o preparo ao mercado de trabalho local, quanto pelos governantes que queriam ver também o mercado sendo abastecido por mão de obra qualificada. Houve aqui uma junção de objetivos no que diz respeito á fundação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: o querer da população e o fazer dos governantes, ambos voltados ao serviço no mercado de trabalho, que estava em fase de crescimento econômico.

O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi uma instituição educacional que, ao oferecer o ensino profissional, especialmente o comercial, atendeu aos interesses de governados e governantes. Percebe-se, aqui, reflexos da Teoria do Capital Humano.

Ora, Uberlândia nesse vapor desenvolvimentista necessitava de uma instituição escolar específica, que pudesse preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Daí o esforço para se implantar o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia e, nas palavras de Homero Santos, esse estabelecimento veio de encontro com as necessidades econômicas uberlandense que crescia e precisava de pessoas para o serviço especializado.



FIGURA 4 - Foto: E. E. Profº José Ignácio De Souza – Fachada Atual
Fonte: Foto feita em 2005, Arquivada na secretaria da escola. Data: 2005.

A foto 04 representa a fachada exterior, nos dias de hoje, da instituição estudada. Com

seu prédio imponente, uma estrutura bem desenhada e capacidade para cerca de 2000 alunos, tem 27 salas, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. O ano em que foi inaugurada – 1966 foi de grande ebulição política, econômica e social. E na história geral da educação, as obras “A Psicologia da Criança”, “Lógica e Conhecimento Científico” e “Biologia e Conhecimento”, de Piaget tinham sido recentemente editadas. Na História Geral do Mundo, tem-se na China o início da “Revolução Cultural”. Sem contar o número excessivo de acordos MEC/USAID, MEC/CONTAP/USAID, MEC/USAID/MEC/INEP e MEC/SUDENE/CONTAP/USAID²⁴.

Em relação aos acordos MEC/USAID no momento da ditadura militar a raiz ideológica das medidas e seus objetivos estratégicos fundaram-se na compreensão de que era necessário, naquela conjuntura política e econômica, passar a encarar a educação como área prioritária de investimento, já que, por meio dela, se daria a produção dos recursos humanos necessários para se conduzir o país ao nível de desenvolvimento pretendido (FREITAS, 1996, p. 96)

O Brasil, ao estabelecer esses acordos, visava garantir o desenvolvimento do país por meio da educação. Esta ideologia era vendida pelos organismos internacionais aos dirigentes da nação, que adotavam e indiscriminadamente jogava para o setor educacional. Uberlândia não ficou de fora desse contexto, em que era moda os acordos internacionais para a educação.

Especialmente a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, que manteve convênio com a UNESCO, vindo a ser a única escola de Uberlândia a ser representante do organismo internacional, na gestão de Normy Barbosa Firmino (1971-1986).

Uberlândia estava atenta a todos esses acontecimentos. João Pedro Gustin, então vereador da cidade, defendeu na tribuna da Câmara Municipal a necessidade de se instalar na cidade de Uberlândia um Colégio Comercial, de modo que pudesse servir à sociedade uberlandense. Da Tribuna da Câmara, a discussão foi levada ao Governador Israel Pinheiro, por intermédio do então Deputado Estadual Homero Santos, o qual era aliado do governador. O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi o primeiro estabelecimento público de ensino na modalidade profissional, fundado no município de Uberlândia, sendo criado no final do ano de 1966, embora as aulas tenham sido inauguradas em 1967, quando se firmou um convênio entre o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Uberlândia.

Na foto 05 tem-se uma visão do interior da escola pesquisada, sendo possível verificar a

²⁴ MEC – Ministério da Educação e Cultura; USAID – Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional; CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso; INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa; SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

magnitude de seu prédio.



FIGURA 5 - Foto: E. E. Prof^o José Ignácio de Souza – Vista interna de seu prédio atual
Foto. Fonte: Secretaria da Escola. Data: 2005.

A Constituição de 1967, conforme Germano, suprimiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em educação por parte da União, do Distrito Federal e do Estado. Exclusivamente quanto aos municípios foi que a mencionada constituição manteve a obrigatoriedade. Desse modo, ela incluiu as causas de intervenção nas prefeituras: quando “não tiver havido aplicação no ensino primário, em cada ano, de 20 por cento, pelo menos, da receita tributária municipal” (GERMANO, 2000, p. 196). Os efeitos desta medida só se tornariam visíveis a partir do ano de 1968. Germano relata que houve um decréscimo no investimento educacional por parte da União.

O interessante é que foi no ano de 1966 que se deu a fundação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, em que o estado, em convênio (ver anexo 02) com a prefeitura de Uberlândia, estabeleceu que o Município devia arcar com as despesas de pessoal e a manutenção do prédio escolar pelo período de dois anos, a partir da assinatura do convênio, que foi assinado em março do ano de 1967, logo vindo a se findar em março do ano de 1969.

A instalação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, depois denominada Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, deu-se pela Lei 4270(ver anexo 03) de 21 de outubro de 1966. Esse ano foi muito significativo para a história local, pela aquisição de uma instituição educacional que oferecia cursos de preparo profissional para o exercício de atividades nas empresas que, dia-a-dia, se instalavam em Uberlândia. É importante lembrar que a cidade industrial ou o distrito industrial havia sido inaugurado, em Uberlândia, no ano de 1965 e com a presença de poucas empresas. Uberlândia ganhava a todo instante importância no Cenário Político, econômico e social, não apenas da região do Triângulo

Mineiro, mas de Minas Gerais e do Brasil e, com isto, novos investidores faziam presença na cidade para novos empreendimentos.

O Prefeito de Uberlândia era Raul Pereira de Rezende. Conforme palavras do professor de História da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, Raul Marcos Pereira de Oliveira²⁵, este político constantemente estava buscando melhorias para Uberlândia, junto aos órgãos estaduais e federais, visando oferecer à população de Uberlândia benefícios sociais.

No aspecto educacional, criou-se legalmente esse Colégio em 21/10/1966, mas seu funcionamento iniciou-se a partir de 01/03/1967, conforme termo de Convênio(anexo) firmado entre o Governador do Estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, na pessoa de Gerson de Britto Melo Boson, seu Secretário de Estado da Educação e o Prefeito de Uberlândia, que no ano de 1967 era Renato de Freitas.



FIGURA 6 - Foto: Inauguração, em 1974, do novo prédio da E. E. Prof^o José Ignácio de Souza

Fonte: Arquivo Particular da ex-aluna Marilene Alves de Souza Sposto. 1974.

Na foto 06 vê-se a inauguração do novo prédio da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, em 1974, localizado à Rua Osório José da Cunha, 631, no Bairro Brasil.

Os alunos, dispostos em fila para recepcionar o Governador Rondon Pacheco e o Prefeito Renato de Freitas, fazem lembrar a ordem milimétrica que os alunos deviam ter para a passagem do representante ilustre do militarismo ao Estabelecimento de Ensino.

Percebe-se a importância que a ideologia militar teve nas instituições escolares, especialmente no município de Uberlândia. O que se comentava no interior e exterior das

²⁵ Raul Marcos Pereira de Oliveira: nascido em 02/11/1956, Professor de História da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Atua na escola desde 1989 na função de professor de História.

escolas era a respeito do regime militar. Conforme Marilene Alves de Souza Sposto, o que predominava no interior das escolas era o medo. Os alunos se sentiam reprimidos, pois acreditavam que o regime militar era o verdadeiro terror e por isto deviam ficar calados até mesmo em conversas de brincadeiras.



FIGURA 7 - Foto: Entrada do Governador Rondon Pacheco e Renato de Freitas para a cerimônia de inauguração da escola
Fonte: Arquivo Particular de ex-aluna da EEPJIS, Marilene Alves Sposto. Data: 1974.

Na foto 07 vê-se a mesma cerimônia de inauguração da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, em 1974, em que o Governador Rondon Pacheco, o Prefeito Renato de Freitas, fotógrafos, professores, alunos, direção e comunidade se faziam presentes ao evento.

O Governador Rondon Pacheco, acompanhado do Prefeito de Uberlândia Renato de Freitas, se adentra ao Estabelecimento Escolar, sob o olhar de alunos, pais, jornalistas e pessoas da comunidade.



FIGURA 8 - Foto: Inauguração do novo prédio da EEPJIS – vista interna
Fonte: Arquivo Particular. Marilene da Silva Sposto. 1974.

Esta foto 08 mostra as autoridades adentrando no estabelecimento escolar, rumo ao local da solenidade, onde houve uma breve apresentação do percurso que a escola teve até chegar àquele momento, de acordo com depoimento da Professora Normy Barbosa Firmino. O senhor vestido de branco é o então delegado de ensino de Uberlândia, o senhor José Maria Fenelon.

Conforme depoimento da senhora Normy Firmino Barbosa²⁶ a qual foi professora no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia e, posteriormente, diretora na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, a partir do ano de 1971, a imprensa não era marcante como nos dias de hoje, apenas uma meia dúzia sabia da criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

O professor de História da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, Raul Marcos Pereira de Oliveira afirma que o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi criado para servir funcionalmente à família Barbosa, a qual esteve presente à frente da instituição, desde sua gênese, até grande parte de seu desenvolvimento, por quase duas décadas.

O vereador João Pedro Gustin, que foi Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia no ano em 1966 foi quem mais defendeu a criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. A Lei de criação do referido Colégio foi aprovada unanimemente na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e já no ano de 1967, instalou na Rua Duque de Caxias,

²⁶ Normy Firmino Barbosa: nascida em 28/09/193, natural de Tupaciguara, formada em Pedagogia. Foi professora de Educação Física de 1967-1971, quando a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza era ainda o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Foi Diretora da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza de 1971-1986. Atualmente é Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA). Irmã da primeira Diretora da referida instituição a senhora Maria Conceição Barbosa.

50, Centro o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Sua primeira diretora foi a senhora Maria Conceição Barbosa, que era sogra do senhor João Pedro Gustin. Talvez esteja explicado o exímio empenho do Vereador em fixar este Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, que acabou também favorecendo a sociedade como um todo.

O detalhe é que de um projeto público, com característica nitidamente familiar, conforme apontado acima, hoje essa instituição de ensino tem grande alcance e favorecimento social.

O professor Raul Marcos Pereira de Oliveira ainda diz que Renato de Freitas foi candidato a prefeito de Uberlândia ainda no ano de 1966 e era conhecido nos meios jornalísticos, como o prefeito da educação – o fato de o Colégio haver sido criado ainda no ano de 1966, o ajudou, uma vez que seu discurso guiava-se no sentido de que implantaria o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia em 1967. (Oliveira, 20/03/07 – entrevista concedida)

Segundo Raul, essa foi uma bandeira defendida por Renato de Freitas, que lhe rendeu um bom número de votos, uma vez que se referia à primeira instituição pública de ensino no município a oferecer curso profissionalizante, especialmente na área comercial. Entretanto, grande parte da população, não tinha ciência dessa criação, e apesar de ter sido criada na gestão de Raul Pereira de Rezende, (1963-1967), quem levou o bônus em termos políticos foi Renato de Freitas, o qual não teve participação direta no ato de criação legal da escola.

Conforme Raul Marcos Pereira de Oliveira, Renato de Freitas era aliado político de Israel Pinheiro, então Governador de Minas, sendo-lhe fácil afirmar que o Colégio Comercial seria logo fundado, caso fosse eleito. O fato é que os mandatários possuem um poder muito grande para comprar a consciência e a necessidade das pessoas.

O que é para ser uma naturalidade, ou seja, obrigação dos que governam, passa a ser um instrumento de convencimento dos eleitores.



FIGURA 9 - Foto: Inauguração do novo prédio da EEPJIS, em 1974
Fonte: Arquivo Particular da ex-aluna Marilene Alves de Souza Sposto. Data: 1974.

A foto 09 registrou a presença de autoridades, por ocasião da inauguração do novo prédio escolar, já em sua sede. Estavam presentes: Da esquerda para a direita: Governador do Estado de Minas Gerais Rondon Pacheco, Renato de Freitas em seu segundo mandato de Prefeito (1972-1975) o Professor de Contabilidade da escola e irmão de Rondon, Mário Pacheco e a diretora da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, professora Normy Firmino Barbosa. Este foi o momento da solenidade que precedeu oficialmente à inauguração do prédio.



FIGURA 10 - Foto: Inauguração do prédio novo da EEPJIS, em 1974
Fonte: Arquivo Particular da ex-aluna Marilene Alves de Souza Sposto. 1974.

A foto 10 apresenta o Governador Rondon Pacheco e o Prefeito Renato de Freitas,

oficialmente inaugurando a Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza no ano de 1974.

O convênio assinado pelo senhor Renato de Freitas para instalação, em 1967, do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia previa que o Município de Uberlândia arcaria com as despesas de aluguel do prédio, o pagamento de professores e pessoal administrativo, pelo prazo de dois anos, a contar de 1º de março de 1967, ou seja, até 1º de março de 1969.

O convênio fazia outras previsões, como: funcionamento das duas primeiras séries do 1º e 2º ciclo no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia; nomeação do diretor e secretário, a critério do governo, as quais deveriam ser devidamente registradas ou autorizadas pelo órgão competente.

A remuneração dos professores, de acordo com as aulas extranumerárias dos colégios oficiais mantidos pelo estado, gratuidade integral de anuidades para todos os alunos e as contribuições de taxas de matrículas só seriam cobradas dos alunos que tivessem recursos. Os recursos obtidos por este meio eram para aplicação na manutenção e na recuperação e conservação do prédio e na aquisição de material escolar. E como não podia deixar de mencionar, o convênio fez referência a que se aplicam a ele os dispositivos da legislação federal, estadual e das resoluções do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria, em especial quanto a currículos.

Não ficou explícita, no convênio, a obrigação que o governo estadual teria com a manutenção e o desenvolvimento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. O que ficou evidente foi o tanto de deveres que o município teve de arcar para o funcionamento deste colégio.

O critério para nomeação do diretor e do secretário era do poder estadual e não local. E esta escolha o governo a utilizou muito bem, nomeando pessoas para direção da instituição de sua inteira confiança.

A senhora Normy Firmino Barbosa, que a partir de 1971 dirigiu a E. E. Profº José Ignácio de Souza, declarou, em entrevista, que a primeira diretora do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, a senhora Maria Conceição Barbosa, sua irmã e sogra de João Pedro Gustin, era bem relacionada com os políticos locais, através de seu genro. Naturalmente, a nomeação para dirigir o Colégio veio a recair nela.

Foi a portaria 48/67 (ver anexo 04) publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, no dia 14/04/67 que autorizou o funcionamento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Este documento, reafirmava que o funcionamento do referido colégio corria às expensas da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi instalado, inicialmente, na Rua Duque de Caxias, 50, onde funciona o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do qual a senhora Normy é presidenta.



FIGURA 11 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – Vista interna
Fonte: JB fotografias. Data: 2007.



FIGURA 12 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – vista interna
Fonte: JB fotografias. Data: 2007.

As fotos 11 e 12 apresentam a parte interna do prédio em que no ano de 1967 instalou-se o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia na Rua Duque de Caxias, 50 no Centro da cidade. Espaço muito curto, com uma estrutura muito inapropriada nos dias de hoje para o funcionamento de uma escola.



FIGURA 13 – Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia – 1º prédio - fachada externa
Fonte: JB Fotografias. Data: 2007.

A foto de número 13 apresenta a fachada externa do prédio onde o colégio se instalou no ano de 1967 e esse prédio é de propriedade do município de Uberlândia. A procura por vaga no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia era enorme. A fama do colégio corria não só pela cidade, mas por todo Triângulo Mineiro e outros estados vizinhos, especialmente Goiás. A senhora Marilene Alves de Souza Sposto, em entrevista, diz que para conseguir vaga para estudar no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi um sacrifício. Era como concorrer a uma vaga na universidade, conta ela, pois a procura era grande e o número de vagas era insuficiente para atender toda demanda.

Mas a senhora Maria Conceição Barbosa logo tratou de ampliar o espaço para abrigar todos os alunos que procuravam a instituição, inclusive demandou judicialmente, com a Prefeitura, para o aumento do número de professores e recursos para manutenção da referida instituição, conta Miracema Barbosa de Souza²⁷

Em decorrência do espaço na Rua Duque de Caxias, número 50, ser pequeno para abrigar a evolução nas matrículas, visando também atender um número cada vez maior de alunos, foi que o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia mudou-se para a Rua Prata, 649, em que era propriedade também do município.

²⁷ Miracema Barbosa de Souza: nascida em 29/06/1952, natural de Uberlândia. Concluiu o Curso Técnico em Contabilidade na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza no ano de 1969. Foi professora de inglês na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Não concluiu nenhum curso superior. Hoje é Assistente Administrativo numa Escola Rural no município de Uberlândia.



FIGURA 14 - Foto : Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, localizado na Rua Prata, 649 – ângulos dos dois pavilhões, vistos do exterior para o interior
Fonte: JB fotografias. Data: 2007.



FIGURA 15 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, localizado na Rua Prata, 649 – vista dos dois pavilhões, com suas salas de aulas
Fonte: JB Fotografias. Data: 2007.

Como se percebe, o segundo prédio em que a escola funcionou na Rua Prata, 649, também foi uma improvisação e, além do mais, teve instalação simples e sem atender aos requisitos mínimos para o bom funcionamento da escola. O corredor entre as salas de aula é muito estreito, não oferecendo condições adequadas de passagem de uma quantidade considerável de alunos. Pela distância entre as portas de cada sala de aula, muito pequena, pode-se afirmar que se tratava de sala pequena, com ventilação inadequada.



FIGURA 16 - Foto: 2º prédio, localizado na Rua Prata, 649 – Fachada de Escola, onde hoje funciona o Centro Estadual de Educação Continuada de Uberlândia – CESEC
Fonte: JB Fotografias. Data: 2007.

Atualmente, no local, conforme foto 16, funciona uma instituição de estudos supletivos. A senhora Ormezinda Abadia Santos Ferreira²⁸ que estudou no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, no endereço da Rua Prata, 649, declarou que lá o nome da escola era “caixote”, em razão de que algumas salas eram feitas de madeira e nesse espaço fazia um calor terrível.

Mesmo com a mudança de local, cujo espaço era maior, ainda não foi suficiente atender à procura de vaga no Colégio.

Foi então que se abriu uma extensão, ainda no ano de 1968, na Rua Benjamim Constant, número 722, com o objetivo de ampliar ao máximo a oferta de vagas à população.

²⁸ Ormezinda Abadia Santos Ferreira: nascida em 31/08/1951, natural de Uberlândia. Ex-aluna do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. É professora de pré a 4ª série na Escola Municipal Odilon Custódio Pereira.



FIGURA 17 - Foto: 3º prédio. Vista lateral do prédio, hoje
Fonte: JB Fotografias: 2007

O terceiro prédio, que constitui uma extensão do segundo prédio da escola, localizou-se na Rua Benjamin Constant, número 722, onde hoje funciona a Escola Estadual Novo Horizonte, uma instituição adaptada para o atendimento de alunos com necessidades especiais. (Ver fotos 18 e 19).



FIGURA 18 - Foto: 3º prédio. Vista lateral do prédio, hoje
Fonte: JB Fotografias: 2007.



FIGURA 19 - Foto: Colégio Comercial Oficial de Uberlândia: 3º prédio, localizado na Rua Fonte: Arquivo Particular de ex-aluna. Data: 1968.

A foto 19 representa uma atividade realizada pela escola. Parece ser uma comemoração, onde se tem: mesa no fundo, com forro; algumas adolescentes e uma moça de pé (estaria realizando algum número artístico); grande número de jovens sentados, embora se perceba que não havia cadeira para todos, pois ao fundo aparecem alguns de pé.

A improvisação ainda permanece, percebendo-se, além dos aspectos negativos já apontados, outras deficiências marcantes, como: assistir a uma comemoração de pé e sob o calor do sol; percepção sonora não garantida.

Nem todos os alunos estão prestando atenção, pois alguns estão olhando para outra direção e não para a pessoa que está lendo. Há certa apatia dos alunos.

Pela Lei 4548 (ver anexo 05) de 23 de agosto de 1967, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais, em 24/08/1967, o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia passou a denominar-se Colégio Comercial Professor José Ignácio de Souza, em homenagem ao sogro da primeira diretora do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Talvez esta homenagem venha confirmar o grau de intimidade que a família Barbosa exercia em relação ao poder local e ao estadual, por meio de seu representante, o então vereador João Pedro Gustin, o qual posteriormente foi eleito Deputado Estadual.

Conforme Teixeira, o senhor José Ignácio de Souza era farmacêutico e fundou várias escolas, dentre elas a instalação da Escola Normal de Uberabinha, anexa ao Ginásio Mineiro do Uberabinha. Era filho de uma família tradicional da região, tendo sido ex-diretor da Escola Estadual Bueno Brandão (Teixeira, 1971, p. 302).

Agora um fato é evidente - o maior relacionamento político que havia na família da

senhora Maria Conceição Barbosa fora construído por João Pedro Gustin, político influente na localidade, o qual era casado com sua filha, a senhora Miracy Barbosa, que foi professora e diretora na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza.

A aproximação da família Barbosa aos meios políticos, especialmente na condução dos destinos do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, bem como muitos anos da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, foi proporcionada pela participação direta do senhor João Pedro Gustin, o qual politicamente era o chefe do clã Barbosa, influenciando em decisões importantes da cidade, entre as quais se inclui o destino inicial e intermediário do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, o qual foi criado e fundado sim para atender à população, mas objetivamente à família Barbosa, ou seja, a família devia exercer papel de influência na sociedade, então devia-se criar um organismo de importância para a sociedade, mas ao mesmo tempo e, decisivamente, alocar a família Barbosa em seus cargos diretivos.

Posteriormente, a partir da influência que exerceu na já Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, a senhora Normy, dirigente da referida instituição, elege-se vereadora na cidade de Uberlândia. Conforme Normy Firmino Barbosa, sua eleição para vereadora se deu após haver se desentendido com o Governador Newton Cardoso, que a destituiu da direção da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Após este fato, conforme Normy, os professores da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, revoltados, a encorajaram a candidatar-se a vereadora, sendo eleita.

O ciclo de poder da família Barbosa na direção desse estabelecimento escolar entrou em decadência após praticamente duas décadas, com a eleição de Newton Cardoso para Governador do Estado de Minas Gerais, no ano de 1986. Hoje, Uberlândia tem uma Escola Estadual que leva também o nome da primeira diretora Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, que é a Escola Estadual Prof^a Maria Conceição Barbosa.

Por ocasião da criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia a população era de aproximadamente 100.000 habitantes.

O que contribuiu para o crescimento da cidade foi a implantação contínua de empresas, sendo que os ramos secundário e terciário da economia se aceleraram. Esta circunstância, evidentemente, demandava mão-de-obra e pessoas de todas as partes do Brasil vinham e ainda vêm fixar residência em Uberlândia, o que naturalmente contribuiu para o crescimento populacional. E, conseqüentemente, a abertura do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia.

Dentro do setor terciário, está o comércio. Uberlândia e o Poder Público deviam dar sua parcela de contribuição para atender esta demanda crescente de mão-de-obra qualificada no

comércio.

Além de que o ensino comercial, dentro do ramo profissional, era o que mais crescia no país. Conforme tabela abaixo.

<i>Matrículas</i>				
<i>1966</i>	<i>Ens. Comercial</i>	<i>Ramos: Industrial e agrícola</i>	<i>Ens. normal</i>	<i>Total geral</i>
1º ciclo	174.093	78.534	56.038	308.665
2º ciclo	132.215	27.457	209.588	369.260
Total	306.308	105.991	265.626	677.925

Fonte: Dados do MEC 1960/71 Apud ROMANELLI, 1983, p. 117.

O Ensino Comercial estava em expansão e Uberlândia necessitava acompanhar esse avanço, por pelo menos três causas:

- Uberlândia se expandia comercialmente, se firmando como cidade de grande porte no Triângulo Mineiro, Minas Gerais e Brasil;
- Necessitava qualificar mão-de-obra para servir ao mercado;
- Oferecer um ensino gratuito, na modalidade profissional, nos moldes diferentes dos já existentes na cidade, que eram pagos.

A implantação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia representou, pois, o anseio da população e dos comerciantes em ter na cidade uma instituição pública de ensino que pudesse qualificar pessoas para o exercício profissional de uma atividade que crescia a cada dia no município.

O jornal araguarino afirma que, de acordo com estudo do processo político de Uberlândia, a cidade já teve quatro grandes Prefeitos e, dentre eles, estava Renato de Freitas, o qual, segundo o referido jornal, era dinâmico em todos os setores da administração, com destaque no setor educacional (Panorama Araguari, 30/11/2005, p. 05).

Mas o que chama atenção na reportagem do jornal araguarino é o fato de que o Prefeito Renato de Freitas era dedicado, dentre todos os aspectos, da administração ao setor educacional. Será que era uma área que, de fato, ele valorizava e respeitava, ou a usava como prática discursiva, com fins de promoção pessoal, principalmente no aspecto político? É uma indagação que, para respondê-la, há a necessidade de aprofundamento da análise do período que ele administrou e seus reais investimentos em educação e estabelecer um comparativo com outras administrações.

Romanelli esclarece que, desde a segunda metade do século XIX, os países mais

desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita (Romanelli, 1983, p. 59). Talvez o pensamento desenvolvimentista associado à educação fosse uma tônica do Prefeito Renato de Freitas, cujo discurso em 1966, conforme a senhora Normy Firmino Barbosa era voltado mais à área educacional.

Há um aspecto muito importante levantado por Filho (p. 265), colocando que quando as atividades primárias da economia dão lugar ao labor terciário, como é o caso da administração, transportes e serviços em geral, há uma influência no sentido da integração das comunidades. O que ocorre normalmente, conforme Filho é que a demanda do ensino se eleva, ao mesmo tempo que maiores recursos advindos de maior produção possibilitam maior e mais diferenciada oferta.

Uberlândia estava a todo vapor na implementação de um estilo de cidade desenvolvida. Em 1965, inaugurou a cidade industrial, na presença do Presidente Marechal Castelo Branco e o Prefeito de Uberlândia Raul Pereira de Rezende, com um número muito pequeno de empresas. Mas estava avançando a passos largos em direção ao progresso comercial e industrial.

O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia veio atender a essa demanda em ascensão do comércio local, que, ao se expandir, necessitava de mais mão-de-obra qualificada.

Há um fator apontado por Romanelli (1983, p. 60) em relação à demanda social de educação que parece muito oportuno trazer: “a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de Produção Capitalista”.

De acordo com este apontamento, Uberlândia se encontrava nessa zona onde houve a intensificação da relação de produção capitalista.

Outro detalhe interessante é o Prefeito Renato de Freitas estar afinadíssimo com a questão da demanda educacional. Tanto que, quando foi candidato, em seu discurso à vaga na prefeitura de Uberlândia, o tema que estava presente era a escola e o processo educacional no Município de Uberlândia, bem como a ampliação da rede de ensino, de modo que houvesse vaga nas escolas para todas as crianças e adolescentes, de acordo com Normy. Enfim, como Prefeito de Uberlândia, suas ações, eram focadas no setor educacional.

Sodré diz que a expansão capitalista trouxe também a luta de classes. A expansão escolar, que se verificou a contar de então, foi afetada por essa luta, porque oscilou entre necessidades sociais “decorrentes do desenvolvimento das relações capitalistas e temores vinculados à luta de classes que se aprofundou na mesma época em ligação dialética com o referido desenvolvimento” (SODRÉ, 1990, p. 69).

Romanelli entende que houve duas faces nesta luta de classe: de um lado a população exigindo o ensino e de outro a classe dominante tentando frear esta busca popular de espaço na escola (ROMANELLI, 1983, p. 61).

Interessante que o Brasil foi e ainda é, em algumas regiões, comandado por “coronéis”, os quais ditam as normas políticas que a sociedade deve se submeter.

O Prefeito Renato de Freitas é conhecido, conforme O “*Jornal Panorama Araguari*”, datado de 30/11/2005, como o Político que varreu o coronelismo na vida política de Uberlândia.

Então como fica esta situação no momento da implantação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia no ano de 1967, pelo Prefeito Renato de Freitas? A Expansão Capitalista trouxe, como conseqüência, a luta de classes, como afirma Sodré. Esta luta de classe afetou a educação, conforme Romanelli, pois de um lado se tem a população que quer o ensino e do outro a classe dominante que não quer oferecê-lo, de acordo com as exigências. Assim, é estabelecida a luta de classes.

Pelos jornais, o Prefeito Renato de Freitas era o “homem da educação” e que se opusera aos coronéis da cidade. Dizendo-se democrático, afirmava que a escola a ser implantada atenderia às necessidades do povo.

Em 1967, quando esse Prefeito implantou o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, estava havendo ou não expansão capitalista no período? Se estava, porque a luta de classe foi reprimida no que diz respeito à demanda social de educação?

Parece que uma coisa não anula a outra, Uberlândia estava sim vivendo a expansão capitalista, como se pode notar com a inauguração, em 1965, do Distrito Industrial. Acontece que a demanda social da educação não estava nas mãos da classe dominante, representada exclusivamente por empresários, industriais e comerciantes.

O Colégio Comercial implantado na Rua Duque de Caxias, 50 no ano de 1967, iniciou suas atividades numa estrutura muito pequena, onde faltava espaço para abrigar um número significativo de alunos.

Apesar das dificuldades, o Colégio progrediu e a cada dia ampliava suas instalações para receber os alunos que buscavam no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia uma oportunidade de se infiltrar também no mercado de trabalho. O entrevistado, senhor Edivaldo Rocha Costa²⁹ foi taxativo ao afirmar que “o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi

²⁹ Nascido em 10/01/1943, natural de Monte Carmelo – Advogado pela Universidade Federal de Uberlândia. Concluinte do curso de técnico em contabilidade no ano de 1969 na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza. Iniciou os estudos nesta escola, quando esta era ainda o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. É

minha válvula de escape para o sucesso profissional, não fosse ele, talvez não conseguisse prosperar na vida”.

Com relação ao pensamento do senhor Edivaldo, aceita-se válido o que Romanelli afirma:

A garantia de trabalho que a qualificação dada pela escola oferece é a pedra de toque da motivação concreta da população para a procura de educação escolarizada, o que também concorre para que o sistema de ensino, criando a procura efetiva, acabe por criá-la e orientá-la na direção em que exige o desenvolvimento global (ROMANELLI, 1983, p. 70)

No Colégio Comercial Oficial de Uberlândia o pensamento da conclusão do curso e uma alocação no mercado de trabalho era muito corrente, em razão de que todos os ex-alunos entrevistados declararam que o objetivo de cursar o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, foi ter melhores condições de acesso ao mercado de trabalho. Esta foi também a posição do Deputado Estadual Homero Santos, declarando que esse Colégio foi criado para preparar jovens para o mercado de trabalho.

A luta de classes pode ocorrer entre dominado/dominante e municípios desenvolvidos/municípios subdesenvolvidos. No segundo aspecto, pode ocorrer que os habitantes de uma cidade grande comecem a discriminar, ainda que de forma implícita, aqueles que vêm de cidades pequenas para ingressarem em escolas ou até mesmo faculdades de cidades grandes.

A este respeito fala o senhor Adolfo em entrevista, por ocasião de sua saída de Ituiutaba para estudar no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, ele disse que era muito discriminado pelos moradores de Uberlândia, em sala de aula, em razão de estar buscando naquela cidade melhores condições de vida. Mas apesar das dificuldades, segundo seu Adolfo Alves Pereira, conseguiu vencer as barreiras, essa luta por melhores oportunidades na vida. Ele diz que conquistou no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia oportunidade de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. E esta oportunidade que conseguiu na escola foi a sua sustentação profissional.

A situação do senhor Adolfo é a de muitos ainda hoje que vão à procura de escola e emprego em outras cidades.

Mas no caso especial de Uberlândia, seu Adolfo e muitos outros migrantes contribuíram para o progresso da cidade. Ela com sua população apenas não tinha condições

der chegar aos patamares de hoje, necessitava de pessoas de outros lugares e estas pessoas naturalmente iriam utilizar toda estrutura social que a cidade oferecia para seu benefício e conseqüentemente participar do desenvolvimento do município.

Para citar um benefício social: uma vaga no ensino profissionalizante – o aluno se beneficia e este benefício vai convertê-lo em mão-de-obra qualificada normalmente na cidade onde se formou ou em cidades vizinhas. Das seis pessoas entrevistadas e que vieram de fora para estudarem no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, todas concluíram o curso Técnico em Contabilidade e permaneceram desenvolvendo suas atividades profissionais aqui na cidade, em diversas ocupações, colaborando no processo de desenvolvimento do município.

O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia era gratuito e formava para uma profissão, de forma que as pessoas que vinham de outros municípios para nele estudarem em geral estudavam e se qualificavam para o trabalho. Em vista de intensa expansão econômica nos anos de 1966 a 1969, o aluno já saía deste com um emprego garantido.

Nesse período, a cidade vivia uma espécie de transição acelerada das atividades agropastoris para o comércio e a indústria. “O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia tinha “status” de uma faculdade”, assinala Adolfo Alves Pereira. Era um “locus” privilegiado. Ser aluno do Colégio era sinônimo de emprego e isto atraía inúmeras pessoas de outros municípios para nele estudarem.

Romanelli esclarece que “na medida em que há transferência do setor tradicional para os modernos, há também um aumento das necessidades de escolarização, em todos os níveis” (Romanelli, 1983, p. 112). Era esta a situação que ocorria com Uberlândia.

Romanelli diz que:

(...) se juntarmos o crescimento da ocupação nos dois setores, secundário e terciário, que formam os setores mais dinâmicos e modernos da economia, veremos que ambos cresceram de 34,1% em 1940, para 55,75% em 1970, o que significa ter havido a transferência da população ocupada nas atividades do setor tradicional para as atividades dos setores modernos (ROMANELLI, 1983, p. 112).

Esta transferência, evidentemente, demanda mais recursos educacionais, principalmente no ramo profissional, pois os setores modernos da economia requerem mão-de-obra qualificada. Ao longo de sua existência, como escola profissionalizante, ofereceu a educação profissional, o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia ofereceu inúmeros cursos profissionalizantes, como: Processamento de Dados, Auxiliar de Escritório, Magistério,

Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Saúde, para atender à demanda crescente por educação, especialmente a voltada ao atendimento do mercado de trabalho em expansão, que exigia mão-de-obra qualificada.

Entretanto, de modo geral, o oferecimento de vagas é menor que a procura e a necessidade dos setores de trabalho.

A análise dos dados do MEC 1961/70 mostra que “é, pois, evidente a defasagem entre o crescimento da população ocupada nos setores modernos e a expansão do ensino profissional que prepara para essas ocupações” (ROMANELLI, 1983, p. 113).

Romanelli falou da luta de classes que a demanda social de educação pode provocar, sendo que esta luta de classe pode ocorrer em relação a moradores de município grande/pequeno. Como houve uma defasagem entre o crescimento da população ocupada nos setores modernos e a expansão do ensino profissional que prepara para essas ocupações, a vinda de migrantes a Uberlândia acaba por provocar uma diminuição de vagas aos uberlandenses, gerando conflitos sociais.

E esta situação toma contornos às vezes vexatórios. Foi o caso que o senhor Adolfo comentou na entrevista. Ele era olhado de forma marginalizada, mas não se importou e venceu. Estes conflitos pela demanda educacional ocorrem de várias formas, implícita e explicitamente.

Romanelli se referindo à escola profissionalizante, se expressou da seguinte maneira:

Quando falamos em educação profissional ou técnica, queremos significar com isso que a escola tem ou deve ter as condições para oferecer ao educando as estruturas básicas do pensamento científico, da manipulação prática das técnicas e as informações essenciais para obter treinamento específico no ramo de trabalho para o qual deve encaminhar-se (ROMANELLI, 1983, p. 114).

Esta é uma questão muito importante levantada por Romanelli, resta saber como era essa educação profissional oferecida pelo Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. O que os alunos pensavam em relação ao ensino profissional ali oferecido. De fato, servia com eficiência para o exercício da profissão? Os entrevistados que cursaram no Colégio disseram que o preparo que tiveram lhes rendeu uma ótima colocação no mercado de trabalho e com destaque, mas como era de fato esta preparação?

Romanelli cita uma circunstância muito sintomática:

A população de classe média e baixa, que tem necessidade de trabalhar desde a adolescência, tende a procurar nas escolas cursos que profissionalizem a meio caminho da vida escolar. Essa a razão, continua ela, do aumento de procura dos cursos técnicos comerciais e dos cursos normais, no 2º ciclo médio (ROMANELLI, 1983, p. 118).

De fato, esta é uma realidade que se presencia na fala dos ex-alunos entrevistados dizendo que fazer um curso profissional era a oportunidade de melhorarem de situação, ganhando um salário para o seu sustento e colaborar no sustento de sua família. Esta era uma ideologia unânime daqueles que cursaram o ensino profissional no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Associavam o ensino daquele estabelecimento com uma oportunidade de trabalho.

O aluno que conseguia uma vaga no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, já visualizava uma vaga no mercado de trabalho.

No Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, o convênio assinado em fevereiro de 1967 previa o ensino comercial de 1º e 2º ciclos, vindo a formar a primeira turma no curso técnico em contabilidade no ano de 1969.

CONCLUSÃO

Ao analisar a historicidade do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, percebe-se uma característica muito acentuada dos alunos na questão voltada à relação escola-trabalho, pois os alunos entrevistados mostraram-se satisfeitos em ter cursado o ensino comercial e com isto se integrar ao mercado de trabalho. A motivação dos alunos, na primeira turma do curso Técnico em Contabilidade que concluíram no ano de 1969, relacionava-se a oportunidade de alcançar um emprego para melhorar de vida, ajudar sua família e ascender sócio-economicamente.

A concepção produtivista da educação, que abrangeu inclusive o período militar (1964-1985), esteve presente no Colégio Comercial Oficial de Uberlândia, por meio do pensamento de seus alunos da importância da vinculação escola-trabalho.

A classe média necessitava de escola profissionalizante (técnico-comercial) e, através dos agentes políticos, procurou efetivar sua implantação. O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi erguido graças ao pedido deste grupo social aos políticos locais, como João Pedro Gustin e Homero Santos, com a mediação de Maria Conceição Barbosa, que era sogra do primeiro.

Portanto, veio atender à demanda de alunos que cursavam o ensino comercial em estabelecimento particular da cidade e necessitavam cursá-lo numa instituição pública. Além disto, o estabelecimento do referido Colégio atendeu aos anseios impressos pelo militarismo, que associava educação à produção. Conforme Machado e Gatti Júnior, a própria Teoria da Modernização indicava que a educação seria um fator que desaguaria no desenvolvimento.

O que se buscou foi a apresentação de que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significava torná-la funcional ao sistema capitalista, ou seja, colocá-la numa posição de subserviência às classes dominantes, numa demonstração da predominância das relações de exploração.

O pensamento militar entendia que a educação devia preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, o mais interessante é que os alunos do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia pensavam fortemente e afirmavam esta relação.

Talvez a Teoria do Capital Humano veja na escola uma possibilidade formal de construir uma qualificação eficiente para o trabalho, em decorrência das condições sistemáticas de aprendizado que o aluno está submetido.

A educação profissional pode contribuir para que os alunos, especialmente os de baixa

renda, se promovam. Ela exerce um fator positivo para quem a cursa, a partir do momento que os alunos migram de uma classe social para outra, ao se integrarem no serviço e gradualmente adquirem evolução sócio-econômica com seu desenvolvimento profissional.

A pesquisa realizada junto aos alunos que concluíram a educação profissional, na Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza, indica que este tipo de educação abriu oportunidades de emprego aos alunos.

Os municípios adjacentes notavam o avanço na economia uberlandense e seus moradores se dirigiam para cá em busca de melhores condições de vida. Assim, a cidade necessitava de mais escolas para a formação de pessoas para serviço nas empresas e atendimento da demanda das pessoas que vinham para Uberlândia e necessitavam estudar.

O Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi fruto, pois do rápido crescimento populacional, provocado especialmente pela migração e, conseqüentemente, pela necessidade de formação de mão-de-obra para servir ao mercado de trabalho em desenvolvimento.

O Ensino Comercial tinha algumas razões de se expandir em Uberlândia porque a cidade evoluía como referência econômica da região. Conseqüentemente, tinha que preparar mão-de-obra qualificada para acompanhar a demanda do crescimento comercial e ser modelo, na cidade, de ensino gratuito e de qualidade.

A instituição educacional, a princípio, se acomodou em instalações muito pequenas, mas conforme professores e alunos a qualidade do ensino superava qualquer dificuldade de infraestrutura física, pois o quadro docente-administrativo conduzia o ensino-aprendizado com eficiência.

A família Barbosa colaborou significativamente para o progresso da instituição, tanto do ponto de vista pedagógico-metodológico, quanto administrativamente, pois essa era constituída, em sua maioria, de professoras e pedagogas. Essa família dominou a instituição até o ano de 1986, na pessoa da senhora Normy Firmino Barbosa.

“As relações de produção capitalista afirmavam-se gradativamente em Uberlândia, ocorrendo assim uma intensificação da demanda escolar neste município. Há uma interdependência entre educação e produção capitalista, ou seja, para que haja expansão social da educação, necessário se faz o estabelecimento das relações de produção capitalista. Foi por este motivo que o ensino em Uberlândia evoluiu muito rapidamente, tanto nos moldes profissionais quanto em outras modalidades.

A busca dos alunos em cursar o ensino comercial no Colégio superava todos os empecilhos que porventura pudessem surgir, como falta de espaço, distância, o que eles

queriam mesmo era a oportunidade de se infiltrarem no mercado de trabalho.

Por ser gratuito e formar para uma profissão, muitos vinham de vários municípios para cá em busca de oportunidades de estudar e se formar para o trabalho. E à época da formação da primeira turma, que foi o ano de 1969, vivia-se período de crescimento econômico e os formandos já vislumbravam e, com sucesso, um emprego.

Nessa época, o município de Uberlândia fora marcado por atividades agro-pastoris para o comércio e a indústria.

Enfim, o Colégio Comercial Oficial de Uberlândia foi o palco onde muitos profissionais se formaram, tendo em vista seu auto favorecimento, bem como a contribuição de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento do comércio e da indústria que se expandiam progressivamente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos. **Cadernos de História**, Uberlândia, 4 (4): 17-23, janeiro de 1993.

ARRUDA, Marcos. Caldeira, César. Como surgiram as Constituições Brasileiras. Rio de Janeiro: Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para a constituinte, 1986.

ARAÚJO e INÁCIO FILHO,. Inventário e Interpretação sobre a produção Histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Da semeadura à colheita. In: Gatti Jr. Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 153-184.

BARROS, Armando Martins de. Os Álbuns Fotográficos com Motivos Escolares. In:Gatti Jr.Décio;, Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da Educação em perspectiva: Ensino, Pesquisa, Produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG; EDUFU, 2005 (Coleção memória da educação), p. 119-129.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Trabalhos, documentos**. São Paulo: Quieiroz, 1991.

BERGER FILHO. Levantamento da Educação Profissional no Brasil. In: **Presidência da República**, Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional. 1997, p. 34.

BOTLER, Alice Míriam Happ. Universidade Federal do Pernambuco. GT Sociologia da Educação n° 14, 2004, p. 04-07.

MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

_____. Práticas e Fontes de pesquisa em História da Educação. In:Gatti Jr, Decio ; Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da Educação em perspectiva: Ensino, Pesquisa, Produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG; EDUFU, 2005 (Coleção memória da educação), p. 105-116.

BURKE, P. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. (org). **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. **Testemunha Ocular: História e imagem**. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Considerações sobre o ensino da História da Educação no Brasil. In: Gatti Jr, Décio; Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 33-45.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6ª ed. - São Paulo: Cortez 2003 – (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v16).

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves . Livraria Francisco Alves, 1980.

DOSSE, F. **A história em migalhas**. Campinas, SP: Ensaio, 1992.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Vozes, Petrópolis, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa da História da Educação Brasileira. In: Gatti, Décio; Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 47-67.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pró-Proposições**, V. 16, n.1(46) – jan./abril. 2005, p. 87-101.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. Editora Moraes, 1980. São Paulo.

FREITAS, Sonia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino nos estágios**. Campinas, Papirus, 1996.

GATTI Jr. e PESSANHA. História da Educação instituição e cultura escolar. Conceitos, categorias e materiais históricos. In: JÚNIOR, Décio Gatti; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 71-90.

GATTI Jr., Inácio Filho, Araújo, José Carlos Souza e Neto, Wenceslau Gonçalves. História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. História da Educação. ASPHE/FAE/UFPeL, Pelotas (2): 5-28, set. 1997.

GATTI Jr. **A Pedagogia Tecnicista no Contexto Brasileiro do Golpe Militar de 1964 – O Projeto Educacional do IPES**. Pontífica Universidade Católica, São Paulo, 1991, Mimeo.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)** São Paulo, Cortez, 2000.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

IANNI, Octávio. **O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da Fábrica**. 3ª Ed. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e Perspectiva**, 4: 37-77, Jan/jun 1991.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educacionais: entre memória e arquivo**. Braga-Portugal: Universidade do Minho, Mimeo, 1996.

_____. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. A História das Instituições Educacionais em perspectiva. JÚNIOR, Décio Gatti; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da educação em perspectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 91-103.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C. & CATANI, D. (orgs.). Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Paulo, **Escrituras**, 1998, p. 75.

MANACORDA, Mario Alighiero, **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pró-Posições**, v. 16, n.1 (46) – Jan/abril 2005.

MOREIRA, João Roberto. **Educação e Desenvolvimento no Brasil.** Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

NASCIMENTO, Oswaldo Vieira de. **O ensino industrial no Brasil:** 75 anos do ensino técnico ao superior. Rio de Janeiro: Senai/DPEA, 1986.

PINHEIRO, Lucindo. **Pequeno Manual de História do Poder Legislativo em Uberlândia.** 1994.

REIS, Ana Myrian Maciel e Ribeiro, Christiane dos Reis Ribeiro. **Cadernos de História,** Uberlândia, 4 (4): 5-8 de janeiro de 1993.

RODRIGUES, João Honório. **A pesquisa histórica no Brasil.** S. Paulo: Cia Ed. Nacional, 1969.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Uberabinha: Trabalho, Ordem e Progresso. **Cadernos de História,** Uberlândia, 6(6): 115-134. Jan 95/dez/96.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1960-1973.** Petrópolis, Vozes, 1983;

RAPHAEL, Samuel. 1989/1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 9 n 19 set 89/fev 90, p. 219-243.

SIMAS, Zuleide. 2005. **Educação profissional no Brasil**: da industrialização ao século XXI. Biblioteca CECIERJ, mimeo.

SAVIANI, D. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. In: **Cadernos de História da Educação**, n.4, jan/dez. 2006, p. 13-26.

_____. Para Uma História Da Escola Pública No Brasil. In: **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas/SP. Autores Associados, 2004. - (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Reflexões Sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: Gatti Jr. Inácio Filho, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2005 (coleção memória da educação), p. 07-31.

SANTOS, Jailson Alves dos. A Trajetória da Educação Profissional. In: **500 anos de Educação no Brasil**, 2000. Editora Autêntica. Belo Horizonte-MG

_____. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**. Nº 4 jan./dez., 2005. p. 27-33.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, 1990.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Parceria escola-empresa no estado de São Paulo: mapeamento e caracterização. **Educação e Sociedade**, ano XXI, nº 70 Abril/2000, p. 171-184.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Uberlândia Gráfica Ltda Editora. 2ª Edição, 1970.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMELIN, Honorato Antônio. **Escola/Empresa. A qualificação pelo estágio**. Ministério da Educação e Cultura. Deptº de Assuntos Universitários 1979.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. 3ª ed. Porto: Maranus, 1945.

VERDASCA, José L. C. A Dimensão e a Estrutura Composicional da Turma como Factores de Proficiência Escolar – **Cadernos de Organização e Administração Educacional**. Julho/2007, nº 1, p. 1-43.

XAVIER, Maria Elizabeth. **Capitalismo e Escola no Brasil: Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)**. São Paulo. Pontífica Universidade Católica – PUC, 1988.

ENTREVISTAS

PEREIRA, Adolfo Alves. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 18 de setembro de 2007;

SOUZA, Miracema Barbosa de. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 20 de agosto de 2007;

PACHECO, José Marcos. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 07 de novembro de 2007;

SPOSTO, Marilene Alves de Souza. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 11 de setembro de 2007;

ALVES, Evanir Gonçalves. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 23 de agosto de 2007;

OLIVEIRA, Raul Marcos Pereira de. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 21 de março de 2007;

FIRMINO, Normy Barbosa. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 29 de maio de 2007;

SILVA, Iracilda Teixeira da. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 15 de maio de 2007;

FERREIRA, Ormezinda Abadia Santos. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 11 de setembro de 2007;

COSTA, Edivaldo Rocha. Entrevista concedida a José Pereira dos Santos. Uberlândia: 17 de maio de 2007.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal Correio de Uberlândia: 1966-1971;

Jornal O Estado de Minas Gerais: 1967;

Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Uberlândia: 2007;

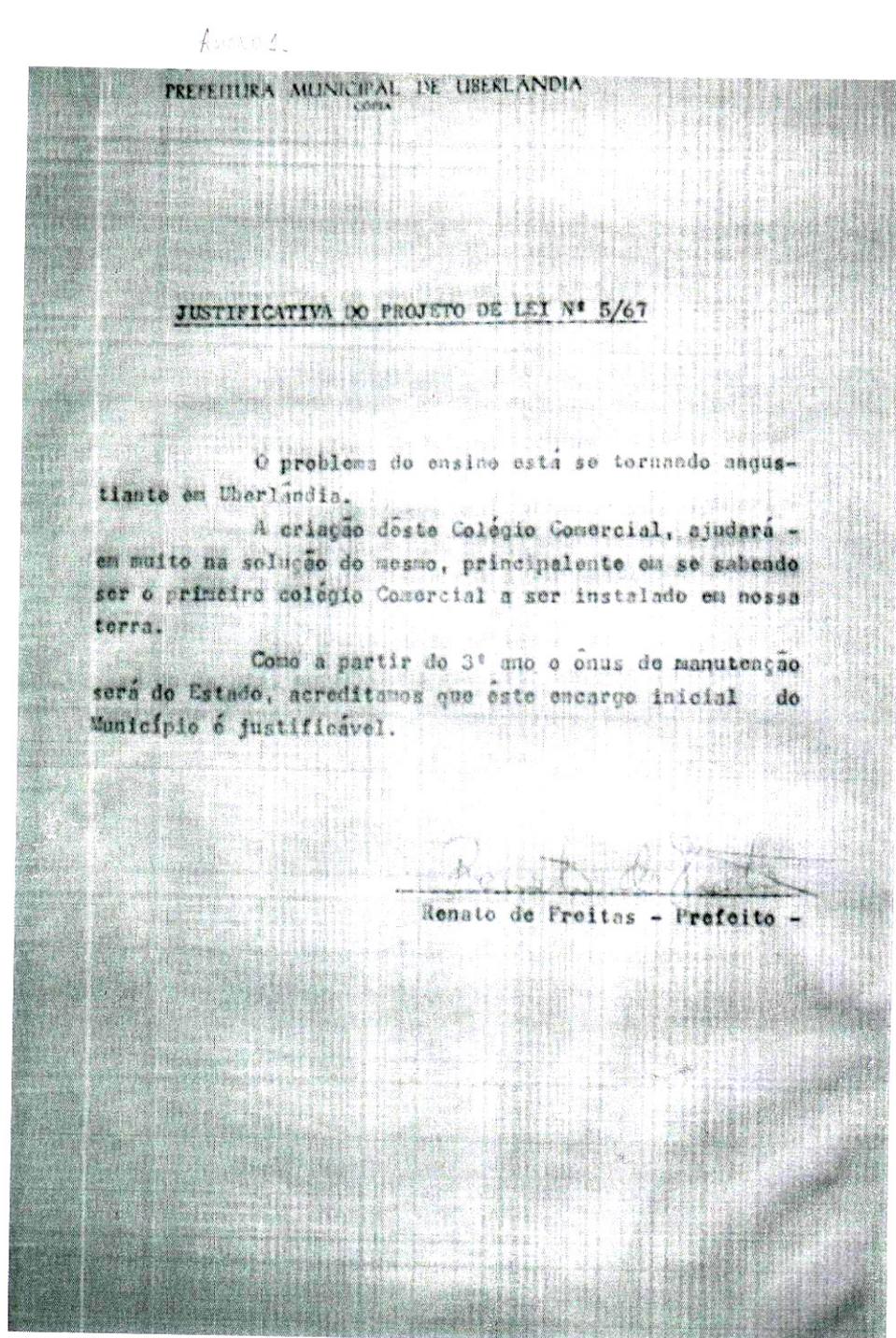
Texto digitado, elaborado pela Biblioteca Pública Municipal: 2007;

Origem e Desenvolvimento da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza: elaborado pelo professor de história Raul Marcos Pereira de Oliveira no ano de 2002: material disponível na Biblioteca da escola.

Fotos que compõem arquivo público da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza e arquivos particulares.

ANEXOS

ANEXO A - Justificativa do Projeto de Lei Número 5/67. Fevereiro de 1967



ANEXO B - Termo de convênio entre a prefeitura de Uberlândia e o governo do Estado para instalação do Colégio Comercial Oficial De Uberlândia. 10/02/1967



TÉRMO DE CONVENIO QUE CELEBRAM O GOVÉRNO DO ESTADO DE MINAS GERÁ- ID, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, E A PRE- FEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA PARA O FIM ESPECIAL QUE NELE SE DECLARA:

O Govêrno do Estado de Minas Gerais, por intermê- dio da Secretaria de Estado da Educação, neste ato representada pe- lo respectivo titular, Professor Gerson de Britto Melo Boson, e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, na pessoa do Senhor Renato de Freitas, deliberam celebrar, de conformidade com decisão do Sr. Senhor Governador, o presente convênio, com vigência pelo prazo de 2 (dois) anos, a fim de que entrem em funcionamento, em 1967, as duas primeiras séries, do 1º e 2º ciclo, do Colégio Comercial Ofi- cial daquela cidade, criado pela Lei n. 4.270, de 21 de outubro de 1966, sob as cláusulas e condições que se seguem:

I

A Prefeitura Municipal de Uberlândia se compromete a custear o aluguel do prédio, o pagamento dos professôres e do pessoal administrativo, pelo prazo de 2 (dois) anos, a voñtar de 1º de março de 1967.

II

A nomeação do diretor e do secretário, a critério do Govêrno, recairão em pessoas devidamente registradas ou autori- zadas pelo órgão competente.

III

A remuneração dos professôres, a partir da vigên- cia dêste instrumento, será disciplinada pelo regime de aulas ex- tranumerárias dos collegios oficiais mantidos pelo Estado.

(2)



IV

Será observado o regime de gratuidade integral de anuidades para todos os alunos e as contribuições ou taxas de matrícula só serão cobradas dos alunos que dispuserem de recursos e, para isto, classificados em reunião especial do corpo docente, sob a presidência do diretor do estabelecimento.

V

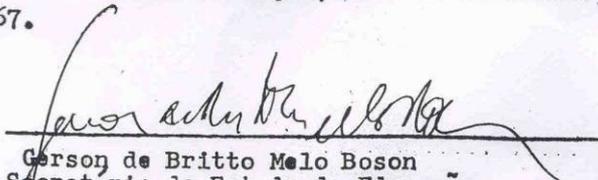
Os recursos obtidos com as contribuições ou taxas de matrícula serão aplicados pela diretoria na manutenção, recuperação e conservação do prédio e aquisição de material escolar.

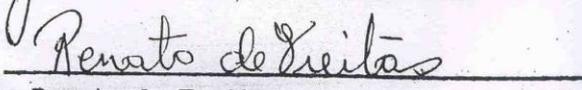
VI

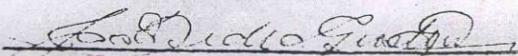
Aplicam-se ao presente convênio os dispositivos da legislação federal, estadual e das Resoluções do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria, em especial quanto a currículos.

E, por se acharem justas e combinadas as partes assinam este termo em três vias de igual teor, duas das quais destinadas ao Departamento do Ensino Médio e Superior.

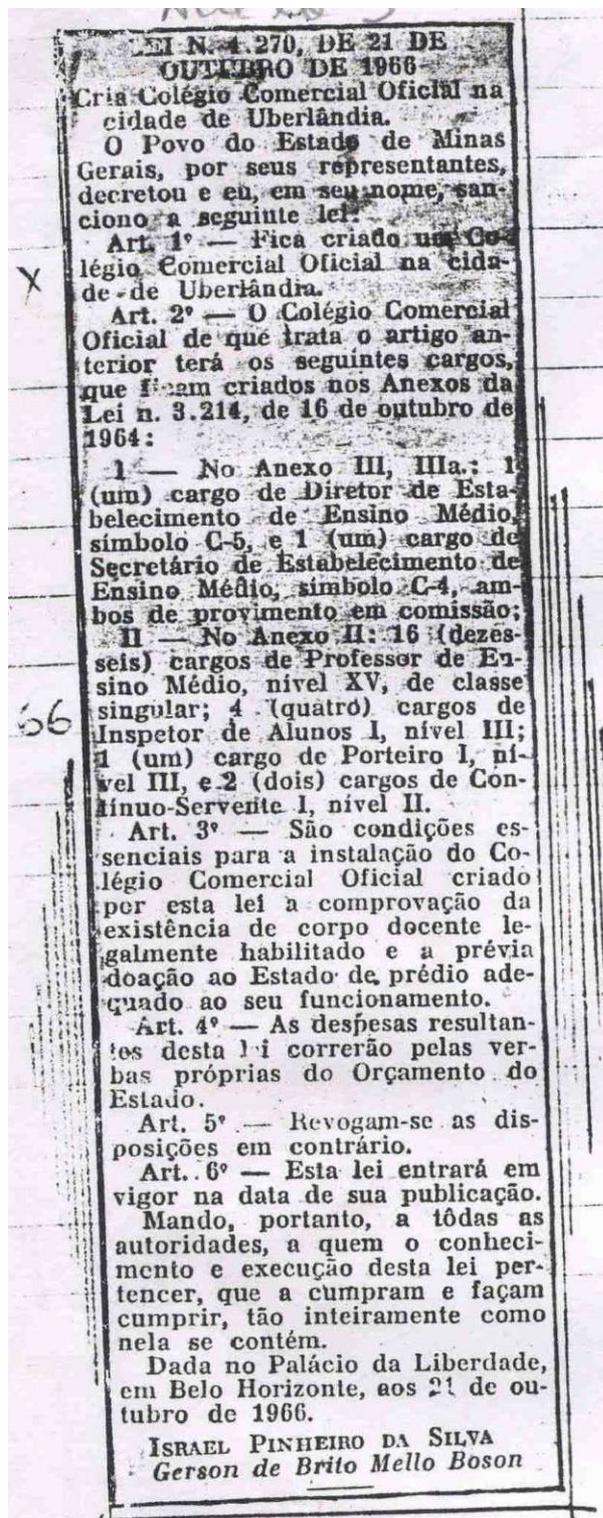
Secretaria de Estado da Educação, em Belo Horizonte, aos 10 de fevereiro de 1967.


Gerson de Britto Melo Boson
Secretário de Estado da Educação


Renato de Freitas
Prefeito Municipal de Uberlândia



ANEXO C - Lei 4270 de criação do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia. Outubro de 1966



ANEXO D - Portaria 48/67: autorização de funcionamento do Colégio Comercial Oficial de Uberlândia; 14/04/1967



ANEXO E - Lei 4548: Dá ao Colégio Comercial Oficial de Uberlândia o nome de Professor José Ignácio de Souza. 23/08/1967

